

UNIVERSIDADE METODISTA DE PIRACICABA
FACULDADE DE CIÊNCIAS DA SAÚDE – FACIS
CURSO DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO FÍSICA

JOSÉ RICARDO AURICCHIO

**Formação e atuação profissional em atividade de aventura no
âmbito do lazer**

**Professional training and *performance* in adventure activities in
the scope of leisure**

PIRACICABA

2013

UNIVERSIDADE METODISTA DE PIRACICABA
FACULDADE DE CIÊNCIAS DA SAÚDE – FACIS
CURSO DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO FÍSICA

JOSÉ RICARDO AURICCHIO

**Formação e atuação profissional em atividade de aventura no
âmbito do lazer**

**Professional training and *performance* in adventure activities in
the scope of leisure**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação, Mestrado em Educação Física, da Universidade Metodista de Piracicaba, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Educação Física, na linha de pesquisa em Movimento Humano, Lazer e Educação.

Orientador: PROF. DR. NELSON CARVALHO MARCELLINO

PIRACICABA

2013

Ficha Catalográfica elaborada pelo Sistema de Bibliotecas da UNIMEP
Bibliotecária: Luciene Cristina Correa Ferreira CRB-8/ 8235

A928f Auricchio, José Ricardo.

Formação e atuação profissional em atividades de aventura no âmbito do lazer. / José Ricardo Auricchio. – Piracicaba, SP: [s.n.], 2013.

183 f.; il.

Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Ciências da Saúde / Programa de Pós-Graduação em Educação Física - Universidade Metodista de Piracicaba

Orientador: Prof. Dr. Nelson Carvalho Marcellino.

1. Educação Física – Formação Profissional. 2. Educação Física – Lazer. I. Marcellino, Nelson Carvalho. II. Universidade Metodista de Piracicaba. III Título.

CDU 796.4

JOSÉ RICARDO AURICCHIO

**Formação e atuação profissional em atividade de aventura no
âmbito do lazer**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação, Mestrado em Educação Física, da Universidade Metodista de Piracicaba, como parte dos requisitos para a obtenção do título de mestre em Educação Física, na linha de pesquisa em Movimento Humano, Lazer e Educação.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Nelson Carvalho Marcellino
FACIS – UNIMEP

Profa. Dra. Cinthia Lopes da Silva
FACIS – UNIMEP

Prof. Dr. Ricardo Ricci Uvinha
EACH – USP

Piracicaba, 21 de Fevereiro de 2013

*Dedico a meus filhos, Larissa e Pedro,
por serem o combustível da minha força
de vontade para vencer os desafios em
minha vida. A meus pais e irmãos por
sempre me apoiarem em todos os
objetivos a que me propus.*

AGRADECIMENTOS

Aos espíritos de luz que sempre me guiaram para o caminho do bem e nunca deixaram que eu me desviasse de meus objetivos.

A meu pai, José Jatobá Auricchio, por ser um guia, um amigo e um orientador em minha vida. A minha mãe, Adarcy Christina Gioia Auricchio, por me ensinar o valor da vida, a bondade e o amor de uma família.

A meu irmão, José Paulo Auricchio, por me escutar quando precisei, sempre me incentivando; a meu irmão, José Luis Auricchio, que mesmo morando longe sempre me incentivou e me ajudou quando necessitei.

A meus filhos, Larissa Varella Auricchio e Pedro Gualda Auricchio, com quem muitas vezes não pude estar tão presente, mas tudo por um bem maior. Sei que entenderam.

A meu orientador, Prof. Dr. Nelson Carvalho Marcellino, pelos ensinamentos e principalmente por não ter desistido de me orientar, mesmo com todas as dificuldades que enfrentamos neste tempo.

Ao Prof. Dr. Ricardo Ricci Uvinha e à Profa. Dra. Cinthia Lopes da Silva, que prontamente aceitaram fazer parte desta banca examinadora.

A Flavia Albano de Lima, que por muitas vezes doou seu tempo, sua atenção e seu carinho para me ajudar, sempre me incentivando e mostrando o quanto sou capaz.

A minha grande amiga Nathalia Bernardes, que me ajudou muito na reta final, e a meus amigos de trabalho, que sempre me incentivaram nos momentos mais difíceis.

A minha amiga Alcyane Marinho pelas dicas valiosas. Agradeço também às outras pessoas que estiveram comigo sentadas na mesa do CBAA.

A meu amigo Luciano Andrade Bernardes por me fazer enxergar além do conhecimento empírico e acreditar em meu potencial acadêmico.

A todos os profissionais que me receberam e responderam os questionários.

“Os que se encantam com a prática sem a ciência são como os timoneiros que entram no navio sem timão nem bússola, nunca tendo certeza do seu destino.”

Leonardo da Vinci

RESUMO

Desde o final da década de 1980, os chamados esportes radicais vêm se popularizando no Brasil, mais especificamente no estado de São Paulo, onde, na década de 1990, surgiram muitas empresas na área de turismo de aventura. Tais empresas são geridas por pessoas com experiência em determinadas atividades que contratam mão de obra local, muitas vezes com pouca ou nenhuma experiência, para auxiliar os guias ou instrutores nas atividades a serem realizadas com o público. Que formação técnica, em termos de conteúdo específico e no âmbito dos estudos do lazer, têm os profissionais que atuam com atividades de aventura para trabalhar na área? Este trabalho teve como objetivos principais (1) mostrar a realidade da formação profissional nas atividades de aventura, correlacionando-a com a formação na área do lazer, entre profissionais que lidam diretamente com o público em três cidades (Socorro, Boituva e Guarujá), escolhidas como polos de atividades de aventura no estado de São Paulo, e (2) pesquisar, em documentos oficiais, a formação profissional na área de turismo de aventura. O embasamento teórico do trabalho tem, como principais referências, Uvinha (2005), para atividades de aventura, Marcellino (2003), para as questões relacionadas ao lazer, e Isayama (2010), para a formação e atuação profissional na área do lazer. Como procedimento metodológico, este estudo foi dividido em três momentos, sendo, no primeiro, realizado um levantamento bibliográfico (cf. SEVERINO, 2007) nos sistemas de bibliotecas da Universidade Metodista de Piracicaba (Unimep), Universidade de São Paulo (USP), Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e no banco de teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), nos últimos cinco anos, sobre as palavras-chave “atividades de aventura”, “lazer” e “formação profissional”. Posteriormente, realizamos as análises textual, temática e interpretativa combinada com a pesquisa documental nas normas específicas da ABNT, por análise de conteúdo, segundo Gil (1991). No segundo momento, a pesquisa de campo foi realizada, nas cidades já referidas, por meio de questionários aplicados aos profissionais da área. Os resultados foram tabulados no formato de gráficos e analisados para a elaboração das considerações finais, relacionando os três tipos de pesquisa. De acordo com nossa pesquisa, as atividades de aventura são uma das vertentes do lazer, porém sua formação profissional baseia-se em normas técnicas de associações ou federações, sendo ensinadas, principalmente, por profissionais experientes, muitas vezes sem formação acadêmica, deixando de fora os estudos sobre o lazer, o que deveria ser realizado por uma equipe multidisciplinar e não por uma única pessoa com conhecimento apenas empírico.

Palavras-Chave: Atividades de aventura, lazer, formação profissional, atuação profissional, normas ABNT CB 54.

ABSTRACT

Since the late 1980s, the so-called extreme sports have become popular in Brazil, more specifically in the state of São Paulo, where many companies have emerged in the field of adventure tourism in the 1990s. These companies are run by people with experience in certain activities that hire local laborers, often with little or no experience at all, to assist instructors or guides in the activities performed with the public. What technical training, in terms of specific content and in the scope of leisure studies, do such professionals have to work with adventure activities? This work had as its main goals (1) to show the reality of vocational training in adventure activities, comparing it with the training in the field of leisure, among professionals who deal directly with the public in three cities (Socorro, Boituva, and Guarujá), chosen as poles of adventure activities in the state São Paulo, and (2) to search in official documents how training in the field of adventure tourism is being performed. The theoretical framework has as its main references: Uvinha (2005), for adventure activities, Marcellino (2003), for issues related to leisure, and Isayama (2010), for training and professional experience in the leisure. As methodological procedure, this study was divided into three phases, the first one being based on literature review (cf. SEVERINO, 2007) in the library systems of the Methodist University of Piracicaba (Unimep), University of São Paulo (USP), State University of Campinas (Unicamp) and in the thesis database of the Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel (Capes), in the last five years using the following keywords: "adventure activities", "leisure", and "training." In a second moment, we performed textual, thematic, and interpretative analysis combined with desk research according to the specific rules of ABNT for content analysis, according to Gil (1991). The field research came in a third moment, and was conducted in the above mentioned cities by means of questionnaires applied to individual professionals. The results are displayed in the form of charts and analyzed to formulate the final considerations, linking the three types of research. According to our research, adventure activities are one of the strands of leisure, but their professional training is based mainly on technical standards of associations or federations, being taught primarily by experienced professionals, often without academic training, neglecting the studies on leisure, a procedure that should be performed by a multidisciplinary team and not by one person with only empirical knowledge.

Keywords: Adventure activities, recreation, vocational training, professional activity, ABNT CB 54.

GLOSSÁRIO DE SIGLAS

ABETA	Associação Brasileira das Empresas de Ecoturismo e Turismo de Aventura
ABRASP	Associação Brasileira de Surf Profissional
AESG	Associação das Escolas de Surf do Guarujá
AFF	Accelerated Free Fall
ASL	Accelerated Static Line
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBPQ	Confederação Brasileira de Paraquedismo
CBS	Curso Básico de Salvamento
CEAV	Comissão de Esportes de Aventura do Ministério do Esporte
CREF	Conselho Regional de Educação Física
EAD	Ensino a distância
ISA	International Surf Association
MTUR	Ministério do Turismo
NOLS	National Outdoor Leadership School
OB	Outward Bound
SESC	Serviço Social do Comércio
SUP	Stand Up Paddle
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
UNIMEP	Universidade Metodista de Piracicaba

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO I – RELAÇÕES ENTRE FORMAÇÃO E ATUAÇÃO PROFISSIONAL EM ATIVIDADES DE AVENTURA E NO LAZER	18
1.1 ESTUDOS SOBRE O LAZER	18
1.2 ATIVIDADES DE AVENTURA (ESPORTES RADICAIS)	25
1.3 FORMAÇÃO E ATUAÇÃO PROFISSIONAL NO LAZER	34
1.4 FORMAÇÃO PROFISSIONAL NAS ATIVIDADES DE AVENTURA	41
1.5 REGULAMENTAÇÃO DAS ATIVIDADES DE AVENTURA E AS NORMAS TÉCNICAS ABNT CB 54	43
1.6 PESQUISA DOCUMENTAL E ANÁLISES DAS NORMAS TÉCNICAS RELACIONADAS AO CONDUTOR DE TURISMO DE AVENTURA	46
1.7 RELAÇÕES	49
CAPÍTULO II – PESQUISA DE CAMPO	51
2.1 PESQUISA NA CIDADE DE BOITUVA – SP	51
2.1.1 RESULTADOS	67
2.2 PESQUISA NA CIDADE DO GUARUJÁ – SP	80
2.2.1 RESULTADOS	81
2.3 PESQUISA NA CIDADE DE SOCORRO – SP	79
2.3.1 RESULTADOS	94
2.4 RESULTADOS GERAIS	91
2.5 ANÁLISE DOS RESULTADOS	106
CONSIDERAÇÕES FINAIS	111
REFERÊNCIAS	116
APÊNDICES	123
APÊNDICE I – TERMO DE CONSENTIMENTO	123
APÊNDICE II – QUESTIONÁRIO	141
ANEXOS	143

A) NORMA ABNT NBR 15285	143
B) NORMA ABNT NBR 15400	148
C) NORMA ABNT NBR 15399	153
D) NORMA ABNT NBR 15397	158
E) NORMA ABNT NBR 15370	164
F) PROGRAMA DE ESPECIALIZAÇÃO – UNIGUAÇU – PR	170
G) PROGRAMA DE ESPECIALIZAÇÃO – UNILESTE – MG	173
H) PROGRAMA DE ESPECIALIZAÇÃO – ESFA – ES	175
I) PROGRAMA DE ESPECIALIZAÇÃO – FTC – BA	176
J) PROGRAMA DE ESPECIALIZAÇÃO – GAMA FILHO – SP	178
K) PROGRAMA DE ESPECIALIZAÇÃO – FMU – SP	180

INTRODUÇÃO

Desde o final da década de 1980, os chamados esportes radicais vêm se popularizando no Brasil, mais especificamente no estado de São Paulo, onde, na década de 1990, surgiram muitas empresas na área.

Tais empresas são geridas por pessoas com experiência em determinadas atividades que contratam mão de obra local, muitas vezes com pouca ou nenhuma experiência, para auxiliar os guias ou instrutores nas atividades a serem realizadas com o público.

Por atuar na área desde 1998, a partir de 2004 comecei a estudar informalmente essa formação. Agora, ao chegar ao mestrado, busco informações científicas para estabelecer parâmetros que possam ser utilizados nesta tão importante área. Sendo também professor de Educação Física e especialista em esportes e atividades de aventura, senti a necessidade de aprofundar tais estudos para, se possível, ajudar a nortear a formação profissional nas atividades de aventura, sabendo que, para isso, a estrada seria longa e, muitas vezes, nada fácil.

Comecei selecionando os autores principais a serem estudados, como Stanley Parker, com sua obra *A sociologia do lazer*, assim como Joffre Dumazedier, com *Sociologia empírica do lazer*, Herder Isayama, com *Lazer em estudo*, e o próprio Nelson Carvalho Marcellino, com *Lazer: formação e atuação profissional*. Estes são autores clássicos e contemporâneos com os quais tive maior contato e identificação por meio das disciplinas deste mestrado, completadas no ano de 2011. Li os livros e artigos do professor Ricardo Uvinha, que acompanho desde o ano de 2001, quando assisti a uma de suas palestras na Universidade de Guarulhos, como o clássico *Turismo de aventura: reflexões e tendências*, e venho me baseando em seus escritos. Minha atuação acadêmica e profissional colocou-me ao lado de outros importantes autores, como Dimitri Wuo Pereira, com *Pedagogia da aventura*, Alcyane Marinho, com seus artigos e o capítulo *Conexões entre lazer, esporte e natureza*, Gisele Schwartz, com *Aventuras na natureza*, Edmundo Drummond Alves Junior, com *Em busca da aventura*, entre outros. É claro que cito apenas algumas obras destes autores dentre as muitas utilizadas neste trabalho. Esta

base teórica consiste em uma importante fonte de dados na área do lazer, mais especificamente na vertente das atividades de aventura.

Muitos profissionais da área estão se especializando em cursos de formação ou em faculdades de Turismo e Educação Física, nas quais foram inseridas diversas disciplinas de extensão e especialização em atividades de aventura nos últimos anos. Sabe-se que as atividades de aventura são uma vertente da área de lazer e isso faz com que esses profissionais deixem de ser meros acompanhantes e passem a intervir de forma construtiva e responsável nestas atividades (cf. FREIRE, 2006).

Pina (1995) nos diz que esse profissional do lazer não deve necessariamente ser formado em algum curso superior, mas que essa formação é desejável.

Terezani (2010) relata que, em razão da proliferação das atividades de aventura, torna-se fundamental compreendermos os conteúdos referentes ao lazer, as principais características do ambiente lúdico, e ainda estabelecermos a relação entre os animadores socioculturais e as práticas corporais que promovem a radicalidade.

Entretanto, quanto à atuação, os animadores socioculturais, trabalhadores das mais diversas áreas do lazer, devem apresentar uma dupla qualificação, exercendo sua competência, bem como sua consciência social, em pelo menos um setor cultural. Isto se torna relevante, uma vez que a maioria das pessoas tende a direcionar suas atividades de lazer a um campo restrito de interesse, geralmente por não vivenciar ou não conhecer outros interesses culturais (cf. MARCELLINO, 1983).

É preciso notar que as atividades de aventura são nomeadas de diversas formas, dependendo do autor, entre elas: esportes radicais, atividades na natureza, atividades físicas de aventura na natureza, entre outros (cf. PEREIRA; ARMBRUST, 2010). Apesar da nomenclatura, os termos são, muitas vezes, sinônimos, e serão utilizados no texto sem priorizarmos um ou outro.

Algumas entidades do turismo, como a Associação Brasileira das Empresas de Ecoturismo e Turismo de Aventura (Abeta) e o Ministério do Turismo (MTUR), junto com a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), publicaram normas técnicas para algumas atividades, como

montanhismo, mergulho, caminhada, espeleoturismo, entre outras, com foco no que o monitor (condutor) deve seguir em sua formação. Estas normas estão em vigor desde 2005 e as empresas vêm, desde então, se adequando para cumpri-las.

Como o próprio nome já diz, são normas técnicas de conteúdos específicos para cada modalidade, não levando em consideração outros conteúdos presentes nas atividades de aventura, como o lazer, a educação ambiental etc.

Com base nisso, formulamos uma questão-problema para nosso estudo, pela qual buscamos saber qual é a formação técnica, em termos de conteúdo específico, e, no âmbito dos estudos do lazer, dos profissionais que atuam com atividades de aventura para trabalhar na área.

O tema geral deste trabalho é instigante e inovador no campo dos estudos do lazer, sobretudo hoje, quando há um mercado voltado para as atividades de aventura, tornando cada vez mais necessária uma formação que se proponha a lidar com as características deste setor. Portanto este estudo é importante para sabermos se, na atualidade, a formação técnica específica dos profissionais está de acordo com as normas apresentadas e qual a real necessidade dos instrutores e monitores de atividades de aventura em termos dessa formação e no âmbito do lazer. Seu principal objetivo é realizar um levantamento da atual situação da formação e atuação profissional destas pessoas, tanto na formação técnica quanto na relacionada aos estudos do lazer, mais especificamente o lazer na natureza ou *outdoor recreation*¹ como citado por Parker (1978).

São objetivos desta pesquisa:

- analisar quem são os profissionais que atuam com atividades de aventura;
- analisar quais conhecimentos os profissionais possuem e como se deu sua formação para atuar na área;
- analisar documentos oficiais da ABNT sobre a formação profissional na área do turismo de aventura;

¹ Termo utilizado por Stanley Parker que significa recreação ao ar livre.

- mostrar a atual situação da formação e atuação de parte dos profissionais das atividades de aventura no âmbito do lazer.

Como procedimento metodológico, utilizamos três tipos de pesquisa para compor este trabalho, sendo a primeira a pesquisa bibliográfica em literatura específica a partir das palavras-chave “lazer”, “atividade de aventura” e “formação profissional”, combinada com uma pesquisa documental nas normas específicas da ABNT por análise de conteúdo segundo Gil (1991). A segunda foi a pesquisa de campo, realizada por meio de questionário com perguntas fechadas.

A pesquisa bibliográfica foi efetuada junto aos sistemas de bibliotecas da Unimep, USP, Unicamp e no banco de teses da Capes nos últimos cinco anos, livros, artigos científicos em bases de dados e pesquisas *on-line* em anais de congressos nacionais e internacionais de Educação Física, atividade de aventura, turismo e lazer e pelas palavras-chave “atividades de aventura”, “lazer” e “formação profissional”, a partir das técnicas de análise textual, interpretativa e problematização.

A pesquisa bibliográfica é aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc. Utiliza-se de dados ou de categorias teóricas já trabalhadas por outros pesquisadores e devidamente registradas. Os textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados. O pesquisador trabalha a partir das contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes no texto. (SEVERINO, 2007, p. 122).

Nos estudos sobre o lazer foram utilizadas como referências as obras de Dumazedier, Parker e Marcellino. Nos estudos sobre formação profissional, utilizamos Isayama. Porém, por tratar-se de uma área relativamente nova e, considerando-se que as primeiras publicações de cunho científico datam de meados da década de 2000, foi nas atividades de aventura que encontramos maior dificuldade na bibliografia; utilizamos, então, como referência, os estudos de Uvinha.

Segundo Severino (2007), na pesquisa de campo o objeto/fonte é abordado em seu meio ambiente próprio e a coleta de dados é feita nas condições naturais onde os fenômenos ocorrem, sendo assim observados diretamente pelo pesquisador, sem intervenção ou manuseio.

Como instrumentos de pesquisa foram utilizados questionário com perguntas fechadas para os profissionais que trabalham com atividades de aventura nos locais propostos.

Entende-se questionário como um conjunto de questões, sistematicamente articuladas, que se destinam a levantar informações escritas por parte dos sujeitos pesquisados com vistas a conhecer sua opinião sobre os assuntos em estudo (cf. SEVERINO, 2007).

As entrevistas foram realizadas nas cidades de Socorro (SP), Boituva (SP) e Guarujá (SP), onde pensamos encontrar a maior parte dos profissionais ligados às atividades de aventura. Essas cidades foram escolhidas por serem polos de atividades de aventura no estado de São Paulo. Socorro é uma cidade turística, referência em atividades de aventuras terrestres e no atendimento a pessoas com deficiência, oferecendo atividades como o *cascading*, *rafting*, trilhas, arvorismo, tirolesa, entre outras. Boituva concentra 90% das escolas de paraquedismo do Brasil e abriga o centro nacional de paraquedismo, sendo referência em atividades de aventuras aéreas. E, finalmente, a cidade do Guarujá foi escolhida por sua tradição nas atividades de aventuras aquáticas; nela se encontra o maior número de escolas de atividades de aventura com prancha.

Os participantes da pesquisa foram os profissionais instrutores ou monitores que estavam atuando diretamente com o público nas atividades de aventura. Todos os participantes estavam cientes do caráter científico desta pesquisa, que não havia obrigatoriedade de participação e que ela não oferecia qualquer tipo de riscos. A amostra foi composta por 59 profissionais, fixados ao final por saturação de dados.

Com base nos objetivos propostos, o modo de investigação escolhido foi o de “estudos comparativos” entre as três cidades supracitadas (cf. BRUYNE, 1991, p. 224).

[...] o interesse dos estudos comparativos reside na ultrapassagem da unicidade e na evidenciação de regularidades ou de constantes entre várias organizações cujas semelhanças e dessemelhanças são analisadas. (BRUYNE, 1991, p. 228).

Para coleta, análise e interpretação dos documentos oficiais sobre a formação profissional na área de turismo de aventura, utilizou-se também a “pesquisa documental” (cf. GIL, 1991) associada à pesquisa bibliográfica.

Tem-se, na pesquisa documental, a análise de documentos originais, em que nenhum autor fez o tratamento analítico.

Os documentos analisados foram as Normas Técnicas para o Turismo de Aventura CB54, publicadas pela ABNT a partir do ano de 2004.

Selecionamos estas normas por serem os únicos documentos oficiais aprovados pelo Ministério do Turismo como parâmetros para a formação e atuação dos profissionais de algumas áreas das atividades de aventura no Brasil. Algumas federações e associações têm suas próprias normas, mas por não serem homologadas por órgãos dos governos federal, estaduais ou municipais, não as levamos em consideração.

Para fins didáticos, esta dissertação é apresentada em capítulos, sendo o capítulo I o nosso referencial teórico, no qual abordamos as relações entre a formação e a atuação profissional em atividades de aventura e no lazer. No capítulo II desenvolvemos nossa pesquisa de campo, apresentada, em um primeiro momento, em gráficos divididos por cidades. Ao final, são apresentados os gráficos da pesquisa completa seguidos da análise dos resultados obtidos. Por último, tecemos as considerações finais como fechamento deste estudo.

CAPÍTULO I

RELAÇÕES ENTRE FORMAÇÃO/ATUAÇÃO PROFISSIONAL EM ATIVIDADES DE AVENTURA E NO LAZER

Partindo-se do pressuposto de que as atividades de aventura são uma das vertentes do lazer, este capítulo visa caracterizar a atuação dos profissionais de atividades de aventura no contexto histórico atual e sua formação na área do lazer e em relação ao conteúdo específico das modalidades em que atuam.

Com relação aos estudos sobre a formação profissional, foi analisado o conteúdo inicial, o qual entendemos ser de extrema importância na formação de qualquer área, e como ocorre a atuação profissional. Ambos, formação e atuação, foram analisados nos âmbitos do lazer e das atividades de aventura. Ao final destacamos as relações encontradas com base nos autores estudados.

Como o lazer é uma área multidisciplinar do conhecimento (cf. MARCELLINO, 2003), foram estudados autores com formações diferentes, como sociólogos, professores de educação física, pedagogos, turismólogos, entre outros, desde a década de 1960 até os dias atuais.

1.1 Estudos sobre o lazer

Fazendo um rápido levantamento histórico, observamos que o Serviço Social do Comércio (SESC) foi a instituição pioneira no debate sobre o lazer no Brasil nas décadas de 1960 e 1970. Essa instituição coloca como campo prioritário o lazer, ideia reforçada pelo intercâmbio com a França, a vinda do sociólogo Joffre Dumazedier e a sistematização de conhecimento (cf. MARCELLINO, 1995).

Marcellino (1995, p. 16) afirma que, para aperceber-se das especificidades do lazer no Brasil, o conceito mais aceito é o do sociólogo francês Joffre Dumazedier:

[...] um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se ou, ainda, para desenvolver sua informação ou formação desinteressada, sua participação social voluntária ou sua livre capacidade criadora, após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais. (DUMAZEDIER, 2001, p. 34).

Para Mello (2005), as preocupações com o lazer no Brasil têm início no final do século XIX, nas falas de médicos e sanitaristas, sendo eles os responsáveis, na época, pelas reformas típicas da organização urbano-industrial. Estudos realizados nos anos 1920 e 1930 mostram uma prática de lazer mais saudável, difundindo valores morais e higienistas muito presentes na época. O lazer, então, como fruto da Revolução Industrial, é fundamentado em uma ideia de indivíduo mais urbano e diferente do existente na sociedade rural.

Para Requixa (1977), o lazer é uma possibilidade de estímulo ao processo criativo e à aquisição de novos conhecimentos, exercendo a função de condutor, encaminhador, dos indivíduos no processo de busca do prazer e da felicidade por meio da descoberta e fruição dos valores estéticos.

Para um melhor entendimento do significado de lazer na sociedade atual utilizaremos a definição de Marcellino, após análise conceitual:

O lazer é entendido como a cultura compreendida em seu sentido mais amplo, vivida no tempo disponível. É fundamental, como traço definidor, seu caráter desinteressado. Ou seja, não se busca, pelo menos basicamente, outra recompensa além da satisfação provocada pela própria situação. A disponibilidade de tempo significa a possibilidade de opção pela atividade ou pelo ócio. (MARCELLINO, 2004).

Para Parker (1978, p. 11), o lazer é tempo livre de trabalho e de outras obrigações, e também engloba atividades que se caracterizam por um sentimento de (relativa) liberdade. O fato de não haver um consenso geral sobre o que seja o lazer indica que é um assunto crivado de julgamentos de valor e preferências.

Em uma sociedade de consumo, no entanto, o lazer transforma-se em mais um rentável produto que tem, como objetivos primários, o entretenimento e a distração, algo para passar o tempo e para escapar do tédio sem a preocupação com uma análise mais consistente sobre seu significado

sociocultural e político na vida das pessoas, bem como sobre as contradições que o permeiam em nosso contexto (cf. WERNECK, 1998).

Por ser o lazer uma área muito abrangente, é fundamental que se trabalhe com equipes multiprofissionais em busca da interdisciplinaridade. O animador sociocultural² tem diferentes formações, e isso é extremamente necessário pela própria abrangência da área cultural (cf. MARCELLINO, 2003).

Para melhor entendimento das áreas de atuação dos animadores, elas serão distinguidas pelos conteúdos culturais do lazer propostos por Marcellino (1996), sendo a classificação mais aceita aquela que distingue seis áreas fundamentais, sendo elas:

- interesses artísticos: com predominância do imaginário – as imagens, emoções e sentimentos; seu conteúdo é estético e configura a busca da beleza e do encantamento;
- interesses intelectuais: o que se busca é o contato com o real, as informações objetivas e explicações racionais. A ênfase é dada ao conhecimento vivido, experimentado. A participação em cursos e a leitura são exemplos;
- interesses físicos: constituem-se das práticas esportivas, passeios, pesca, ginástica e todas as atividades nas quais prevalece o movimento ou o exercício físico, incluindo as diversas modalidades esportivas;
- interesses manuais: são delimitados pela capacidade de manipulação, quer para transformar objetos ou materiais – por exemplo o artesanato e a bricolagem –, quer para lidar com a natureza, como no caso da jardinagem e o cuidado com animais;
- interesses turísticos: são caracterizados pela quebra da rotina temporal e espacial, pela busca de novas paisagens, de novas pessoas e costumes. Os passeios e as viagens constituem exemplos;
- interesses sociais: manifestam-se quando se procura fundamentalmente o relacionamento, com os contatos face a face e

² Termo sugerido por Dumazedier (2001) para o corpo de profissionais que trabalham na intervenção sobre o lazer. (ano, p. 50).

o convívio social. Exemplos específicos são os bailes, os bares e cafés servindo de pontos de encontro e a frequência a associações.

Em 1995, Pina publicou que o segmento do lazer mostrava tendências claras de crescimento para os próximos anos, quando surgiriam oportunidades com o incremento do turismo ambiental ou ecológico. Neste contexto, podemos destacar os interesses turísticos do lazer. Bahia (2007) relata que a busca de experiências de lazer em ambientes naturais surge do interesse por dois dos conteúdos culturais: as atividades turísticas e as atividades físico-esportivas, que se manifestam no ecoturismo e no turismo de aventura. Estes abarcam os esportes e as atividades de aventura – aqui temos, claramente, os interesses físico-esportivos do lazer.

Voltamos aos estudos de Dumazedier (2001), nos quais as atividades de férias são citadas como talvez as mais importantes atividades do lazer, em virtude de sua duração e da sedução que exercem. Nesse período do lazer é mais comum as pessoas viajarem e praticarem o turismo, transformando-o em um fenômeno de massa. Porém, esse fato social suscita problemas muito sérios e não devemos nos espantar com o fato de os organizadores de férias e os especialistas em viagens terem recorrido à pesquisa científica. O empirismo individual é incapaz de resolver os problemas concernentes à adaptação da indústria, comércio e associações às novas necessidades dessas pessoas que viajam nas férias.

Estudos do sociólogo Stanley Parker, na década de 1970, já relacionavam as atividades de aventura com o lazer e são referência para este trabalho. O autor destacava o caráter interdisciplinar do lazer pois, ao lado das ciências sociais e da humanidade, um grande número de disciplinas acadêmicas e profissões podem reivindicar um interesse válido pelo lazer. Em sua pesquisa, o autor apresenta formas específicas de atividades de lazer – especialmente esporte e recreação ao ar livre.

Não há uma medida padrão para o lazer; ele não pode ser medido, pois é uma experiência do indivíduo. Mesmo concebido como tempo livre, essa ideia, considerada simplista por Parker, é reforçada por Berger: “se a sociologia nos ensinou alguma coisa, foi que tempo algum é livre de coações normativas; o que é trabalho para alguns é lazer para outros” (PARKER, 1978, p. 12).

Muitas pessoas designam recreação como algo semelhante ao lazer, porém, segundo Parker, a recreação sempre indica algum tipo de atividade e, como o lazer e o jogo, não possui uma forma única. Em seu sentido literal (“re-criação”), pode ser vista como uma das funções do lazer, que é a de preparar para o trabalho. McCormack, citada pelo autor, escreve: “A recreação é um sistema de controle social e, como todos os sistemas de controle social, é até certo ponto manipulável, coercivo e doutrinador. O lazer não é nada disso” (apud PARKER, 1978, p. 23).

Em seu sentido original, a palavra grega *schole* era “parar” ou “cessar” e, portanto, ter paz e silêncio. Posteriormente, passou a significar tempo disponível ou, especialmente, “tempo para si”. O lazer é uma condição ou estado – o estado de estar livre da necessidade de trabalho (cf. PARKER, 1978, p. 26).

Parker cita as funções do lazer propostas por Meyershon, sendo que a terceira função encaixa-se perfeitamente nas atividades de aventura: “Entretanto, os valores dominantes em nossa sociedade nos encorajam a buscar êxitos em todas as esferas da vida e a ser competentes no que fazemos – lazer como realização própria” (apud PARKER, 1978, p. 48).

O objetivo de fazer com que as pessoas se divirtam é frequentemente atingido pelas indústrias do lazer. Mas há um crescente culto ao divertimento ao qual Klapp chama de “o novo romantismo”: o direito de encontrar-se, de realizar-se, por meio do divertimento como experiência máxima. O autor lista ainda oito formas pelas quais as atividades lúdicas e de divertimento podem atingir a forma de um culto com momentos supremos de êxtase, sendo a primeira delas as provas difíceis ante as quais a pessoa descobre em si novas capacidades (alpinismo, saltos de ski), ou seja, atividades de aventura (cf. PARKER, 1978, p. 56).

Estudos realizados na Grã-Bretanha no início da década de 1970 sugerem que

o lazer das pessoas, no ano de 2001, será provavelmente mais variado e mais ativo, com um aumento especial da popularidade dos esportes e da participação cultural. Relatam também a influência da recreação ao ar livre na união familiar, ajudando a manter e incrementá-la, especialmente para aqueles nos estágios iniciais do ciclo vital. Mais de 50% das

famílias deste estudo praticavam campismo ou excursionismo, contrastando com o lazer familiar em volta da televisão. (PARKER, 1978, p. 101).

A pesquisa do NOP (*National Opinion Polls*) previu que em 1980 haveria um aumento de popularidade em atividades como campismo em barracas ou *trailers*, ralis de moto ou carro e passeios ao campo – todos relacionados com as atividades de aventura. Na década de 1970, o *camping* e o *trailer* eram os tipos de acomodação mais procurados no período de férias pelas famílias da Grã-Bretanha (cf. PARKER, 1978, p.153-154).

Na década de 1970, as iniciativas públicas e privadas da Grã-Bretanha já se preocupavam com a utilização dos espaços para o lazer, tanto na água, com o surgimento de marinas e ancoradouros, como em propriedades rurais que abriam trilhas de longo percurso a pé para suprir a demanda. Porém, com o aumento da demanda, as áreas acabaram sendo degradadas por motoristas amadores, o que levou à proibição da passagem de automóveis em determinados locais para preservá-los.

Sobre o desequilíbrio no uso das áreas naturais, Allan Patmore relata uma divisão destas baseada na qualidade do recurso natural; por exemplo, uma paisagem rara para um alpinista e outra baseada na localização, e não na qualidade intrínseca, como um canal local para pescaria (cf. PARKER, 1978, p. 168-170).

Desta maneira, se considerarmos as atividades de aventura como um fragmento dos esportes e da recreação ao ar livre, seria então possível abordá-las como atividades de lazer.

Reforçando nosso pensamento, Marinho (2011) traz os estudos de Vanreusel sobre alguns movimentos de esportes ligados à natureza desde o século XVIII até o século XX, mais precisamente nas décadas de 1960 e 1970, passando pelo movimento das ginásticas filantrópicas em locais abertos, do movimento escotista como modelo educacional ao ar livre e, mais recentemente, a troca da corrida solitária pelas maratonas de massa no meio natural, sendo a natureza um ambiente de esporte para todos (cf. MARINHO, 2011, p. 173).

Já, em estudos diretamente ligados ao lazer neste período da década de 1970, Dumazedier (1975) acredita que o lazer atende a três funções

principais para o indivíduo: repouso, diversão e enriquecimento de seus conhecimentos e sua participação social. Mas, para atender a tais funções do lazer, as atividades de aventura devem ser ministradas e acompanhadas pelos animadores e seguir a ordem da estrutura de animação sugerida pelo autor, em cuja base estão os animadores voluntários, no meio, os semiprofissionais e, no topo, os profissionais.

Outra relação das atividades de aventura no âmbito do lazer está implícita nos quatro períodos do lazer propostos por Dumazedier: a) a *happy hour* ao final do expediente diário de trabalho, pode ser caracterizada, por exemplo, pela atividade de surfar no final de tarde, andar de skate ou patins no parque ou frequentar um ginásio de escalada; b) o fim de semana, onde as pessoas procuram as atividades mais próximas ao local onde moram, não necessariamente pernoitando no local, apenas passando um dia diferente ali; c) o fim de ano (férias) quando as pessoas mais procuram por tais atividades, normalmente em viagens de turismo ou ecoturismo e; d) o fim da vida profissional (aposentadoria), sendo este, ainda, um público novo, mas crescente.

Não podemos deixar de citar que com a urbanização das cidades surgiram os “espaços de lazer”, caracterizados como espaço cultural, sendo, também, espaços sociais, nos quais se entabulam relações específicas entre seres, grupos, meios e classes (PARKER, 1978, p. 169).

Hoje temos espaços de lazer específicos para atividades de aventura, públicos ou particulares, artificiais ou naturais. Neles as pessoas buscam o “lazer aventura”, termo proposto por nós através dos estudos. Fazem parte destes espaços os parques de arvorismo, as falésias utilizadas para a prática de escalada, os rios utilizados para as descidas em botes, parques urbanos, entre outros.

Marcellino conclui que o campo de estudos do lazer é multidisciplinar em virtude da contribuição de autores de diversas formações para a construção da teoria do lazer, mas em busca da interdisciplinaridade (2010, p. 37). Dumazedier (2001) esclarece que a atividade de lazer em si mesma não é passiva ou ativa, mas será posicionada pelas atitudes assumidas pelo indivíduo em relação a seu próprio lazer e às atividades decorrentes dele.

A atividade de aventura como uma das vertentes do lazer implica uma atitude ativa do indivíduo que a pratica, em contraposição ao conformismo das normas culturais e sociais.

Esse lazer ativo é citado por Uvinha (2010), segundo o qual os elementos associados à prática das atividades de aventura devem ser discutidos na análise dos equipamentos de lazer, considerando que estes se propõem a ser específicos ao desenvolvimento destas atividades.

Essa atitude deve sempre buscar um progresso pessoal na utilização do tempo livre e um equilíbrio entre o repouso, a distração e o desenvolvimento contínuo da personalidade (cf. DUMAZEDIER, 2001 p. 258).

Podemos citar também os aspectos educativos do lazer, considerado “veículo e objeto de educação” (MARCELLINO, 1997, p. 36), em virtude das semelhanças entre as atividades que envolvem o lazer e as atividades de aventura. Dessa forma, segundo Correa (2008), o ser humano, além de se divertir com atividades no âmbito do lazer no meio natural, pode, também, adquirir conhecimentos sobre a natureza e seus componentes (por exemplo, fauna e flora), tendo uma visão crítica e criativa do que está vivenciando.

Não muito diferente do que diz Parker, quando cita que nas sociedades mais simples também não é fácil traçar essa linha divisória, pois os povos primitivos tendem a atribuir um caráter lúdico a muitas de suas atividades. Não existem períodos de lazer definidos, mas algumas atividades econômicas, como a caça ou a ida ao mercado, têm características recreativas, assim como o canto ou a narração de histórias, desconhecendo um tempo de recreação e divertimento específico para isto (cf. PARKER, 1978, p. 24).

Um exemplo claro e diretamente ligado ao nosso tema são os primeiros escaladores alpinos que também se viam como pesquisadores ambientais, aliando o prazer das escaladas ao trabalho de pesquisa (cf. MARINHO, 2011, p.172).

A partir do próximo item vamos conceituaremos as atividades de aventura para que se perceba a diferença, ou não, dos termos utilizados significando esportes radicais, atividades de aventura, turismo de aventura, esportes de ação, *outdoor sports*, entre outros.

1.2 Atividades de aventura (esportes radicais)

Alguns autores, como Betrán (2003), Ferreira (1989), Uvinha (2001, 2005a, 2011) e Marinho (2005) discutem os conceitos de esportes radicais, esportes extremos, atividades físicas de aventura na natureza, esportes californianos, esportes ecológicos, esportes de ação, práticas corporais de aventura, esportes selvagens, entre outros. Utilizamos neste título os termos “atividades de aventura” e “esportes radicais” por se tratarem de sinônimos, sendo separados por uma razão mercadológica.

Segundo o Ministério do Esporte, todavia, esporte radical é

o conjunto de práticas esportivas formais e não formais, vivenciadas a partir de sensações e de emoções, sob condições de risco calculado. Realizadas em manobras arrojadas e controladas, como superação de habilidades de desafio extremo. Desenvolvidas em ambientes controlados, podendo ser artificiais, quer seja em manifestações educacionais, de lazer e de rendimento, sob controle das condições de uso dos equipamentos, da formação de recursos humanos e comprometidas com a sustentabilidade socioambiental. (COSTA; MARINHO; PASSOS,2007).

E também sobre o tema esporte de aventura:

Compreendem o conjunto de práticas esportivas formais e não formais, vivenciadas em interação com a natureza, a partir de sensações e emoções, sob condições de incerteza em relação ao meio e de risco calculado. Realizadas em ambientes naturais (ar, neve, água, gelo e terra), como exploração das possibilidades da condição humana, em resposta aos desafios desses ambientes, quer seja em manifestações educacionais, de lazer e de rendimento, sob controle das condições de uso dos equipamentos, da formação de recursos humanos e comprometidas com a sustentabilidade socioambiental. (COSTA; MARINHO; PASSOS,2007).

Essas definições utilizadas pelo ministério não são das mais aceitas pelos pesquisadores das atividades de aventura, porém cada autor utiliza um conceito próprio.

Começamos este entendimento citando que nas últimas duas décadas é crescente o número de praticantes dos chamados “esportes radicais”, nos quais se enquadram as atividades desenvolvidas em centros

urbanos, como o *skate*, o *parkour*³, os patins e a escalada esportiva *indoor*, enquadram-se, igualmente, as atividades desenvolvidas na natureza, como o surfe, o *mountain bike*, o *trekking*⁴, o mergulho, o paraquedismo e algumas modalidades de escalada, como a esportiva, a tradicional, entre outras (cf. UVINHA, 2001).

Já Pereira e colaboradores definem esportes radicais da seguinte forma:

O esporte radical, é a prática de atividade física onde prevalece o risco e apesar de existir a [sic] muito tempo, foi no início do século XXI que esse fenômeno se consolidou sendo estudado pela Educação Física. (PEREIRA, ARMBRUST, RICARDO, 2008).

De acordo com a definição de esporte proposta por Barbanti,

Esporte é uma atividade competitiva institucionalizada que envolve esforço físico vigoroso ou o uso de habilidades motoras relativamente complexas, por indivíduos, cuja participação é motivada por uma combinação de fatores intrínsecos e extrínsecos. (BARBANTI, 2011, p. 57).

Há, ainda, segundo Barbanti (2011), a possibilidade de que algumas atividades sejam classificadas como esporte sob certas circunstâncias, mas não quando essas circunstâncias mudam. Por isso, devemos nos preocupar com as condições necessárias para certas atividades serem classificadas como esporte; nesta perspectiva, podemos considerar algumas atividades de aventura como esporte, pela combinação de fatores que apresentam.

Já Betrán, um dos autores de referência nas atividades de aventura, coloca que as atividades físicas e desportivas de risco não são apenas uma maneira de se colocar fisicamente em jogo com o prazer da prova; elas participam da elaboração contemporânea da identidade, quer dizer, da relação consigo mesmo e com os outros dentro do contexto do individualismo contemporâneo (2003, p. 38).

³ *Parkour*: atividade de transpor obstáculos naturais utilizando-se apenas do corpo com saltos e manobras.

⁴ *Trekking*: caminhada com orientação com duração média a longa.

Buscando um consenso entre os autores aqui estudados, utilizaremos o termo “atividades de aventura”, e não “esportes radicais”, por se tratarem de atividades físicas que buscam o inesperado, sob uma visão própria do lazer, e não como subconteúdo do lazer esportivo (cf. MARCELLINO, 2002, p. 18) ou outro. Reforçando nossa posição, utilizaremos o termo designado pelos congressos da área: Congresso Brasileiro de Atividades de Aventura e Congresso Internacional de Atividades de Aventura.

Em um entendimento mais aprofundado, Buckley e Uvinha trazem-nos definições da palavra “aventura” utilizadas por dicionários de diferentes países como: “experiência inesperada ou emocionante”, “iniciativa ousada”, “atividade perigosa”, “uma experiência emocionante”, “um ato de resultado incerto, uma iniciativa arriscada”, “o encontro com riscos”, “uma realização ousada na qual há riscos e que conta com eventos imprevistos”. Todas estas definições, portanto, incluem elementos de emoção, incerteza e perigo (cf. BUCKLEY; UVINHA, 2011, p. 7).

Já é possível encontrarmos atividades de aventura como escalada, arvorismo⁶, rapel e tirolesa em *buffets* infantis e clubes, colocando as crianças e adolescentes em idade escolar, cada vez mais cedo, em contato com estas atividades (cf. AURICCHIO, 2009).

Auricchio (2009) e Uvinha (2009) tratam da formação do professor de educação física para trabalhar com esportes radicais na escola, já que tais atividades envolvem risco de acidentes e, muitas vezes, necessitam de equipamentos especiais que devem ser manuseados por profissionais com treinamento.

A escalada é uma das atividades de aventura mais tradicionais e que nos últimos anos tem chegado inclusive às escolas, ficando a cargo do professor de Educação Física buscar a formação para desenvolver este conteúdo. Porém, em seu estudo, Pereira (2007) relata que a escalada não está inserida nas aulas de educação física escolar, mas, sim, como uma atividade com conteúdos e objetivos próprios, recebendo, inclusive, atenção e horário especiais.

⁶ Arvorismo: atividades com cordas e cabos suspensos de uma base a outra.

Se tomarmos por base os estudos de Dias, porém, veremos que a história das atividades de aventura, ou das atividades de lazer na natureza, remete ao século XIX, quando foram fundadas as primeiras instituições científicas e organizadas as primeiras viagens de exploração naturalista, as formações de jardins botânicos e recreios públicos, enfim, uma série de vivências que, mesmo sem serem chamadas propriamente de lazer, permitiam que a natureza fosse encarada e concebida como um lugar para o lazer e o divertimento (2009, p. 35).

Tais atividades, no entanto, não são praticadas somente na natureza. Marinho e Bruhns (2001) comentam a prática de atividades de aventura em ambientes artificiais – como a escola, proposta por Pereira –, na tentativa de eliminar os riscos e os perigos existentes sem, entretanto, excluir o sentido de aventura intrínseco na atividade. Diferente disso, apenas o modifica: a aventura passa a ter relação direta com o novo significado dado à prática.

Spink e Spink relatam que a aventura e o perigo sempre foram experimentados na evolução do ser humano, haja vista as migrações, explorações e navegações, velhas companheiras de nossa espécie (2009, p. 21).

Já as atividades de aventura praticadas contemporaneamente nas cidades assumem um real significado no contexto urbano e denotam um grande desafio aos gestores na identificação dos equipamentos de lazer que permitam o uso criativo deste espaço. O *skate* foi considerado, segundo pesquisa realizada em 2002, o segundo esporte mais praticado no País, chamando a atenção das autoridades públicas, que estão dando mais atenção a essa prática (cf. UVINHA, 2011).

Outra atividade que vem crescendo nos últimos anos é o *parkour*, criado na década de 1990 na França e que hoje, pela facilidade de se encontrar obstáculos no meio urbano, é bastante praticado em parques e praças (cf. UVINHA, 2011, p. 162).

Um exemplo clássico de equipamentos de lazer influenciando a prática das atividades de aventura foi a inauguração do Parque da Juventude, como é conhecido, na cidade de São Bernardo do Campo (SP), que, desde agosto de 2007, propõe-se unir atividades como escalada, *skate*, *roller*, *bike*, *rapel* e tirolesa, caminhada e *playground* em um único espaço e com a

infraestrutura necessária: ambulatório, banheiros, praça de alimentação, sala de apoio, acessibilidade para deficientes físicos e segurança 24 horas (cf. UVINHA, 2011, p. 163).

As atividades de aventura também são bastante praticadas além das cidades, nos períodos de férias, pelo turismo em locais naturais; caracteriza-se, então, o chamado turismo de aventura.

Uvinha (2005b) traz uma análise conceitual do ecoturismo, turismo de aventura e esportes radicais. Para o autor, ecoturismo é um turismo de observação da natureza local, mais ligado a uma caminhada. O turismo de aventura é a vertente mais ligada a uma atividade como *rapel*, escalada ou voo de *paraglider*. Esporte radical é o termo ligado ao risco propriamente dito e, segundo o autor, há uma tentativa de fugir dessa denominação, buscando uma conotação mais branda, como a palavra aventura, sob pena de perder um público não familiarizado com esse risco, certamente presente em tais modalidades.

A definição de turismo de aventura inicialmente aceita e utilizada no Brasil foi produto da oficina para elaboração do Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável do Turismo de Aventura, realizado na cidade de Caeté (MG) em abril de 2001, e teve a seguinte redação:

segmento do mercado turístico que promove a prática das atividades de aventura e esporte recreativo em ambientes naturais e espaços urbanos ao ar livre, que envolvam os riscos controlados exigindo o uso de técnicas e equipamentos específicos, adoção de procedimentos para garantir a segurança pessoal e de terceiros e o respeito ao patrimônio ambiental e sócio-cultural. (Mtur, 2005. p.).

Atualmente, porém, a definição adotada pelo Ministério do Turismo (2005) é a seguinte: atividades turísticas decorrentes da prática das atividades de aventura de caráter não competitivo.

Já Buckley e Uvinha utilizaram o termo “turismo de aventura” para designar passeios comerciais guiados, cuja principal atração é uma atividade ao ar livre que dependa das características de relevo natural, geralmente

requer equipamento especializado, esportivo ou similar, e é considerada emocionante para um grupo de clientes, mesmo que estes não manuseiem seus próprios equipamentos, sendo simples passageiros (2011, p. 05).

Recorremos novamente aos estudos de Dumazedier que coloca as férias como um dos quatro períodos de lazer propostos. Em seu livro *Lazer e cultura popular* (2001), aprofunda-se de forma significativa no aumento da demanda pelas viagens de férias na França – as quais o autor chama de migrações de lazer, quando o chamado “deserto francês⁵” passou por um grande desenvolvimento nos lugares de maior visitação. Estes, por sua vez, não foram preparados e não receberam bem os turistas, pois nenhum esforço sério de informação ou formação foi feito em relação a esse quadro. O turismo de massa realizado no período de férias tornou-se, então, um problema, não só social, mas também econômico. Os profissionais dessas áreas começaram a trabalhar juntos e a desenvolver soluções que pudessem atender desde os operários até as pessoas mais bem colocadas socialmente. Essas soluções englobam o alojamento em hotéis de luxo ou pousadas rurais mais afastadas, que, para o turista não se entediar, vêm desenvolvendo programas que visam atender aos que querem apenas descansar, mas também aos que buscam natureza e desafios, por exemplo, escalar montanhas.

Ainda de acordo com Dumazedier (2001) podemos correlacionar o que aconteceu no Brasil na última década com a França das décadas de 1970 e 1980. Esta, visando à melhoria no serviço oferecido ao lazer de férias, criou algumas organizações, como a *Union Nationale des Camps de Montagne*, que oferecem aos jovens alojamento, monitores de esqui, instalações e materiais. Esse tipo de “pacote” deu certo, pois, em apenas 13 anos, o número de jovens atendidos aumentou seis vezes.

Recorrendo novamente aos estudos de Buckley e Uvinha (2011), distinguem-se quatro tipos, ou componentes, diferentes do turismo de aventura que facilitam nosso entendimento. O primeiro é a viagem independente, que se qualifica como turismo no sentido das estatísticas econômicas; ela envolve, no mínimo, algum transporte e acomodação comercial e também atividades que os viajantes em questão consideram de aventura. O segundo consiste em

⁵ Deserto francês é um local de pouca visitação longe dos centros urbanos.

pacotes comerciais completos de turismo de aventura, com serviços de guias, que se originam em datas e lugares específicos. O terceiro proporciona locais fixos com atividades de aventura disponíveis, tanto para turistas como para moradores locais, sendo que a proporção mais significativa da clientela é composta por turistas; estações de esqui são bons exemplos neste caso. O quarto tipo é composto por todas as empresas e segmentos econômicos auxiliares que estão relacionados ao turismo de aventura por vários mecanismos, notadamente os setores de equipamentos recreativos, roupas e acessórios e mercado imobiliário da região.

Voltando à nossa realidade, no Caderno de Orientações Básicas para o Turismo de Aventura (2010) há uma pesquisa que aponta o lazer como a principal motivação para a viagem de férias dos brasileiros e a natureza, ecoturismo e aventura como a segunda motivação para as estas viagens, ficando atrás apenas de sol e praia.

Esse turista, longe de ser convencional, pode ser treinado na técnica do *rapel* e ter acesso a descidas de cachoeiras, cânions, vales e cavernas, sendo-lhe então proporcionada maior diversão e a oportunidade de interagir com estes atrativos naturais, não requerendo, ainda, o uso excessivo de força física (cf. AURICCHIO, 2012).

Os produtos comerciais de turismo de aventura, contudo, não operam isoladamente. Alguns deles estão disponíveis apenas para clientes que tenham determinadas habilidades, aprendidas por meio de atividades independentes (cf. BUCKLEY; UVINHA, 2011). Essa situação é muito vivenciada nas atividades de aventura, em que muitos jovens e adultos são iniciados por amigos ou familiares que já as praticam.

Surpreendeu-nos deparar, na última bibliografia estudada para esta parte do trabalho, com os estudos de Ramos (2005), que afirma que expedições e incursões em meio natural nos moldes das escolas de educação ao ar livre, como NOLS e OB⁶, são as que mais se aproximam do turismo de aventura e atividades como *bungee jump*, escalada, tirolesa e *rapel*, aos quais o autor refere-se como esportes radicais, não podem ser classificadas como

⁶ National Outdoor Leadership School e Outward Bound – são escolas de educação ao ar livre que utilizam, em sua metodologia, a experiência do participante em atividades em áreas naturais.

turismo de aventura. Essa relação citada por Ramos é contrária a todos os estudos citados neste trabalho e requer um aprofundamento futuro.

Ainda na investigação sobre o turismo de aventura fomos buscar as origens dessa prática, principalmente por crianças nos períodos de férias ou feriados. O primeiro contato com as atividades de aventura, em sua maioria ligadas à natureza, pode ocorrer, muitas vezes, em acampamentos de férias⁷ e hotéis, como relata Farias:

alguns acampamentos contam com chalés, refeitórios, quadras e ginásios poliesportivos, discotecas, campos de futebol, piscinas, lagos, trilhas e muitas outras coisas para se fazer. Nestas instalações a diversão rola solta, a criatividade é desenvolvida entre a disciplina e o companheirismo através de atividades realizadas junto de instrutores capacitados. (apud SILVA, s/d, p. 1).

Stoppa fala sobre as atividades nos acampamentos de férias e as propostas de lazer para os hóspedes com pouco ou nenhum “horário livre”, termo esse com o qual o autor não concorda, pois se há horário livre há, também, os horários não livres, em que as crianças são obrigadas a participar das atividades (cf. STOPPA, 1999, p. 153).

As atividades não devem ser impostas às crianças, porém o caráter do acampamento de férias não é apenas de lazer; deve haver, por meio do “jogo do saber”, proposto por Marcellino, uma relação entre lazer e educação (cf. STOPPA, 1999, p. 154).

Os profissionais podem levar as crianças a ultrapassar os limites do acampamento, conhecer o modo de vida da população local, sua cultura, ter contato maior com áreas verdes, rios e animais, desenvolvendo, assim, as relações humanas com a natureza e fazendo-as explorar, de modo equilibrado e sustentável, esses recursos naturais combinando-os com os recursos industrializados do acampamento, mantendo sua característica “rústica” e comparando com o lazer das cidades (STOPPA, 1999, p. 155).

Essa intervenção, por meio de atividades de aventura e de esportes alternativos, realizada nas colônias ou acampamentos de férias, é relatada por

⁷ Termo usado por Stoppa (2007, p. 15) para definir os locais destinados a receber grupos de crianças e adolescentes nos períodos de férias escolares ou, ainda, grupos de escolas, igrejas, famílias e empresas em finais de semana, feriados ou outras épocas do ano.

Campos (2012) como um vislumbre, com a superação do enfoque no aprendizado técnico rumo a um projeto que possa abarcar as correlações entre estas atividades e as vivências corporais praticadas nestes equipamentos para uma aprendizagem mais significativa e contribuindo com o processo educacional.

Mas, para que isso ocorra, a mídia tem um papel fundamental no desenvolvimento deste tipo de lazer. Segundo Goulias,

com a ascensão dos esportes de aventura na mídia, os acampamentos têm-se munido destas práticas, como o *rapel*, a escalada, o arvorismo, no sentido de atualizarem suas ofertas e atraírem interessados. Atividades como a tirolesa e a cama elástica são consideradas elementos imprescindíveis em acampamentos, como também as trilhas, quer sejam realizadas a pé ou de bicicleta. (GOULIAS apud SILVA, s/d, p. 2).

Mas não é só nos acampamentos de férias que tais atividades devem ultrapassar os muros. Uvinha diz que a prática dos esportes radicais pode ser estimulada pela escola por meio de passeios programados para a praia ou campo, vivenciando diversas modalidades, desde que avaliadas as condições de segurança. Essas condições exigem prévio reconhecimento do local, verificação da qualidade dos equipamentos utilizados, comprovação da idoneidade da empresa prestadora de serviço, materiais e procedimentos adequados de pronto-socorrismo no caso de incidentes/acidentes, anuência dos pais e responsáveis e permissões de entradas em parques (cf. UVINHA, 2009, p. 61).

Com tal aumento na oferta e demanda das atividades de “lazer-aventura” faz-se necessária a capacitação dos profissionais envolvidos por meio de uma formação específica, da qual trataremos nos capítulos que seguem.

1.3 Formação e atuação profissional no lazer

Começamos este item caracterizando formação para familiarizar o leitor com o termo que será utilizado nos itens que seguem.

Segundo Werneck (2000), formar significa fecundar um conjunto de ideias e reflexões, criar possibilidades que nos retirem de posições

acomodadas, mobilizando-nos e transformando-nos. É uma maneira de nos colocarmos avessos a certezas cristalizadas, com curiosidade e desejo de saber para construirmos juntos o conhecimento.

Já a formação profissional é entendida, por Ramalho e colaboradores, como:

O processo permanente de aquisição, estruturação e reestruturação de condutas, saberes, habilidades, ética, hábitos inerentes ao desenvolvimento de competências para o desempenho de uma determinada função profissional (2004, p. 84).

O mais importante, neste processo, é a formação profissional inicial, pois afeta diretamente a formação de uma forma geral, em que essas experiências adquiridas durante esse processo são relevantes seja no sentido de rejeitá-las ou buscar subsídios para o desenvolvimento do seu trabalho (cf. BASEI, 2009).

Basei (2009) aponta ainda que no começo da atuação profissional os docentes recuperam as experiências vividas, especialmente na formação inicial, reproduzindo e/ou resignificando os aspectos que o marcaram positivamente e rejeitando os modelos que o marcaram negativamente.

Ainda conforme a autora, numa pesquisa que trata de docentes do ensino superior relatando suas vivências na escola, os sujeitos afirmam que em sua atuação profissional eles descartam os aspectos negativos de sua formação, mas utilizam as experiências e conhecimentos adquiridos no campo de atuação estudado.

Outra reflexão é necessária quando falamos sobre a formação das competências necessárias para a atuação profissional. Ramalho e colaboradores afirmam que

Delimitar as competências a serem trabalhadas na formação inicial possibilita criar uma referência comum para os formadores dos futuros profissionais e pode orientar os futuros profissionais no próprio processo da sua formação [...] Essas competências são declaradas desde o início e norteiam o processo formativo. (RAMALHO, NUÑEZ, GAUTHIER, 2004, p. 84).

Trataremos, então, da formação profissional utilizando estudos sobre as competências necessárias no âmbito do lazer, área em que, desde a década de 1990 e meados de 2000, Marcellino (2000) vem questionando a formação do profissional que nela atua. Este capítulo não visa responder a tais questionamentos, que são ainda atuais, mas sua discussão principal basear-se-á neles.

Segundo Isayama (2010), ao refletir sobre a formação de profissionais para atuar no âmbito do lazer, é necessário reforçar que este é um campo multidisciplinar, que possibilita a concretização de propostas interdisciplinares. Neste sentido, o desafio é agregar esforços para formar profissionais capazes de construir coletivamente ações teórico-práticas sobre o lazer que sejam significativas, a fim de não mascarar ou atenuar problemas sociais dos sujeitos envolvidos.

Para atuar na área de lazer, independentemente da função a ser exercida, Pina (1995) coloca que o profissional deve combinar algumas características: a) formação; b) informação; c) comportamento e atitude; d) atualização; e) imaginação e intuição; f) criatividade; g) cooperativismo; h) dedicação; i) comunicação; j) autoformação permanente.

Pina (1995, p. 124) ainda relata a importância do profissional nos equipamentos de lazer, como em centros esportivos, parques, clubes, entre outros. CORÔNIO E MURET, apud PINA, (1995, p.124), diz que estes são “a alma do equipamento de lazer” e suas funções vão muito além da simples organização das atividades.

Para Marcellino, quando falamos da formação dos profissionais do lazer, podemos distinguir seis categorias possíveis: cursos livres de curta duração, formação de nível superior específica, inserção de habilitações em cursos de nível superior, pós-graduação *stricto sensu* diversificado com linhas de pesquisa específicas, pós-graduação *lato sensu* e MBA (2007, p.15).

Em relação às atividades de aventura, incluiríamos nas categorias propostas por Marcellino os cursos técnicos específicos de cada modalidade, assim como surgem os cursos técnicos em lazer, como o mesmo autor cita a seguir ao falar sobre a formação para a área do lazer:

Os processos de formação de profissionais para atuação na área do lazer vêm ganhando cada vez mais espaço no Brasil, em decorrência da demanda verificada no mercado, em franca expansão. Além da inclusão de disciplinas específicas em cursos de graduação, como educação física, turismo, hotelaria entre outros, já começam a surgir os primeiros cursos específicos de graduação e um número razoável de cursos técnicos. (2003, p. 9).

Na continuação desta caracterização, segundo Isayama (2010), há muito que se fazer no âmbito da formação para a atuação no campo do lazer, mas é preciso que se forneçam elementos para a consolidação de um profissional crítico, questionador, criativo, reflexivo, articulador, pesquisador, interdisciplinar, e que saiba pôr em prática, efetivamente, as “teorias” propostas pelos grupos em que vai atuar. Sendo assim, a formação não deve ser pensada de forma fragmentada, mas como um processo que não se inicia, nem se esgota na formação inicial.

Isayama (2011) ainda relata que os profissionais do lazer devem ser capazes de construir coletivamente ações teórico-práticas, porém, no Brasil, a formação profissional no âmbito do lazer vem concretizando-se a partir de duas perspectivas, sendo a primeira na formação de um profissional mais técnico, instrumentalizado no domínio dos procedimentos e metodologias, sendo um tecnicista. São esses próprios alunos que anseiam por “receitas prontas de atividades”, tendo o mercado de cursos que se adaptam para atendê-los. A segunda perspectiva aponta, como prioridade, a formação centrada no conhecimento, na cultura e na crítica por meio da construção de saberes e competências. A formação do profissional do lazer deve, então, ser pautada na competência técnica, científica, política, filosófica e pedagógica.

Ao encontro do pensamento de Isayama, citamos Werneck:

Quando a formação é fundamentada na perspectiva por meio do consumo puramente técnico de um rol de “práticas recreativas”, da ênfase no conhecimento de um número determinado de jogos e brincadeiras, bem como da compra alienada de bens/serviços de lazer, são feridos os princípios de autonomia dos sujeitos e fica limitado o potencial teórico-prático lúdico, crítico, criativo e interdisciplinar que pode ser vivenciado nessas experiências. (WERNECK, 1998 p. 5).

Segundo a autora, a formação é feita de acordo com o mercado, sendo composta por atividades prontas em que o profissional que está sendo formado apenas reproduzirá o que viu durante a formação e não será crítico e criativo em relação a essas atividades.

Marcellino (1995) coloca que é preciso também, com base no domínio de um determinado campo de conhecimentos, procurar formar o profissional, ou reciclar aquele que já atua, para reverter as mesmas expectativas do mercado.

Capacitar e desenvolver uma estrutura de animação composta de animadores profissionais (com competências específicas e gerais) e de animadores voluntários é o desafio que se apresenta para órgãos gestores de políticas públicas na área. É preciso enfatizar, ainda, que a busca deve ser de um novo especialista que atue em equipes multiprofissionais com vistas a desenvolver um trabalho multidisciplinar com base numa visão concreta do lazer, aliando competência técnica, sólida cultura geral e exercício constante da reflexão sobre a ação desenvolvida, consubstanciada no compromisso com a mudança por meio da exploração das amplas possibilidades de trabalhar o plano cultural, de uma perspectiva democratizada (cf. MARCELLINO, 2003).

Nessa formação profissional no lazer deve haver um vínculo entre a universidade e os demais espaços sociais que compõem nossa realidade e cultura, de modo que o acesso à reflexão teórico-prática e aos saberes científicos, tecnológicos e/ou jurídicos construídos pela humanidade possa atingir seu propósito, que é desenvolver nossa capacidade de orientação em relação a diferentes objetivos e a problemas interdisciplinares, complexos e variados (cf. WERNECK, 1998).

O profissional do lazer, denominado animador sociocultural – termo proposto por Dumazedier, como visto anteriormente –, tem diferentes formações, e isso é extremamente necessário, pela própria abrangência da área cultural. São professores de educação física, arte-educadores, profissionais de turismo, de hotelaria etc., que dominam o conteúdo cultural; têm vontade de dividir esse domínio com outras pessoas, devendo, para isso, possuir uma sólida cultura geral que lhes dê a possibilidade de perceber a intersecção/ligação de seu conteúdo de domínio com os demais; exercer cotidianamente a reflexão e a valoração próprias da ação do educador, o que

os diferenciá dos “mercadores” da grande maioria da indústria cultural, e ter o compromisso político com a mudança da situação em que nos encontramos, atuando com base nessa perspectiva (cf. MARCELLINO, 2003).

Tais profissionais, segundo Werneck (1998), devem ser atores sociais e devem ser capazes de refletir sobre os limites e possibilidades da situação na qual se encontram; saber analisar as contradições; identificar horizontes de manobras; suportar determinados conflitos e incertezas e correr riscos. Devem, enfim, experimentar a possibilidade de jogar com as regras e com as imposições socioculturais mais amplas.

Marcellino (1995) não nega a validade da especialização em lazer, mas diz que a especialização não deve fechar-se aos outros domínios do conhecimento, sendo que a “especificidade concreta” do lazer exige um novo especialista – não o “especialista tradicional” (superficial e unidimensional), mas o que domine sua especialidade dentro de uma visão de totalidade. E, para contemplar essa visão, são exigidos pelo menos dois requisitos: uma sólida cultura geral – que permita perceber os pontos de intersecção entre a problemática do lazer e as demais dimensões da ação humana, e a contribuição de outras áreas de ação/investigação – e o exercício constante da reflexão.

Longe do ideal, porém, o profissional do lazer está sendo utilizado nos equipamentos para “animar” os clientes e “tapar o sol com a peneira”, escondendo problemas de organização e falta de qualidade em eventos e serviços. Mas deve partir desse profissional o seu reconhecimento perante as equipes de planejamento. Para isso, ele deve respeitar-se, estudar, aprofundar-se e perceber a intersecção de sua área com as demais, e não reforçar os estereótipos do sujeito simpático e bom camarada que sabe “agitar”, pura e simplesmente (cf. MARCELLINO, 2000).

Em relação a essa formação, o mesmo autor ainda cita 13 itens (Quadro 1) aos quais as faculdades de ponta em estudos do lazer devem dar mais atenção, sendo o item sete o que mais se enquadra em nosso contexto (MARCELLINO, 2000, p. 129-130).

Quadro 1 – Itens para formação em lazer

Item	Conteúdo ao qual as faculdades devem dar atenção na formação em lazer
1.	Dar a atenção devida aos cursos de graduação.

2.	Enfatizar a pesquisa na área, em que está praticamente quase tudo por fazer.
3.	Atuem com projetos de extensão, não extensionista, funcionando como verdadeiros laboratórios de pesquisa “quase experimental”.
4.	Estimular o intercâmbio com as outras universidades e faculdades, que anualmente jogam no mercado um número de profissionais muito grande.
5.	Promover o intercâmbio com empresas e poder público, procurando saber suas expectativas de profissional, trabalhando a partir, mas não ficando restritas a elas, e mostrando como vem se organizando a formação profissional.
6.	Não ter pudores, na quase totalidade, preconceituosos, de locais de trabalho. É possível desenvolver uma ação profissional competente e consequente em qualquer âmbito de trabalho.
7.	Não fornecer, como se diz no jargão, “receitas” de atividades, mas propiciar a formação de um repertório de atividades, vivenciadas e refletidas, que possa servir de base para o início das atividades profissionais, com constante aprimoramento. É um elemento neutralizador aos profissionais que só leram “manuais de atividades” ou, o que é pior, compilações desses manuais.
8.	Equilibrar na formação dos profissionais pelo menos quatro eixos complementares: teoria do lazer, relatos de experiências refletidas de profissionais, vivências dos conteúdos culturais, e políticas e diretrizes gerais no campo. Isso permitirá que se estude a especificidade do lazer, sua “disciplinaridade”.
9.	Mostrar, repetidamente, que o lúdico e o prazer podem se manifestar em outros tempos, fora do lazer, mesmo em nossa sociedade. Isso significa entender o lazer como ‘especificidade concreta’, e, na sua especificidade, com possibilidades de gerar valores que ampliem o universo das manifestações do brinquedo, do jogo, da festa, da recreação, para além do próprio lazer. O que poderá estimular a participação em equipes que buscam a interdisciplinaridade, sem a qual a questão do lazer fica muito empobrecida.
10.	Dar condições de “alicerçamento” de uma sólida cultura geral, necessária para o trabalho interdisciplinar, em todas as áreas, e de modo específico no lazer, aliado ao exercício constante de reflexão.
11.	Privilegiar em seus currículos a formação geral, voltada para a especificidade da área, e não a especificidade descontextualizada.
12.	Não estabelecer o “perfil do profissional” a ser formado, <i>a priori</i> . Esse “perfil” tem que ser construído ao longo do curso, principalmente em uma fase de aceleradíssimas transformações, em que o que é atual no início de um curso, por exemplo, em termos de habilidades específicas, pode se tornar rapidamente obsoleto. É preciso preparar os alunos para o desenvolvimento de quadros. É preciso atualizar, ou mesmo formar, quem já trabalha na área, e é preciso também formar os “voluntários”.
13.	Incutir nos alunos a necessidade de desenvolvimento profissional constante, para que, como já dito anteriormente, não se tornem presas fáceis de discursos de manuais de “autoajuda” de baixa categoria, em situações adversas do mercado de trabalho, vendendo a “alma” e o “corpo”.

Fonte: MARCELLINO, 2000, p.129-130

A questão da multidisciplinaridade na formação profissional do lazer pode ser encontrada em Isayama (2010), segundo o qual é fundamental pensar em possibilidades coletivas e interdisciplinares de trabalho, superando, dessa forma, a ideia de que esse campo é propriedade dessa ou daquela área. Essa multidisciplinaridade, portanto, contribui de forma substancial para avanços qualitativos sobre o lazer.

Para tanto, é fundamental recorrer à história, à educação física, ao turismo, à sociologia, à psicologia, à educação, à administração, à terapia ocupacional, entre outras, o que já vem acontecendo, mas não de maneira sistemática. É fundamental estabelecer essas parcerias e trabalhar as especificidades de cada uma. Mas nada disso adiantará se o animador não buscar o constante conhecimento e souber relacionar, de forma crítica e

criativa, a teoria e a prática e aprofundar seus estudos sobre o lazer, atualizando-se constantemente e buscando sempre uma formação continuada (ISAYAMA, 2010, p. 16).

Não longe da nossa realidade, Uvinha (2010) cita estudos da Universidade de Tecnologia de Sydney que apontam as dificuldades dos graduandos em lazer da Austrália para lidar com um campo multidisciplinar de estudos que têm, muitas vezes, natureza profissionalizante. Isso implicaria que estes alunos deveriam dominar, em apenas três anos, disciplinas teóricas de ciências humanas, em sua maioria, relacioná-las com o âmbito do lazer e aplicá-las em sua atuação profissional, o que se torna extremamente complexo.

Para concluirmos este trecho do trabalho, colocamos uma citação de Werneck na qual a autora compara a formação profissional no lazer com a bricolagem:

quando nos esforçamos por combinar, adaptar e criar situações pedagógicas em nossa práxis, levamos em conta a diversidade cultural presente na formação, formos capazes de escutar e olhar com mais atenção e ver o oculto, o não dito e o dissimulado; quando tivermos um conhecimento mais profundo da realidade e quando soubermos relativizar as evidências do senso comum. Uma práxis saboreada e desenvolvida desde a formação profissional exige mais do que domínios e conteúdos e de técnicas preestabelecidas que assegurem a transmissão do saber. (WERNECK, 1998, p. 9).

Citamos anteriormente que as atividades de aventura são uma das vertentes dos conteúdos do lazer e que seus profissionais também são considerados animadores socioculturais. Dando seguimento aos estudos sobre formação profissional, especificaremos a seguir esse tema.

1.4 Formação profissional nas atividades de aventura

Atividades de aventura, turismo de aventura e turismo ecológico são termos que podem tornar-se sinônimos, dependendo das falas dos autores e não podemos citar um sem o outro, visto que as atividades de aventura também são praticadas em ambientes naturais, muitas vezes por turistas, sendo que esse tipo de lazer tem o apelo ecológico da sustentabilidade.

Moesch (2003) nos coloca que deve existir um profissional capaz de orientar as vivências sociais e ambientais em áreas públicas que se tornam turísticas quando organizadas para o acesso de visitantes. Porém, esse profissional não deve ter apenas a competência técnica e específica, e, sim, ser um sujeito construtor de sensibilidade, de criatividade, de desvelamento, de integração entre o humano, o cultural e o ambiental.

A mesma autora ainda coloca a importância de disponibilizar o patrimônio natural para as populações locais e os visitantes, visando ao desenvolvimento de uma conscientização para a preservação desses espaços e o acesso a uma melhor qualidade de vida – turismo sustentável.

Relacionando as atividades de aventura à sustentabilidade, Uvinha afirma que:

A educação em ambientes *outdoor* tem sido mundialmente defendida como ferramenta pedagógica alternativa, com significativas contribuições ao aprendizado do aluno, na busca de uma sociedade transformadora e engajada com as atuais lutas de preservação e conservação ecológicas. (UVINHA, 2009, p. 62).

Para que isso ocorra, no entanto, faz-se necessária uma capacitação, pois poderá, de certa forma, vir dos alunos graduados, sendo que para Marinho (2004) o profissional que trabalhará com as atividades na natureza deve saber as possibilidades que estas atividades oferecem como parte integrante dos conteúdos do ensino na graduação. Por exemplo, seria interessante entender e explicar, por meio da fisiologia do exercício, quais variáveis fisiológicas interferem em uma caminhada em uma trilha ou em uma corrida de orientação; quais músculos são mais exigidos nas remadas do *rafting* ou da canoagem por intermédio da eletromiografia, nos estudos relacionados à biomecânica do movimento; como as relações sociais se estabelecem entre escaladores, partindo do embasamento dos estudos do lazer e da recreação e da Sociologia.

Em outro entendimento, Uvinha (2005a) diz que no Brasil existem poucas publicações acadêmicas na área das atividades de aventura, assim como poucos cursos de graduação ou pós-graduação específicos. O que há são disciplinas específicas nos cursos de Educação Física e Turismo que

tratam das temáticas de turismo de aventura, ecoturismo e atividades físicas de aventura na natureza – diferentemente do que existe em países como Austrália, Nova Zelândia e Inglaterra, onde são encontrados cursos de graduação e pós-graduação específicos nestas áreas.

Birmingham merece destaque entre as cidades da Inglaterra por oferecer tradicionalmente, por intermédio de The University of Birmingham, cursos de graduação (bacharelado) em turismo de aventura. O curso, intitulado Adventure Tourism Management, é convalidado em três anos e possui em sua grade disciplinas como administração do risco, desenvolvimento do lazer e tecnologia da informação. (UVINHA, 2005a, p. 293).

Na cidade de São Paulo, a partir do ano de 2009, foi criado um curso de especialização *lato sensu* em esportes e atividades de aventura, que está na quarta turma, com cerca de 70 profissionais pós-graduados na área. Esses profissionais produziram quase uma centena de trabalhos acadêmicos sobre as atividades de aventura, mas muitos ainda não estão publicados. Sabemos que outros cursos de especialização na área dos esportes radicais foram criados, porém demos ênfase a este por ser o único pesquisado e com turmas em andamento. Colocamos um descritivo destes cursos ao final deste trabalho para uma melhor visualização (Anexos F, G, H, I, J e K).

Bahia e Sampaio (2007) fundamentam esse curso de especialização quando sugerem alguns aspectos para o planejamento de iniciativas para o desenvolvimento dos esportes de aventura, sendo o primeiro deles a necessidade de formação de profissional especializado com conhecimentos na área a ser visitada, bem como conhecimentos acerca de fenômenos naturais que podem interferir na atividade, condições climáticas previstas para a época, orientações sobre procedimentos que evitem uma demasiada exposição ao risco e orientações sobre educação ambiental e possíveis impactos socioambientais.

Seguindo esta lógica, apresentada aos professores de educação física que trabalham os conteúdos da cultura corporal, sugeridos por Neira e Uvinha (2009), é necessário haver uma formação mais específica em tais atividades para que se possa melhor analisar a proposta de um passeio fora da escola e saber, ao menos, o funcionamento de um sistema de gestão de

segurança, como explica Auricchio (2012), para o gerenciamento de risco adequado e maior segurança dos praticantes.

Buckley e Uvinha (2011) relatam que as atividades de aventura no Brasil atraíam pouca atenção da comunidade acadêmica mundial até a década de 1990. Hoje, porém – corroborando o citado anteriormente –, já se pode encontrar uma série de publicações, não só na área da Educação Física ou Turismo, como também nas Ciências Sociais, Educação, Psicologia e Medicina, entre outras, denotando, assim, um extraordinário potencial transversal do tema. Sabemos, no entanto, que essas publicações mais expressivas vêm acontecendo há cerca de oito anos, pois, como o próprio autor relata anteriormente, até 2005 não havia muitas publicações.

Nesse caminho da formação profissional em atividades de aventura fora do âmbito da escola e do esporte, surgiram normas para a regulamentação do turismo de aventura, como as NBRs 15501 e 15331, citadas por Auricchio (2012), como fruto do trabalho conjunto do Ministério do Turismo e da Abeta, como veremos a seguir.

1.5 Regulamentação das atividades de aventura e as normas técnicas ABNT CB 54

Ao nos referirmos à regulamentação das atividades de aventura, não podemos deixar de citar a importância da Abeta, que é hoje reflexo da mobilização de empresários que buscam fortalecer os segmentos de ecoturismo e turismo de aventura no Brasil, tendo como base o associativismo e a oferta segura e responsável de atividades. Trata-se do motor de transformação dos segmentos, criando condições para que as empresas de ecoturismo e turismo de aventura sejam fortes e competitivas no mercado nacional e internacional (ABETA, 2005).

Com o surgimento da Abeta foi ocupado um espaço de destaque nas principais iniciativas de organização e desenvolvimento de ecoturismo e turismo de aventura no Brasil. A entidade integra o Conselho Nacional de Turismo, coordena o Grupo de Trabalho de Turismo de Aventura do INMETRO e mantém importante diálogo e parceria com entidades como Ministério do

Turismo, Sebrae Nacional, Ministério do Meio Ambiente, Embratur e ABNT (ABETA, 2005).

Mas o que é a ABETA e qual o papel da associação?

A Abeta é a Associação Brasileira de Empresas de Turismo de Aventura e Ecoturismo, uma associação civil, de direito privado sem fins lucrativos; surgiu da percepção de empresários acerca da necessidade de unir forças em busca de um segmento profissional, com foco em qualidade, segurança e sustentabilidade. O papel da Abeta é representar os interesses das empresas de turismo de aventura no País, com foco no desenvolvimento do mercado de turismo de aventura e ecoturismo no Brasil, por meio de uma agenda que contempla diversas ações:

- qualificação de empresários e profissionais;
- promoção do associativismo;
- realização de pesquisas e estudos sobre o segmento e o mercado turístico;
- implementação de práticas de gestão da segurança nas empresas e destinos de turismo de aventura;
- representação política institucional do segmento perante a sociedade;
- promoção e comercialização do turismo de aventura e ecoturismo no Brasil e exterior (ABETA, 2005).

Em relação às normas técnicas ABNT CB 54, estas retratam as atividades como turismo de aventura, e não atividades de aventura, termo proposto no início do trabalho.

Segundo a ABNT 15285, no item 5.1, o condutor de turismo de aventura deverá ter os seguintes conhecimentos:

- a) interpretação de sinais naturais climáticos;
- b) técnicas de navegação e orientação (por exemplo, interpretação básica de cartas topográficas, mapas – legenda e simbologia, escala, curva de nível e utilização de bússola, orientação por sinais naturais);

- c) técnicas de condução de grupos, integração e estratégia de solução de conflitos;
- d) estratégias de comunicação e técnicas de instrução para grupos;
- e) requisitos básicos de segurança no turismo de aventura;
- f) fatores que contribuem para a ocorrência de acidentes;
- g) perigos e riscos ambientais mais comuns;
- h) situações e procedimentos de emergência genéricos adequados;
- i) procedimentos de primeiros-socorros;
- j) legislação e conservação ambiental;
- k) técnicas de mínimo impacto ambiental;
- l) regras básicas de educação e convívio social, e cuidados com a higiene pessoal;
- m) aspectos legais e condições de trabalho, tais como responsabilidade civil e criminal, Código de Proteção e Defesa do Consumidor e Legislação de Segurança do Trabalho aplicáveis ao Turismo de Aventura.

No item 6.1, a norma afirma que o condutor deverá ter desenvolvimento profissional contínuo:

O desenvolvimento profissional contínuo preocupa-se com a manutenção e melhoria das competências. Isto pode ser alcançado por meios como experiência profissional adicional, estudo privado, treinamento orientado, participação em reuniões, palestras, seminários, conferências ou outras atividades pertinentes.

Em continuação, o item 6.2 fala sobre a manutenção das competências desse condutor:

Convém que os condutores mantenham e possam demonstrar as suas competências mínimas, mediante a participação regular em atividades de turismo de aventura (por exemplo, por meio de registros).

Durante a pesquisa foram escolhidas para análise as normas técnicas brasileiras relacionadas às atividades de aventura e, mais

especificamente, as que apresentam a palavra “condutores”⁸ em seu título principal. Tal processo deu-se para filtrar as normas que em seu texto descrevem as competências dos condutores de atividades de aventura.

Para que se cumpram essas normas, o Ministério do Turismo, em parceria com a Abeta, por meio do programa Aventura Segura, disponibilizou gratuitamente cursos de capacitação para condutores de turismo de aventura na forma de ensino a distância (EAD) e na forma presencial.

Tais cursos em EAD conseguem atingir um grande número de alunos que recebem seu certificado digitalizado ao final do curso tendo realizado a carga horária.

Já os cursos presenciais foram ministrados apenas nos principais destinos do turismo de aventura no País abrangendo apenas agentes locais que já trabalhavam, ou queriam trabalhar, com turismo de aventura.

São notáveis as polêmicas que se formam em torno das práticas radicais, seja na regulamentação das modalidades por seus respectivos órgãos administrativos (confederações, federações e associações) como na padronização dos equipamentos de segurança em um mercado emergente, mas com formação e capacitação de pessoal deficitárias e incipientes na maioria das vezes (cf. TEREZANI, 2010).

1.6 Pesquisa documental

Análise das normas técnicas relacionadas ao condutor de turismo de aventura

Para uma melhor análise das normas técnicas ABNT CB 54 relacionadas ao condutor de turismo de aventura, foram criadas quatro categorias norteadoras para um melhor entendimento dos leitores em relação a este conteúdo específico. Por se tratar de normas técnicas com textos muito semelhantes, diferenciando apenas na questão técnica de cada modalidade, decidimos analisá-las em conjunto, destacando as particularidades, quando ocorrerem. As normas analisadas são:

⁸ Segundo a NBR 15500 que descreve as terminologias do turismo de aventura, condutor é o profissional que conduz o praticante ou grupo de praticantes nas atividades de turismo de aventura.

- ABNT NBR 15285 – Turismo de Aventura – Condutores – Competências de pessoal.
- ABNT NBR 15370 – Turismo de Aventura – Condutores de *rafting* – Competências de pessoal.
- ABNT NBR 15397 – Turismo de Aventura – Condutores de montanhismo e de escalada – Competências de pessoal.
- ABNT NBR 15398 – Turismo de Aventura – Condutores de caminhada de longo curso – Competências de pessoal.
- ABNT NBR 15399 – Turismo de Aventura – Condutores de espeleoturismo de aventura – Competências de pessoal.
- ABNT NBR 15400 – Turismo de Aventura – Condutores de canionismo e cachoeirismo – Competências de pessoal.

Quanto à formação profissional existe necessidade de formação específica nas atividades de aventura relacionadas ao lazer

Não encontramos nas normas nenhum item específico relacionando a formação profissional para o lazer, sendo a norma 15285 transversal, servindo de base para todas as normas de competências de pessoal que analisaremos a seguir e que são, em sua maioria, idênticas no que se refere ao lazer ou formação profissional. Porém, a norma cita o trabalho do condutor em relação à condução dos grupos de turistas e praticantes; nela encontramos a relação entre as normas e os conteúdos físico-esportivos e turísticos que são conteúdos do lazer citados anteriormente na pesquisa bibliográfica.

As atividades de aventura como conteúdo cultural do lazer, mais especificamente nos interesses físicos esportivos relacionados a outros conteúdos

Por se tratar de normas técnicas aos condutores, fica difícil o entendimento sobre os conteúdos abordados, porém, ao analisarmos cuidadosamente as regras a serem aplicadas aos praticantes, encontramos a relação com o conteúdo físico-esportivo do lazer na questão da prática em si e sua metodologia de segurança nas atividades aplicadas.

A formação profissional superior em atividades de aventura no lazer é recomendada, mas não exigida pela atuação profissional

Alguns resultados esperados pelas normas são: cumprir a legislação, planejar a atividade de turismo de aventura, decidir sobre alterações na programação das atividades de turismo de aventura, aplicar técnicas elementares de orientação e navegação, garantir o uso adequado de equipamentos, liderar grupos, instruir o cliente quanto às técnicas mínimas e práticas necessárias para a realização da atividade, assegurar o bem-estar e a segurança do cliente, gerenciar situações de emergência, aplicar primeiros socorros, prevenir impactos ambientais e sociais decorrentes das atividades de turismo de aventura, assegurar a satisfação do cliente, cuidar da apresentação pessoal e postura profissional.

Ao analisarmos os resultados esperados, constatamos que profissionais graduados nos cursos de Educação Física, Turismo ou Turismo e Lazer atenderiam prontamente às normas, porém de forma parcial, a ser complementada com cursos específicos com os conteúdos adquiridos nas respectivas graduações. Essas graduações citadas têm em comum a disciplina Lazer, ou Lazer e Recreação, que instrumenta o profissional em conteúdos do lazer para trabalhar em diferentes áreas, sendo uma delas o turismo de aventura ou as atividades de aventura.

De acordo com os conteúdos culturais, as atividades de aventura são uma das vertentes do lazer. Portanto, seria necessária, ainda que não em cursos específicos, a formação em lazer para atuação desses profissionais

Todas as normas afirmam que o condutor deve procurar desenvolvimento profissional contínuo, seja por meio de cursos, palestras, *workshops* etc. Porém, elas não definem a quem cabe oferecer tal formação aos condutores, seja em lazer ou em turismo de aventura, pois tais condutores não têm uma sólida formação, o que deixa a desejar em conhecimentos mais específicos, e que teriam caso tivessem se graduado em cursos superiores. Em comum às normas técnicas e aos conteúdos do lazer, temos a área do turismo, na qual conseguimos as relações entre ambas e por meio dessa formação interdisciplinar, temos o cliente como beneficiário final.

1.7 Relações

As atividades de aventura, assim como o turismo de aventura que aparece nas normas da ABNT, fazem parte da área do lazer, conforme citamos anteriormente. Porém, nos estudos para formação profissional não percebemos que se esteja dando a devida importância a essa relação.

Buscando esse entendimento na literatura, podemos citar Schwartz, que, a nosso ver, traduz a relação do lazer com a atividade de aventura:

As atividades de aventura se tornaram uma das opções mais atrativas do campo do lazer, imprimindo, inclusive, novos conceitos ao modo de usufruto do tempo disponível, o qual, na contemporaneidade, apresenta estreita relação com vivências mais vigorosas do que as antigamente postuladas para o momento de descanso do trabalho. (SCHWARTZ, 2012, p. 147).

A formação profissional, independentemente da função a ser exercida, é de grande importância para a correta realização das atividades estabelecidas. Devemos dar ênfase maior à formação inicial, sendo esta a base. Na área do lazer, com base nos estudos apresentados, a formação profissional deve ser multidisciplinar para que se consiga trabalhar a interdisciplinaridade. Não é imprescindível que esta formação seja universitária, mas é aconselhável para um melhor aproveitamento, já que boa parte dela vem de cursos técnicos que não buscam uma formação crítica e criativa, e, sim, que o aluno saiba reproduzir atividades, de modo que não se forma um profissional com sensibilidade para lidar com os diferentes conteúdos do lazer. Esse profissional do lazer, ao qual denominamos animador, é peça fundamental dos equipamentos de lazer, mas sua atuação não deve se basear apenas na reprodução, mas na elaboração e adequação das atividades. Em sua atuação, este profissional deve buscar constantemente conhecimentos por meio de cursos de atualização, seminários etc. Esse interesse interdisciplinar no lazer está presente nos profissionais que trabalham com as atividades de aventura.

Diferentemente do lazer, nas atividades de aventura deveria, sim, haver uma formação técnica e específica na atividade a ser desenvolvida, pois o que temos é apenas uma iniciação em alguns cursos de nível superior e uma

única especialização na área. Mesmo com essa formação, o monitor de atividades de aventura deve buscar cursos nas mais diversas disciplinas envolvidas em sua atuação.

Já é fato, segundo nossa pesquisa, que animadores trabalham com atividades de aventura em hotéis, clubes e acampamentos que se utilizam dessas atividades como atrativo para seus clientes. Esses profissionais estão recebendo treinamento básico para as atividades, o que pode comprometer sua atuação por tratar-se de uma área com elevado grau de risco. Assim como os profissionais das atividades de aventura, eles devem receber uma formação complementar para que desenvolvam atividades mais prazerosas, melhorando a experiência dos praticantes.

Com base no conteúdo aqui apresentado faz-se necessária a pesquisa de campo para avaliarmos a atual situação da formação dos profissionais e de sua atuação nas atividades de aventura e qual a relação desse trabalho com os conteúdos de lazer aqui tratados.

CAPÍTULO II

A PESQUISA DE CAMPO

Nesta parte do trabalho realizamos a pesquisa de campo com os profissionais de atividade de aventura dos polos escolhidos utilizando como instrumento o questionário fechado aprovado pelo comitê de ética da instituição.

2.1 Pesquisa na cidade de Boituva – SP

Boituva está localizada entre as cidades de Porto Feliz, Cerquillo, Tatuí e Iperó, no estado de São Paulo, região Sudeste do Brasil, entre o norte do Paraná e o sul de Minas Gerais. Possui uma distância pequena entre os principais polos econômicos regionais: está a 100 km de São Paulo, 100 km de Campinas e 30 km de Sorocaba.

Localizado na formação Itararé do grupo Tubarão, está compreendida na depressão periférica da borda leste da bacia do Paraná, entre os planaltos e serras do Atlântico leste-sudeste. O relevo é formado por morros com encostas suaves (planos e alongados). Nessa paisagem predominam amplitudes locais de 100 a 300 m e declividades inferiores a 15%.

De acordo com o Plano Estadual de Recursos Hídricos, encontra-se na divisão hidrográfica denominada Tietê/Sorocaba. Sua malha pertence à bacia do Tietê, destacando-se como principal o rio Sorocaba. O abastecimento da cidade é feito pelo rio Sarapuí e há centenas de lagos na região ao redor da cidade.

Sua posição na escala Greenwich é 23° 17' 45" S de latitude e WGR 47° 40' 20" W de longitude e está a 638 metros acima do nível do mar. Está localizada às margens da rodovia Castelo Branco (SP-280), o que lhe confere uma posição estratégica no contexto dos grandes centros da região e passagem para o Mercosul.

- Coordenadas geopolíticas
Latitude: 23° 17' 45" S.
Longitude: 47° 40' 20" W.
- Altitude: 638 m.

- Temperatura média: 21° C.
- Precipitação média anual: 1.258,6 mm.
- Aeroporto mais próximo: aeroporto de Sorocaba (40 km).
- Rede Ferroviária Federal / concessão FERROBAN: Trecho em uso para carga e turismo.
- IDH – Índice de Desenvolvimento Humano: 0,798.
- IDH – Ranking dos Municípios Brasileiros: 14º.
- Índice de longevidade: 0,774.
- Número de agências bancárias: 07 (2010 – Prefeitura Municipal).
- Estabelecimentos comerciais e serviços: 963 (2010 – Prefeitura Municipal).
- Estabelecimentos industriais: 136 (2010 – Prefeitura Municipal).
- Abastecimento de água no município: 98% (2010 – Secretaria do Meio Ambiente).
- Esgoto no município (coleta): 80% (2010 – Secretaria do Meio Ambiente).
- Energia elétrica (urbana/rural): 15.600 estabelecimentos e residências (2010 – CPFL).
- Limpeza pública: 96,94% (2000 – Seade).

para o ensino do esporte, com instrutores habilitados e inspecionados pela Confederação Brasileira de Paraquedismo.

Todos os dias, do nascer ao pôr do sol, a área possui aviões sempre disponíveis e cursos para saltos individuais e duplos com instrutores técnicos que possibilitam ao aluno um desenvolvimento desde o primeiro salto.

Já a atividade de balonismo no município de Boituva começou a ser desenvolvida no ano 2000, com o Clube de Balonismo; hoje já existem diversos profissionais na área. Os voos podem ser feitos a qualquer dia desde que previamente agendados, sempre levando em consideração as condições favoráveis do tempo.

O voo de balão é uma forma única de viajar. Um voo tranquilo e silencioso, sentindo o bater dos ventos e com a visão de dezenas de quilômetros em todas as direções, propicia uma combinação fantástica entre paisagem e liberdade (cf. BOITUVA, 2012).

Em relação à pesquisa realizada no Centro Nacional de Paraquedismo, fui muito bem recebido ao entrar nas escolas, até descobrirem que eu não era cliente e, sim, um pesquisador. A maioria das pessoas abordadas apresentou receio em responder ao questionário. Em algumas situações fui recebido com descaso pelos instrutores. No primeiro dia da coleta de dados, apenas 12 sujeitos, dos 23 abordados, responderam à pesquisa.

Muitos deles alegaram falta de tempo para responder; outros declararam estar cansados, pois tinham acabado de chegar do salto; outro ainda disse que só responderia se eu realizasse um salto, nada se comparando ao instrutor que disse que se eu esperasse até as 18 horas e me sentasse no bar fornecendo uma rodada de bebida, ele responderia com o maior prazer. Entre os profissionais que responderam, ao menos dez foram muito atenciosos e se mostraram interessados no trabalho.

2.1.1 Resultados da pesquisa em Boituva – SP

Foram distribuídos 12 questionários para os profissionais de atividades de aventura que estavam atuando na cidade de Boituva – SP, e dois foram recebidos por e-mail, totalizando 14 questionários.

Questão 1. Há quanto tempo atua como profissional nas atividades de aventura?

Para esta questão obtivemos 14 respostas.

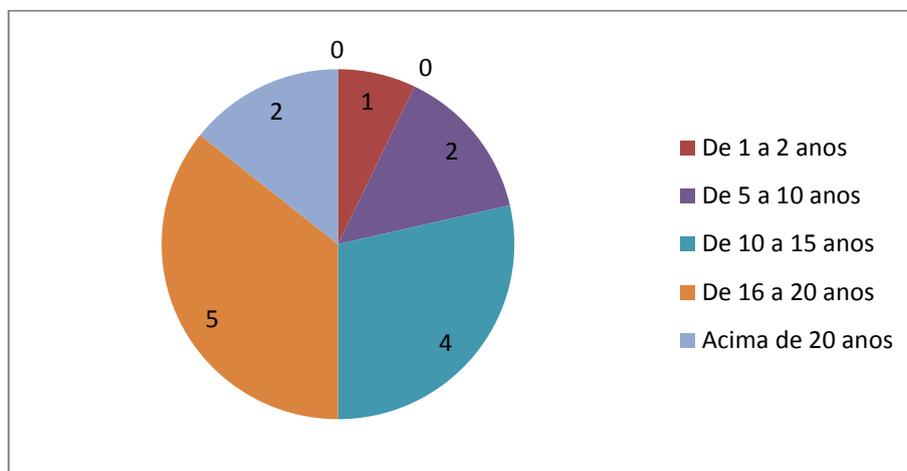


Gráfico 1 – Respostas à questão 1

Na atividade de paraquedismo, para tornar-se um instrutor, o candidato deve ter cursos específicos e uma quantidade determinada de saltos. Essa quantidade de saltos o habilitará para a continuidade da formação. Por isso, especificamente no paraquedismo, encontramos apenas um instrutor com até dois anos de experiência, dois instrutores com cinco a dez anos de experiência, quatro instrutores com dez a quinze anos de experiência, cinco instrutores com dezesseis a vinte anos de experiência e dois instrutores com mais de vinte anos de experiência, o que nos mostra que a prática é fundamental para o aperfeiçoamento profissional.

Questão 2. Quais seus tipos de atuação nas atividades de aventura?

Para esta questão obtivemos 14 respostas.

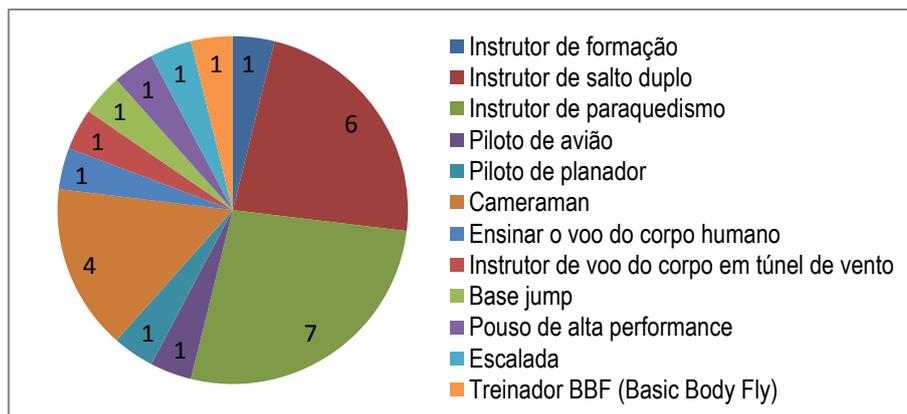


Gráfico 2 – Respostas à questão 2

Nesta questão, a maioria das respostas foi “instrutor de paraquedismo”, sendo que todos tinham ao menos uma segunda atuação, em sua maioria, “instrutores de salto duplo” ou “*cameraman*”. Porém, pela grande quantidade de especialidades na área do paraquedismo, encontramos atuações no ensino do voo do corpo humano, pouso de alta *performance* (utilizado em competições), *base jump*⁹ e túnel de vento. O interessante foi encontrarmos, entre as respostas, um instrutor de escalada e um piloto de avião e planador.

Questão 3. Em sua opinião, o profissional de atividades de aventura precisa ou não de uma formação universitária?

Para esta questão obtivemos 14 respostas.

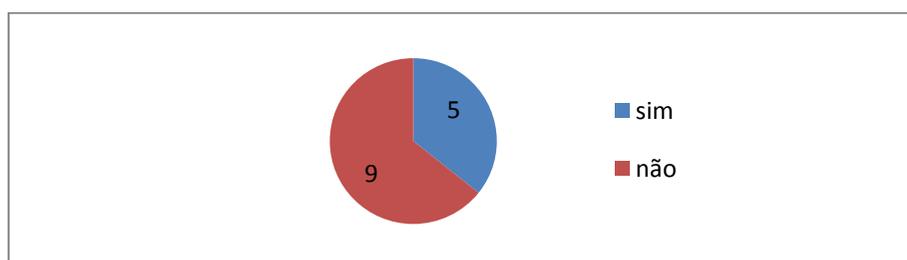


Gráfico 3 – Respostas à questão 3

Em sua maioria, os profissionais do paraquedismo acreditam não ser necessária a formação universitária, pois não há nenhum curso superior que

⁹ *Base jump* é o salto de paraquedas de lugares fixos com menos altura que os saltos tradicionais do avião.

trate desta modalidade. Porém, algumas respostas contradizem este ponto, acreditando ser necessária esta formação.

No caso de a resposta ser SIM, indagava-se qual a formação ideal.

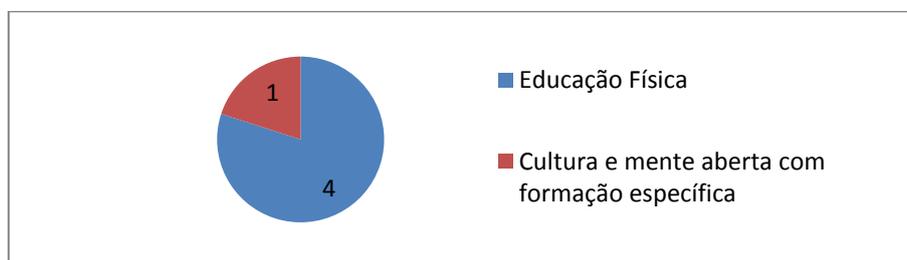


Gráfico 4 – Respostas à questão 3

Dentre as respostas afirmativas, quase a totalidade aponta o curso de Educação Física como ideal para se trabalhar com paraquedismo. Apenas em uma das respostas apareceu “cultura e mente aberta com formação específica”, que interpretamos como sendo necessária à formação, porém independentemente do curso, o profissional deve ter um bom preparo psicológico e uma formação específica em paraquedismo.

No caso de a resposta ser NÃO, indagava-se: Por quê? Das 9 negativas obtidas as respostas foram:

- “A atividade em si é uma faculdade.”
- “Pois já existe o curso técnico para tal.”
- “Voamos o corpo e velames.”
- “A formação universitária é muito bom, mas não existe nenhuma específica para minha atividade.”
- “A formação de instrutor já é uma formação completa.”
- “Porque o instrutor necessita ter uma instrução específica na sua área e não entender sobre outros esportes de aventura.”
- “A universidade abre diversos caminhos do conhecimento para se aprofundar, faltando em muitos cursos clareza quanto à atuação profissional pós-faculdade.”
- “Ele consegue desenvolver habilidades e adquirir conhecimentos necessários sem precisar de formação universitária.”
- “Por que é uma atividade muito específica.”

No caso da resposta negativa, os instrutores relatam que a atividade de paraquedismo já tem cursos de formação específica e que estes cursos suprem a necessidade da formação profissional sem precisar de uma formação universitária, que não traz o conhecimento específico sobre o paraquedismo e, muitas vezes, não deixa claro sobre a atuação deste profissional ao se formar.

Questão 4. Em sua opinião, o profissional de atividades de aventura precisa ou não de uma formação específica na área?

Para esta questão obtivemos 14 respostas.

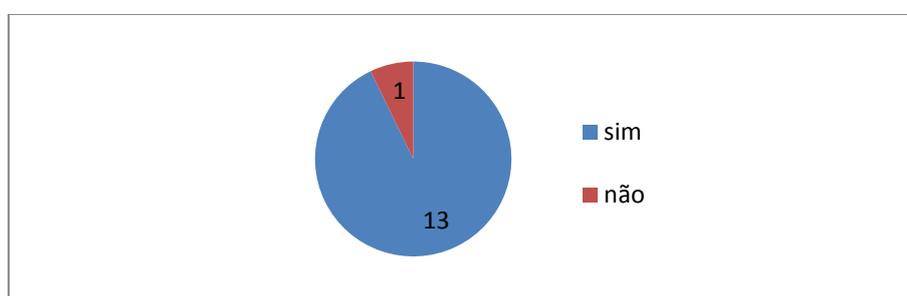


Gráfico 5 – Respostas à questão 4

É de consenso geral que o profissional de atividades de aventura precisa de uma formação específica na área de paraquedismo.

No caso de a resposta ser SIM, indagava-se qual a formação ideal?

Como todas as respostas foram diferentes, não apresentamos em gráfico e, sim, na listagem a seguir:

- “Curso específico / fazer especialidade.”
- “Cada qual na sua atividade.”
- “Curso inicial (*coach course*).”
- “Informações técnicas específicas.”
- “Instrutor AFF.”
- “A específica da área / técnica.”
- “Cursos básicos e avançados de paraquedismo.”
- “Curso de instrutor de paraquedismo.”
- “Um curso técnico profissionalizante.”
- “Educação corporal e mental.”
- “Uma desenvolvida por pessoas experientes no assunto.”

- “Aprofundamento na área em que pretende atuar.”
- “Aquela definida pela organização que rege o esporte em questão.”

Para os instrutores de paraquedismo que dizem ser necessária uma formação específica na área, muitas são as especialidades que estes podem seguir em sua atuação, o que fica claro nas treze (13) respostas diferentes. Porém, ao analisarmos, entendemos que existe uma sequência de cursos a serem realizados, sendo o de *coach* o primeiro, seguindo por instrutor de paraquedismo para salto duplo, instrutor AFF, e os demais são específicos para cada modalidade.

No caso de a resposta ser NÃO, indagava-se: Por quê? A resposta obtida foi:

- “Atitude e coragem não se aprendem em faculdade.”

Nesta resposta percebemos que o instrutor não entendeu a pergunta, que tratava de cursos específicos, e não mais de formação universitária.

Questão 5. O que pensa sobre os cursos de formação profissional específica nas atividades de aventura?

Para esta questão obtivemos 14 respostas.

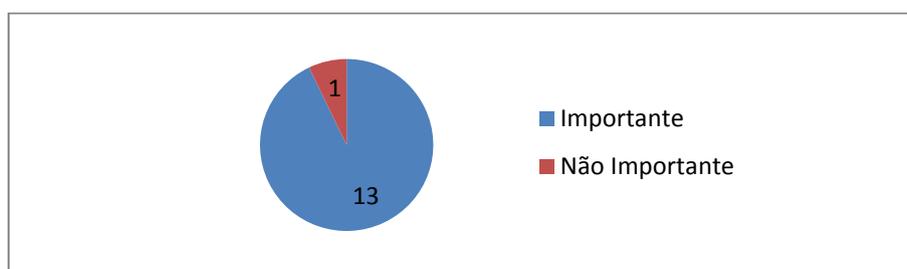


Gráfico 6 – Respostas à questão 5

A maioria das respostas aponta ser importante um curso de formação profissional específico para cada atividade de aventura, neste caso, mais precisamente, para o paraquedismo.

Ao responder IMPORTANTE, seguem as questões 5 (a) e 5 (b).

Questão 5 (a) Quais as atividades que um curso para formação específica em atividades de aventura deveria conter?



Gráfico 7 – Respostas à questão 5 (a)

Em relação a esta questão obtivemos diversas respostas sobre as atividades que o curso de formação específica deveria conter. Três respostas mencionaram cursos específicos para cada atividade de aventura, três indicaram o curso de primeiros socorros e resgate e duas, o curso de normas de segurança como principais. Porém, tivemos citadas outras atividades que esses cursos deveriam conter, como psicologia, relacionamento humano, comunicação, atividade física, atitudes em situação de risco, controle da mente sobre o corpo, sendo, ainda, uma das respostas o curso já ministrado pela Confederação Brasileira de Paraquedismo. O que nos mostra uma grande preocupação com a formação psicológica deste profissional.

Questão 5 (b). Quais profissionais poderiam ministrar esses cursos?

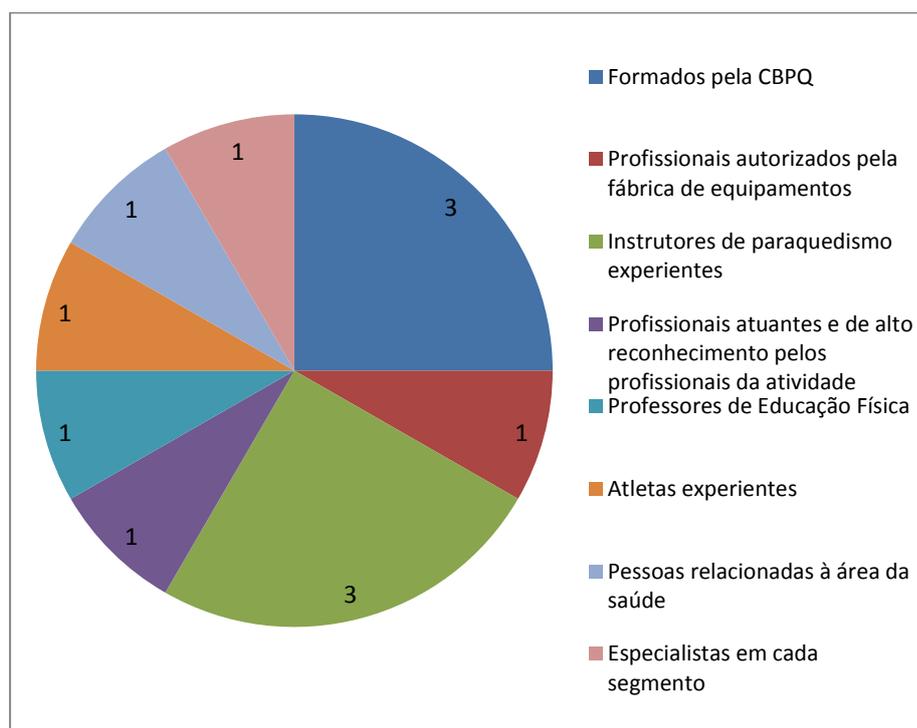


Gráfico 8 – Respostas à questão 5 (b)

Há uma grande divisão nos profissionais que poderiam ministrar esses cursos, porém três respostas mencionaram instrutores de paraquedismo experientes e três também citaram instrutores formados pela CBPQ¹⁰. Outras respostas são também relacionadas às pessoas mais experientes e reconhecidas, especialistas no segmento e também formadas pelos fabricantes de equipamentos. Apenas duas respostas mencionaram profissionais da área da saúde e professores de educação física, relacionados a pessoas com formação universitária.

Ante a resposta NÃO IMPORTANTE, indagou-se: Por quê? A resposta obtida foi:

- Existem cursos e confederações com normas e técnicas diferentes e todos são satisfatórios.

Ao responder “não importante”, um dos instrutores diz que já existem cursos e confederações com normas e técnicas diferentes, sendo esta formação satisfatória em sua opinião.

¹⁰ CBPQ – Confederação Brasileira de Paraquedismo.

Questão 6. Você se considera ou não um profissional do lazer?

Para esta questão obtivemos 14 respostas.

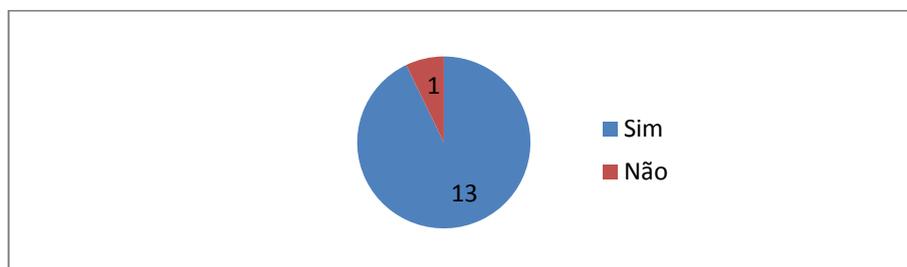


Gráfico 9 – Respostas à questão 6

Em sua maioria, os instrutores de paraquedismo consideram-se profissionais do lazer.

No caso de a resposta ser SIM, indagava-se: Por quê? As respostas obtidas foram:

- “Porque tenho as habilitações do órgão competente e o paraquedismo é um esporte.”
- “Divertimento ao povo.”
- “Divertimento ao leigo.”
- “Porque eu já tenho minha profissão. Atuo como instrutor em meus *hobbies*.”
- “Vivo disso e venho trabalhando com isso há 16 anos.”
- “Trabalho com isso há 17 anos.”
- “Porque eu proporciono um lazer às pessoas.”
- “Depende da intenção na prática do esporte, só para ver como é ou técnica de voo.”
- “O paraquedismo é uma atividade de lazer.”
- “Porque eu proporciono o lazer das pessoas, proporciono diversão.”
- “Porque a atividade que pratico e [na qual] atuo como instrutor é voltada diretamente para o lazer, e nos casos de salto duplo a oportunidade de as pessoas experimentarem todas as emoções da atividade sem necessariamente serem praticantes assíduas.”
- “Porque o paraquedismo pode ser praticado com o objetivo de lazer.”

No caso de a resposta ser NÃO, indagava-se: Por quê? A resposta obtida foi:

- “Sou instrutor de paraquedismo.”

Questão 7. Você considera, ou não, as atividades de aventura um conteúdo do lazer?

Para essa questão obtivemos 14 respostas.

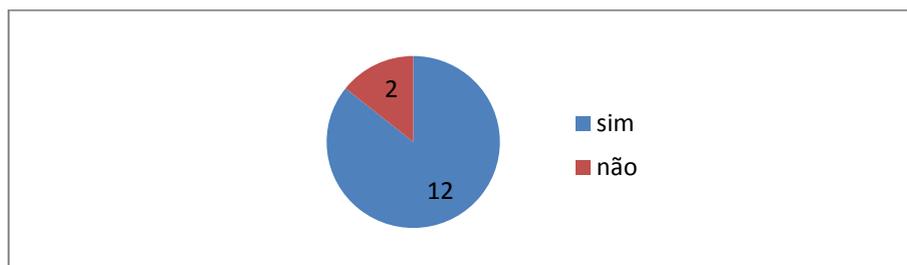


Gráfico 10 – Respostas à questão 7

No caso de a resposta ser SIM, indagava-se: Qual(is) deles? Porém, como os sujeitos entrevistados desconheciam os conteúdos do lazer aos quais nos referíamos, a maioria das respostas ficou sem sentido para a questão, portanto não foram levadas em consideração a título de resultados. Destacamos, no entanto, as respostas que se identificavam com o proposto pela questão:

- “Lazer de aventura, turístico, esportivo.”
- “Turístico.”
- “Turístico.”

No caso de a resposta ser NÃO, indagava-se: Por quê? As respostas obtidas foram:

- “Considero como um esporte de risco.”
- “Envolve muito risco de morte.”

Questão 8. Qual seu nível de escolaridade?

Para esta questão obtivemos 14 respostas.

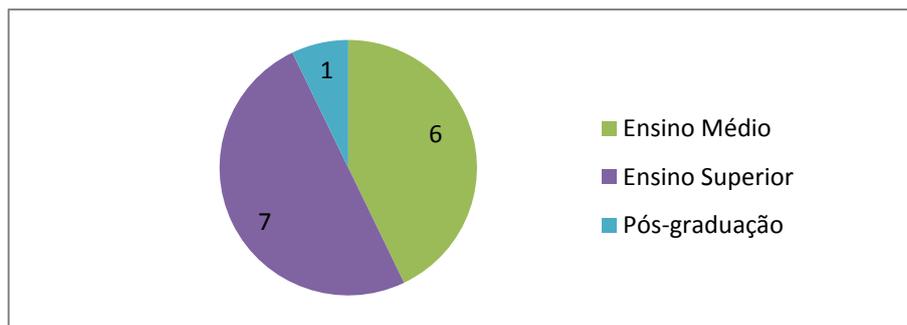


Gráfico 11 – Respostas à questão 8

Uma das questões principais deste trabalho mostra que, no caso do paraquedismo, a maioria dos instrutores tem nível superior ou pelo menos ensino médio completo.

No caso de a resposta ser ENSINO SUPERIOR, indagava-se: Qual curso? As respostas obtidas foram:

- “Administração.”
- “Administração.”
- “Administração.”
- “Direito.”
- “Direito.”
- “Nutrição.”
- “Licenciatura plena em Educação Física.”

No caso de a resposta ser PÓS-GRADUAÇÃO, indagava-se: Qual curso? A respostas obtida foi:

- “Mestrado em Engenharia de Software.”

Questão 9. Você fez ou não algum curso de formação específica em atividades de aventura?

Para esta questão obtivemos 14 respostas.

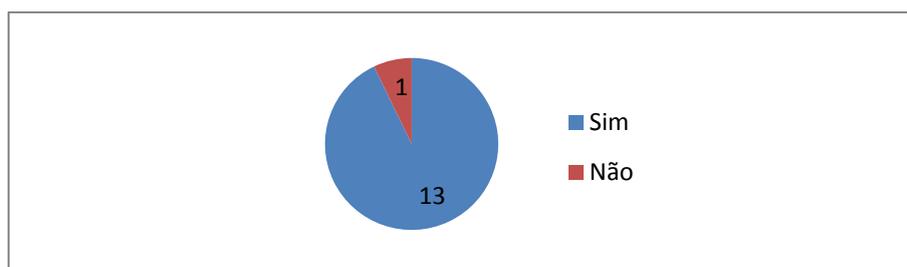


Gráfico 12 – Respostas à questão 9

Outro dado muito importante é que a maioria dos instrutores de paraquedismo já fez algum curso de formação específica na área.

No caso de a resposta ser SIM, indagava-se: Qual(is)?

No gráfico abaixo estão os cursos citados entre as respostas dos sujeitos, porém obtivemos também algumas respostas que não puderam ser tabuladas:

- “Todos.”
- “Todos exigidos pelo órgão responsável.”
- “Todos da CBPQ.”
- “Vários cursos de especialização e profissionalizantes na área de paraquedismo.”
- “As oferecidas pelo órgão regulamentador.”
- “Fiz vários cursos acompanhando a evolução do esporte e também em modalidades específicas do esporte.”

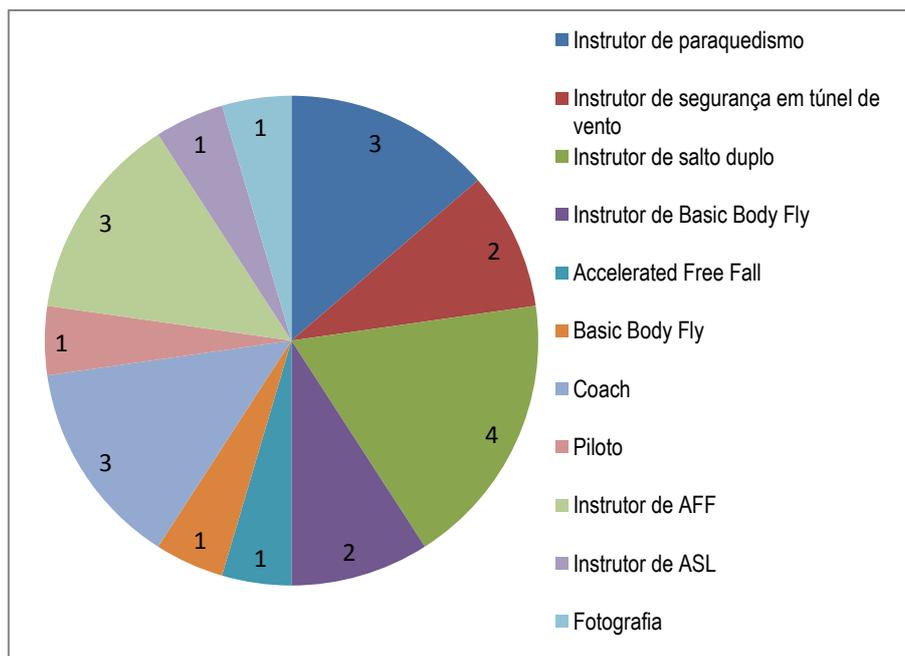


Gráfico 13 – Respostas à questão 9

Dentre os cursos realizados pelos instrutores chamam-nos a atenção os de instrutor de salto duplo, instrutor de AFF e de *coach*, que são, segundo os próprios profissionais, os cursos básicos para se tornar um instrutor de paraquedismo.

No caso de a resposta ser NÃO, indagava-se: Por quê? A resposta obtida foi:

- “Ausência de tempo.”

Questão 10. Você acredita, ou não, que um profissional de atividade de aventura deva ter conhecimentos específicos?

Para esta questão obtivemos 14 respostas.

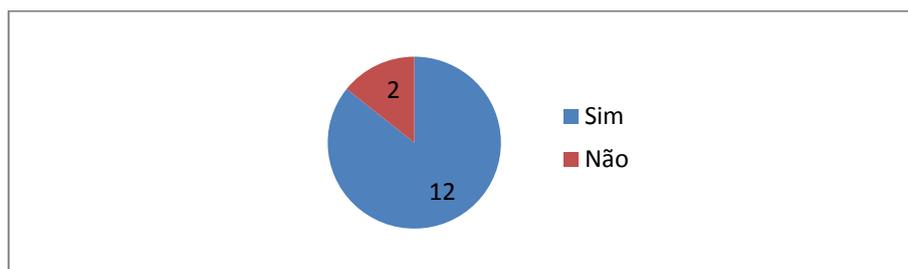


Gráfico 14 – Respostas à questão 10

Em sua grande maioria, os instrutores de paraquedismo acreditam que para trabalhar na área deve-se ter conhecimentos específicos.

No caso de a resposta ser SIM, o participante poderia marcar até 5 opções ou indicar quantas quisesse.

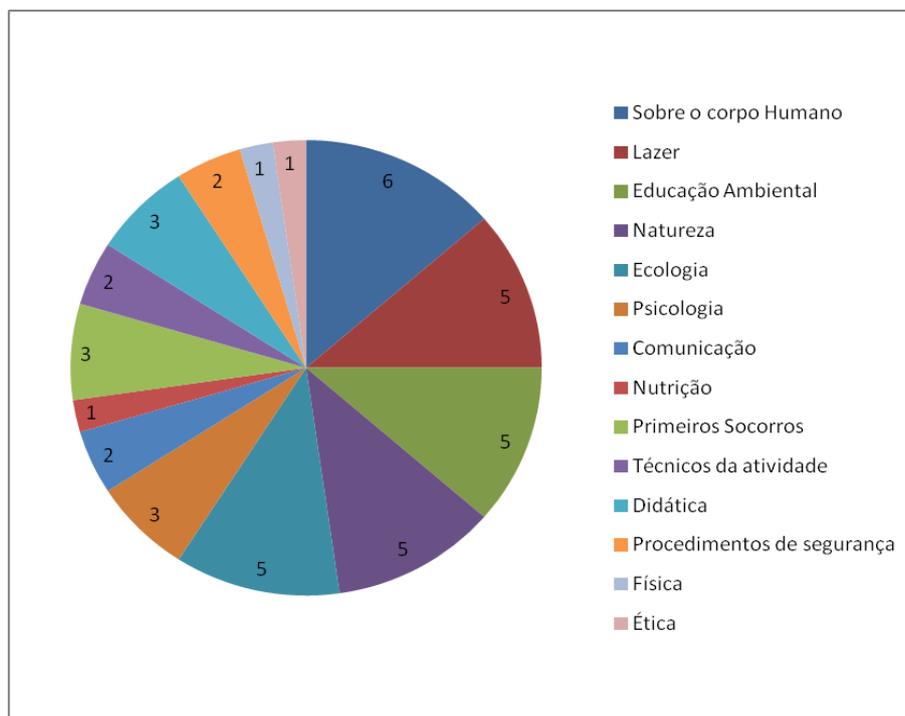


Gráfico 15 – Respostas à questão 10

Dentre os que acreditam ser necessário o conhecimento específico, foram citados como principais: lazer, educação ambiental, natureza, ecologia, psicologia, procedimentos de segurança e, até mesmo, didática e nutrição.

No caso de a resposta ser NÃO, indagava-se: Por quê? As respostas obtidas foram:

- “Em minha opinião não é necessário.”
- “Só conhecimento específico do esporte.”

2.2 Pesquisa na cidade do Guarujá – SP

Guarujá está localizado na ilha de Santo Amaro, formada por uma planície sedimentar, na qual predominam as areias e as argilas, e assenta-se sobre embasamento cristalino. Apresenta altitude média em torno de 145 metros, sendo a serra do Guararu o ponto de maior elevação, com 334 metros de altitude. A economia da cidade do Guarujá está baseada no turismo, no porto, na indústria, na pesca, no comércio e nos serviços. As empresas do setor portuário do Guarujá estão localizadas na margem esquerda do porto de Santos, o maior da América Latina e o principal do País e que movimentava aproximadamente 25% do comércio exterior brasileiro.

O segmento de alimentos e bebidas vem destacando a variedade da culinária local e buscado firmar-se como importante polo gastronômico do estado. A hotelaria, com seus mais de 9 mil leitos, oferece aos turistas opções para todos os gostos e todas as idades.

O segmento náutico é referência em todo estado e gera mais de 3 mil empregos diretos e possui mais de mil vagas para embarcações até 120 pés. A busca da melhoria constante e a realização de importantes obras viárias e de infraestrutura fazem do Guarujá um importante destino para investimentos nas diversas áreas econômicas (cf. GUARUJA, 2012).

A população fixa do município é de 265.155 habitantes, quase em sua totalidade fixados na área urbana (censo/IBGE/2000). A densidade demográfica (considerando somente a população fixa) é de 1.858,30 hab/km².

Conforme estimativas anuais, a população flutuante gira em torno de 1,6 milhão pessoas, somando os períodos de baixa e alta temporada.

Em virtude do bom tempo, sempre ensolarado, e também pelo fato de o verão ser bem longo e haver um acúmulo de feriados prolongados no início do ano, a alta temporada estende-se de novembro até início de maio, tendo, assim, uma média de 1,3 milhão de turistas neste período. Já na baixa temporada o número é bem menor, pois, no inverno, o turista não aproveita seu maior recurso natural, a praia, caindo o número de visitantes para uma média de 300 mil pessoas, entre junho e outubro.

A coleta de dados no Guarujá foi realizada em duas etapas. A primeira foi em 18 de novembro de 2012, quando dez (10) profissionais responderam ao questionário. É importante ressaltar que os participantes estavam inseguros em virtude da possibilidade de ser uma fiscalização do CREF¹¹, algo que já havia acontecido no passado e não foi bem visto pelos profissionais. Dessa forma, expliquei a origem da pesquisa e os sujeitos aceitaram participar.

A segunda etapa ocorreu no dia 06 de janeiro de 2013, quando fui às escolas indicadas pelo presidente da AESG¹². Neste dia conseguimos apenas oito questionários por causa da chuva que interrompeu os trabalhos.

O mapa topográfico da cidade do Guarujá não foi localizado.

2.2.1 Resultados da pesquisa na cidade do Guarujá – SP

Questão 1. Há quanto tempo atua como profissional nas atividades de aventura?

Para esta questão obtivemos 18 respostas.

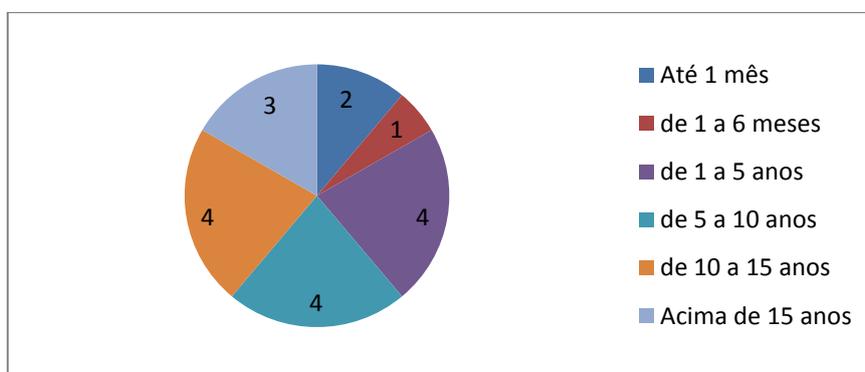


Gráfico 16 – Respostas à questão 1

¹¹ CREF – Conselho Regional de Educação Física.

¹² AESG – Associação das Escolas de Surfe do Guarujá.

Nesta questão obtivemos uma variedade muito grande de respostas, pois os que responderam “menos de um ano” são aprendizes vindos de projetos sociais ligados ao surfe, e os que responderam “mais de um ano” são surfistas com certa experiência que se tornaram instrutores.

Questão 2. Quais seus tipos de atuação nas atividades de aventura?

Para esta questão obtivemos 18 respostas.

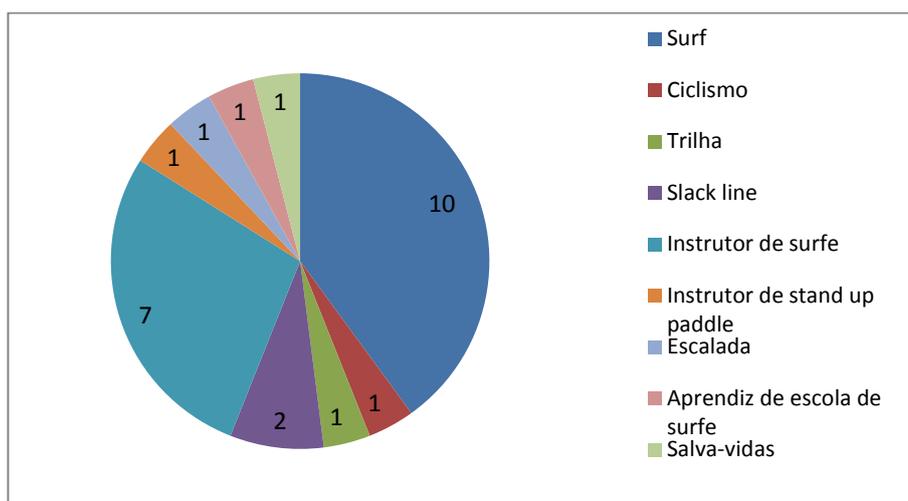


Gráfico 17 – Respostas à questão 2

Todas as respostas ao questionário mencionam uma segunda atividade de aventura além da principal, sempre ligada ao surfe. Percebemos, porém, que muitas dessas atividades são praticadas como lazer, e não profissionalmente.

Questão 3. Em sua opinião, o profissional de atividades de aventura precisa ou não de uma formação universitária?

Para esta questão obtivemos 18 respostas.

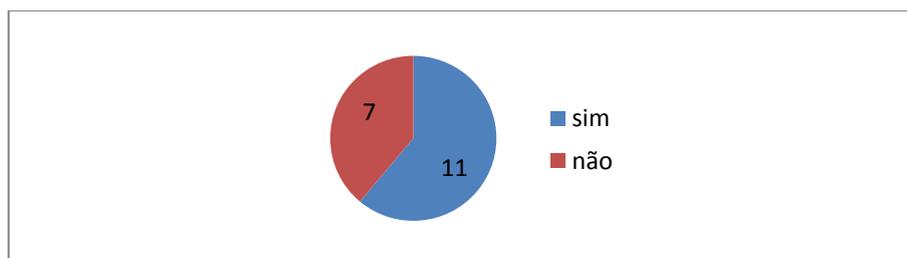


Gráfico 18 – Respostas à questão 3

Em sua grande maioria, os profissionais ligados ao surfe consideram importante a formação universitária para se trabalhar na área.

No caso de a resposta ser SIM, indagava-se: Qual a formação ideal?



Gráfico 19 – Respostas à questão 3

Das onze (11) respostas afirmativas, sete (7) responderam ser o curso de Educação Física a formação ideal e quatro (4) não souberam responder à questão.

No caso de a resposta ser NÃO, indagava-se: Por quê? As respostas obtidas foram:

- “Basta você ter prática, conhecer bem o esporte e saber ensinar às outras pessoas.”
- “Porque poderia existir alguns cursos profissionalizantes específicos ao instrutor de surfe. Pois a formação universitária abrange muitas áreas e pode não se especializar no surfe só como uma matéria.”
- “Convívio do dia a dia.”
- “Experiência com o esporte. Formação específica.”
- “Com o conhecimento e o tempo de prática, já está apto a ensinar.”
- “Tem que ter tempo de experiência.”

Na resposta negativa, destaca-se a experiência como fator fundamental para se tornar um instrutor, sem a necessidade de uma formação universitária e bastando um curso de formação específica aliado a esse conhecimento.

Questão 4. Em sua opinião, o profissional de atividades de aventura precisa ou não de uma formação específica na área?

Para esta questão obtivemos 18 respostas.

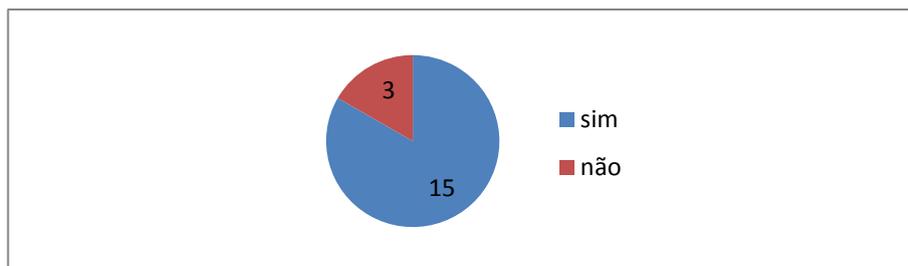


Gráfico 20 – Respostas à questão 4

Em relação à formação específica na área, obtivemos quinze (15) respostas afirmando que o profissional ligado ao surfe precisa de uma formação específica para sua atuação.

No caso de a resposta ser SIM, indagava-se: Qual a formação ideal?

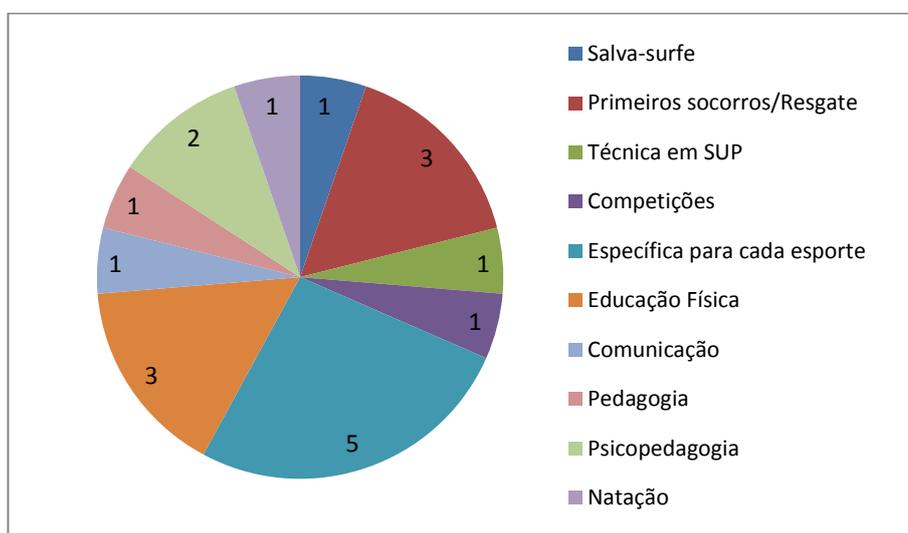


Gráfico 21 – Respostas à questão 4

Em relação à formação específica, destacam-se as respostas sobre as áreas nas quais deveria haver uma formação específica para cada esporte: primeiros socorros, resgate e educação física. Psicopedagogia aparece duas vezes com influência de uma escola na qual o dono tivesse essa formação. Essencial são as técnicas de nataçãõ, porém aparece apenas em uma das respostas.

No caso de a resposta ser NÃO, indagava-se: Por quê? As respostas obtidas foram:

- “Pelo menos o CREF, um curso específico.”
- “Porque ele já tem experiência de vida.”

Nas respostas negativas em relação a essa formação específica, uma delas menciona que o profissional deveria ter ao menos o curso do CREF (provisionado) e também que ele não precisa de formação específica, pois já tem experiência de vida, no caso no surfe.

Questão 5. O que pensa sobre os cursos de formação profissional específica nas atividades de aventura?

Para esta questão obtivemos 18 respostas.



Gráfico 22 – Respostas à questão 5

Todas as respostas consideram importante um curso de formação específica na área do surfe.

Ao responder IMPORTANTE, seguem as questões 5 (a) e 5 (b).

Questão 5 (a). Quais as atividades que um curso para formação específica em atividades de aventura deveria conter?

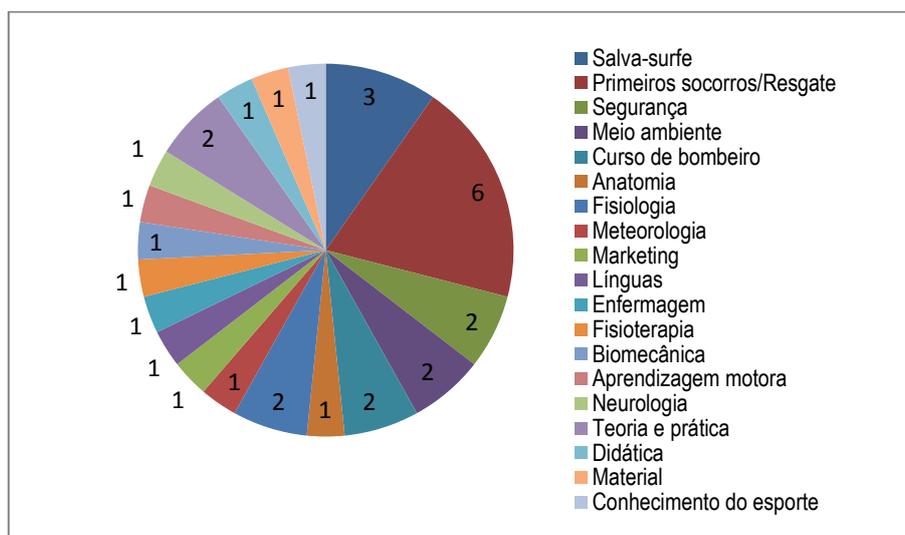


Gráfico 23 – Respostas à questão 5 (a)

Em relação às atividades que um curso de formação específica no surfe deveria conter, destacam-se as atividades de segurança, como primeiros socorros e resgate e o conhecimento em salva-surfe (resgate com prancha). As respostas foram variadas em relação a estes conteúdos, dos quais destacamos conhecimentos em línguas, didática, meteorologia, fisiologia, anatomia e enfermagem.

Questão 5 (b). Quais profissionais poderiam ministrar esses cursos?

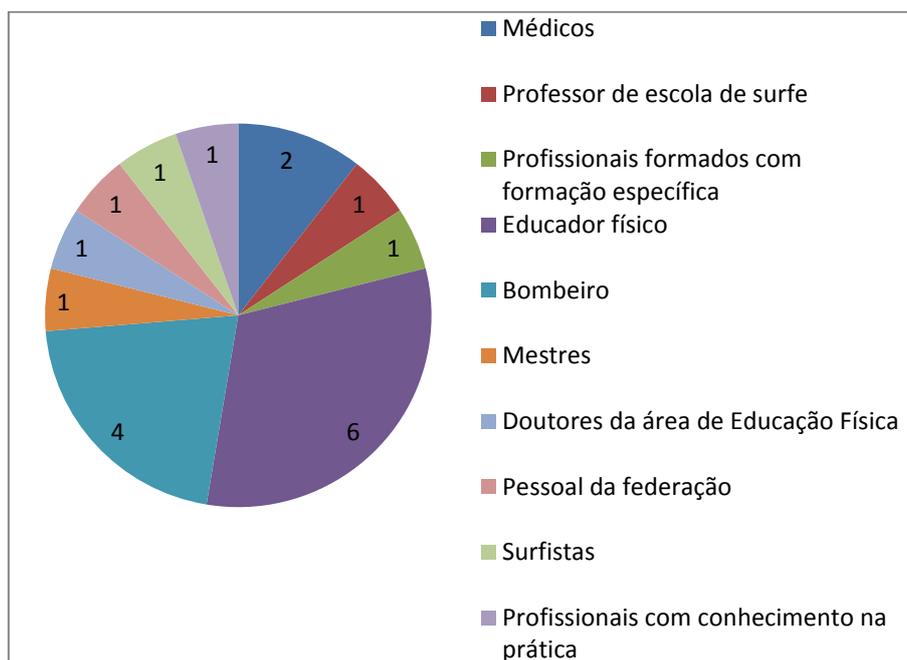


Gráfico 24 – Respostas à questão 5(b)

Quanto aos profissionais que poderiam ministrar esses cursos de formação específica, a maioria das respostas indicou o educador físico como a pessoa mais indicada, seguido por bombeiros e médicos. Destacamos, ainda, quatro respostas ligadas a pessoas com experiência na área do surfe.

A resposta NÃO IMPORTANTE era seguida da pergunta: Por quê?
Não obtivemos este tipo de resposta.

Questão 6. Você se considera ou não um profissional do lazer?

Para esta questão obtivemos 18 respostas.

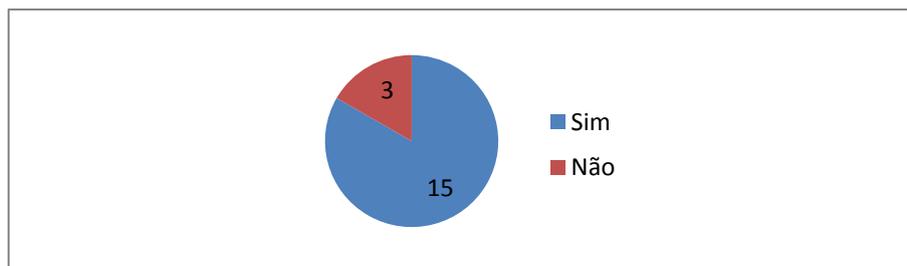


Gráfico 25 – Respostas à questão 6

Em sua grande maioria, os instrutores ligados ao surfe consideram-se profissionais do lazer.

No caso de a resposta ser SIM, indagava-se: Por quê? As respostas obtidas foram:

- “Qualidade de vida.”
- “Porque para mim, surfar é qualidade de vida e lazer.”
- “Porque fico nesse ambiente para o livre-arbítrio.”
- “Eu faço muitas pessoas desacreditadas pegarem onda e elas ficam amarradonas.”
- “Por estimular o incentivo de atividades físicas.”
- “Amo o que eu exerço, ou seja, a minha profissão.”
- “Estudo o que eu faço e me dedico ao meu trabalho e tenho experiência.”
- “Lazer e trabalho social.”
- “Porque sou profissional, vivo e amo o que faço com segurança e didática para ensinar.”
- “Trabalho com o que eu gosto. Para mim é lazer.
- “Pelos meus 18 anos convivendo.
- “Por trazer lazer para as pessoas.”
- “Gosto de trabalhar com o surfe.”
- “Faço atividade física, saúde e mental para todas as idades! Tira o estresse.”

Nestas respostas percebemos que muitos não entendem o significado da palavra lazer, mas relacionam com algo prazeroso e benéfico para si mesmos.

No caso de a resposta ser NÃO, indagava-se: Por quê? As respostas obtidas foram:

- “Estou ainda começando.”
- “Porque eu não tenho muito tempo na área.”
- “Hoje não atuo tanto, mas tenho formações específicas no surfe e na escalada.”

Nas respostas negativas há uma ligação ao não lazer pelo tempo de atuação na atividade.

Questão 7. Você considera, ou não, as atividades de aventura um conteúdo do lazer?

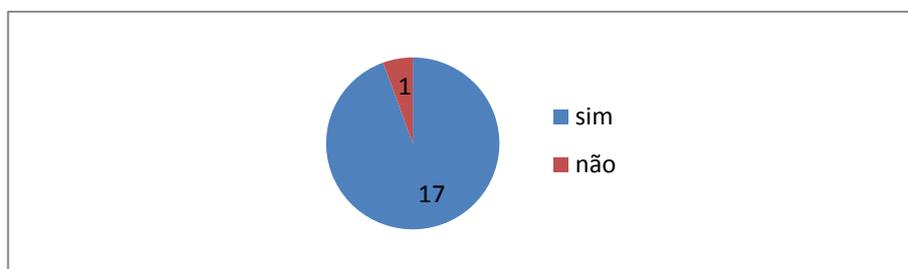


Gráfico 26 – Respostas à questão 7

Em um entendimento geral as respostas consideram as atividades de aventura um dos conteúdos do lazer.

No caso de a resposta ser SIM, indagava-se: Qual(is) deles?

Porém, como os sujeitos entrevistados desconheciam os conteúdos do lazer aos quais nos referíamos, a maioria das respostas ficou sem sentido para a questão, portanto não foram levadas em consideração a título de resultados. Destacamos, no entanto, as respostas que se identificavam com o proposto pela questão:

- “É lazer, é físico e mental.”

No caso de a resposta ser NÃO, indagava-se: Por quê? A resposta obtida foi:

- “Cada atividade tem um grau de dificuldade, mesmo na ocasião do lazer.”

Questão 8. Qual é seu nível de escolaridade?

Para esta questão obtivemos 18 respostas.

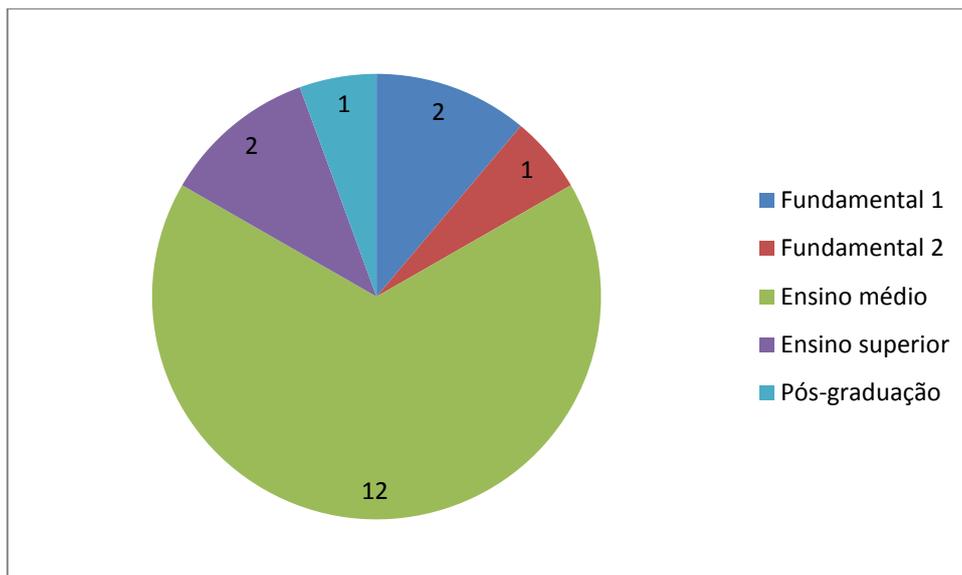


Gráfico 27 – Respostas à questão 8

No caso específico do surfe, a maioria dos profissionais que atuam na área tem pelo menos o ensino médio como nível de escolaridade; apenas dois têm formação no ensino superior e apenas um tem pós-graduação.

No caso de a resposta ser ENSINO SUPERIOR, indagava-se: Qual curso? As respostas obtidas foram:

- “Administração.”
- “Educação Física.”

No caso de a resposta ser PÓS-GRADUAÇÃO, indagava-se: qual curso? A resposta obtida foi:

- “Psicopedagogia.”

Questão 9. Você fez ou não algum curso de formação específica em atividades de aventura?

Para esta questão obtivemos 18 respostas.

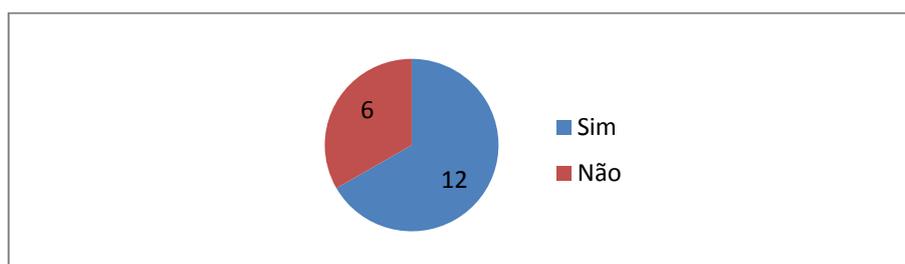


Gráfico 28 – Respostas à questão 9

Um dado que nos chamou a atenção foi que apenas dois terços dos profissionais haviam realizado algum curso de formação específica para trabalhar com surfe; um terço não tinha nenhum tipo de formação.

No caso de a resposta ser SIM, indagava-se: Qual (is)?

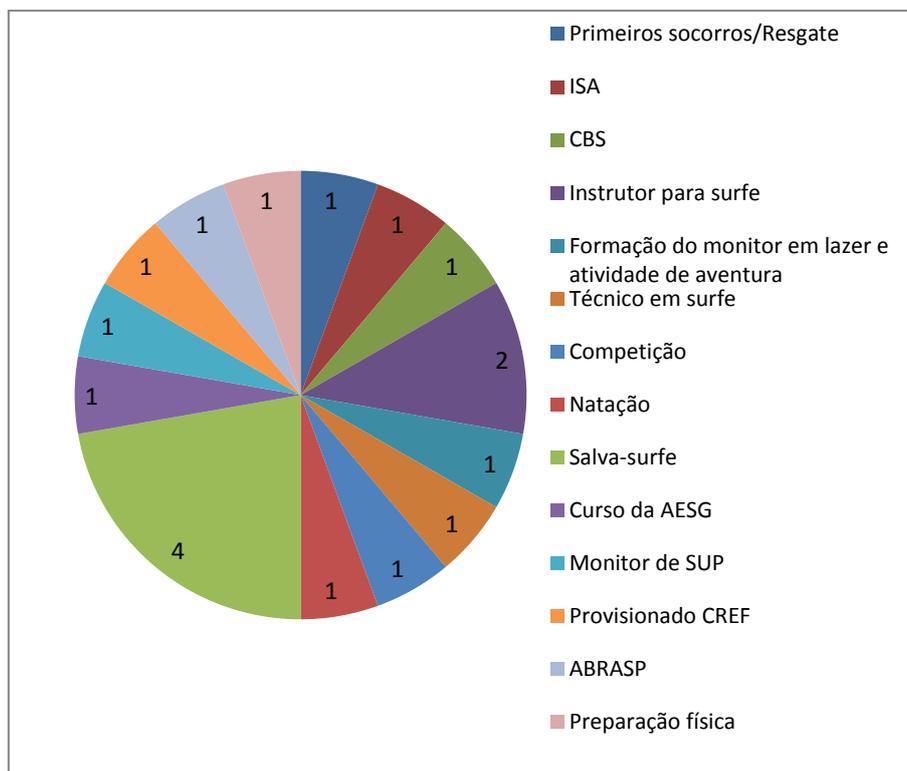


Gráfico 29 – Respostas à questão 9

Dos profissionais que responderam já ter feito um curso de formação específica na área, temos uma variedade muito grande de respostas; destacamos o curso de salva-surfe (resgate com prancha), que é fornecido gratuitamente pelo Corpo de Bombeiros e o curso de instrutor de surfe.

No caso de a resposta ser NÃO, indagava-se: Por quê? As respostas obtidas foram:

- “Por não achar que iria me acrescentar nada.”
- “Não tive oportunidade.”
- “Por falta de oportunidade.”
- “O município não oferece.”
- “Surfo desde pequeno.”

Dentre os que responderam negativamente à questão, três não fizeram cursos por falta de oportunidade e dois por já serem da área.

Questão 10. Você acredita, ou não, que um profissional de atividade de aventura deva ter conhecimentos específicos?

Para esta questão obtivemos 18 respostas.

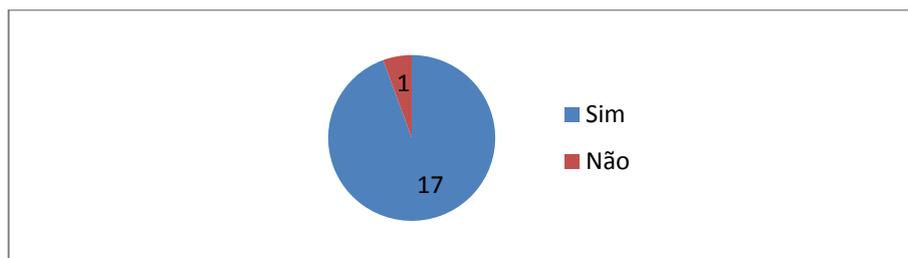


Gráfico 30 – Respostas à questão 10

Em sua maioria, os profissionais do surfe acreditam serem necessários conhecimentos específicos na área de atuação do surfe.

No caso de a resposta ser SIM, o participante poderia marcar até 5 opções ou indicar quantas quisesse.

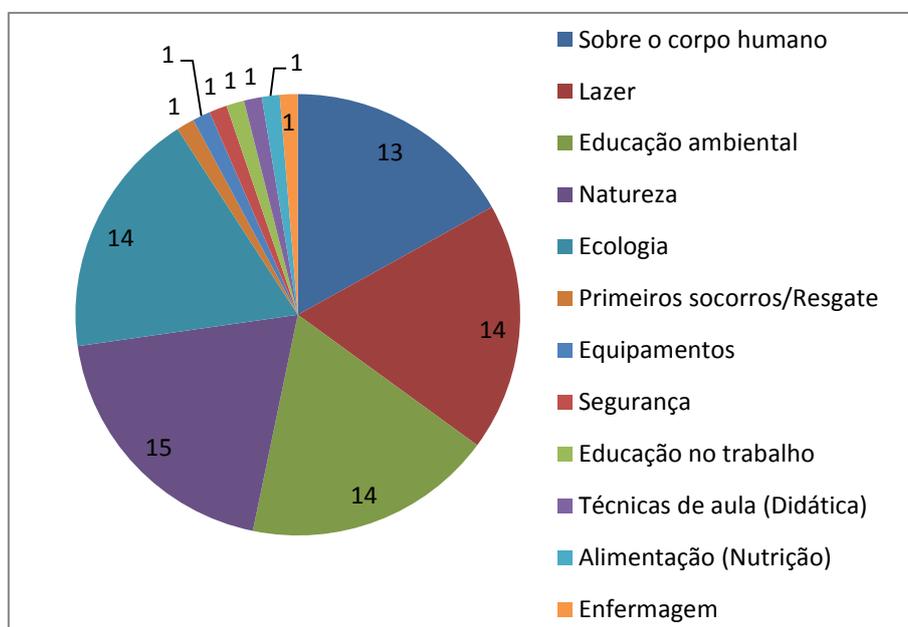


Gráfico 31 – Respostas à questão 10

Quase todos assinalaram as respostas já indicadas na questão sobre quais conhecimentos específicos o profissional do surfe deveria ter,

porém podemos destacar outras respostas como: didática, segurança e nutrição.

No caso de a resposta ser NÃO, indagava-se: Por quê? A resposta obtida foi:

- “Porque a prática e experiência já me deram o necessário para ensinar.”

Apenas uma resposta foi negativa, pois o profissional acreditava que o conhecimento que ele precisava em sua atuação ele já o possuía pela experiência.

2.3 Pesquisa na cidade de Socorro – SP

A estância de Socorro é hoje umas das principais cidades do Circuito das Águas Paulistas e é reconhecida por suas águas hidrominerais com propriedades medicinais. Também é conhecida como a capital paulista das malhas, com cerca de 400 malharias gerando uma média de 4 mil empregos diretos. Malhas de todos os tipos e gêneros podem ser encontradas na cidade.

Socorro esta localizada junto à Serra da Mantiqueira, numa extensão de 449,2 km² (IBGE, 2010), com relevo montanhoso e grande potencial hidrográfico. Possui uma população estimada de 36.686 (IBGE, 2010) e limita-se ao norte com Águas de Lindoia e Monte Sião (MG), ao sul com Pinhalzinho, ao leste com Bueno Brandão (MG), e a oeste com Monte Alegre do Sul e Serra Negra.

Socorro dista 132 km da capital, com uma altitude de 745 m e possui um clima quente (ameno-seco) com temperaturas variando, no verão, de 25° C a 34°C e, no inverno, de 1°C a 15°C.

Suas principais atividades econômicas são o turismo, o comércio e os serviços e a agricultura.

A cidade também é conhecida como uma das melhores para a prática dos esportes de aventura: *rafting*, bóia-cross, *aquaride*, caminhada, *canyoning*, tirolesa, arvorismo, *caving* entre outros. Muitas já são as agências que se interessam pela estância de Socorro e recebem muitos esportistas e

turistas admiradores da natureza, encantados com as belezas naturais, como as cachoeiras, o ar puro, as montanhas e muita tranquilidade.

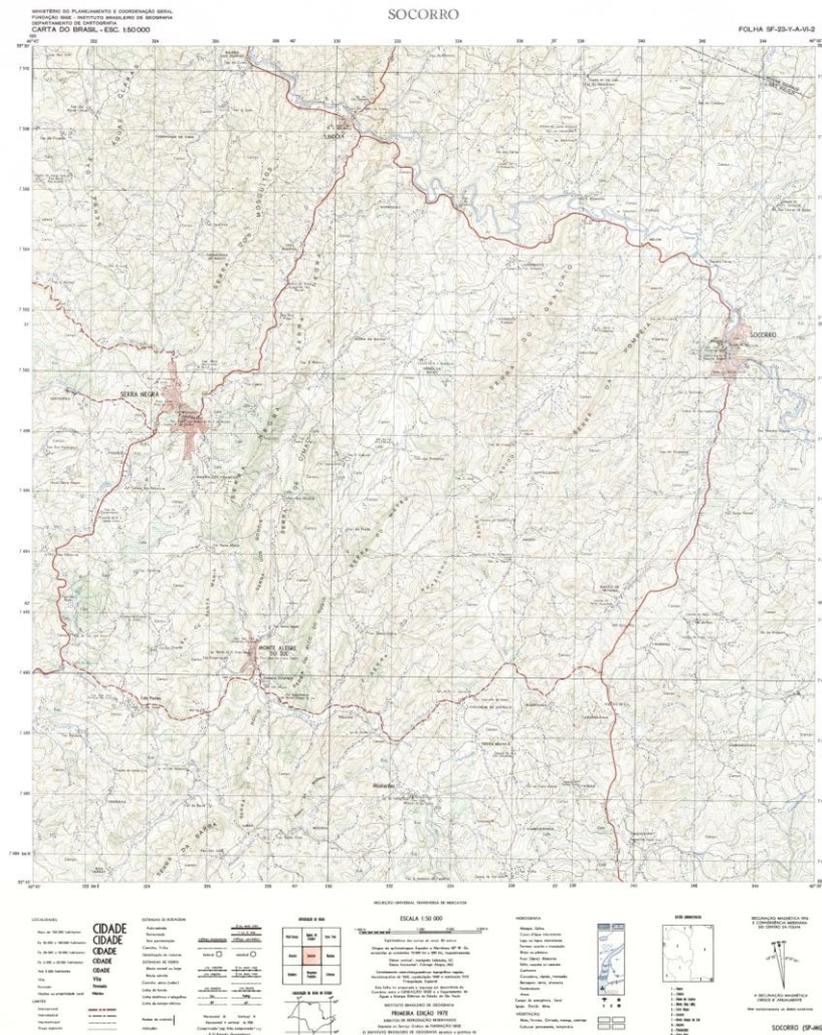
Dentre as festas típicas, destacamos as festividades de agosto, que ocorrem no período de 9 a 15 do mês, sendo o aniversário da cidade a maior festa do circuito das águas. Acontecem também neste período a Festa do Morango e o dia da padroeira, Nossa Senhora do Perpétuo Socorro.

Destacam-se como pontos turísticos da cidade o Parque dos Sonhos, o Parque Monjolinho, a Pedra da Bela Vista, a Gruta do Anjo, a praça da Matriz e a nascente do rio do Peixe (cf. SOCORRO, 2012).

Estive na cidade de Socorro no ano de 1999, quando fui convidado pela prefeitura para participar de uma reportagem para a revista *Época*. Nesta ocasião, conheci pessoas importantes do turismo de aventura da região.

Ao voltar à cidade para realizar a coleta de dados fui bem recebido por todos os empreendimentos que visitei e por todos os sujeitos que responderam ao questionário. O fato de conhecer, há mais de 10 anos, muitos donos de empresas da cidade de Socorro facilitou o acesso aos locais de coleta dos dados.

Figura 2 - Mapa topográfico da região de Socorro



2.3.1 Resultados da pesquisa na cidade de Socorro – SP

Foram aplicados 27 questionários a profissionais de atividades de aventura na cidade de Socorro (SP), todavia, dois questionários ficaram incompletos.

Questão 1. Há quanto tempo atua como profissional nas atividades de aventura?

Para esta questão obtivemos 27 respostas.

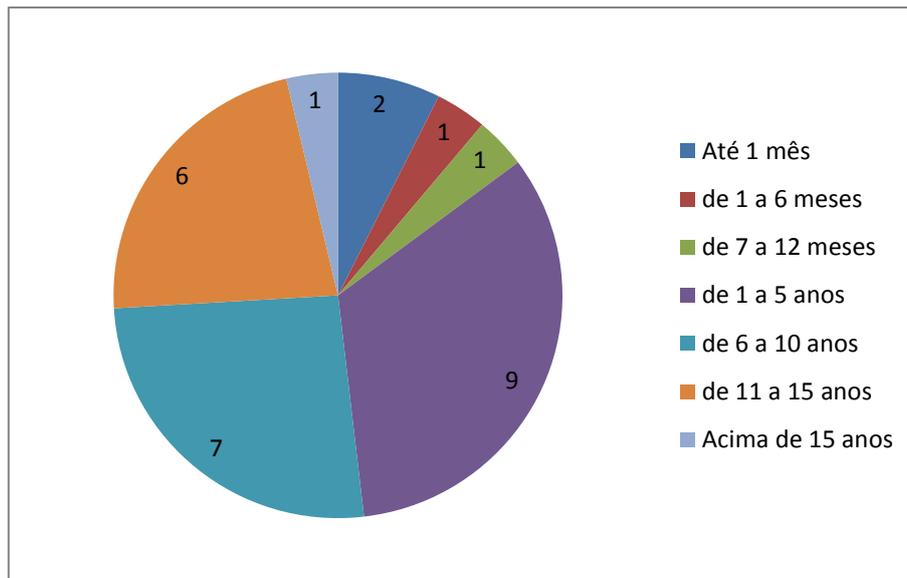


Gráfico 32 – Respostas à questão 1

Na cidade de Socorro, a maioria dos profissionais representa a modalidade do *rafting*. O tempo de atuação varia muito, pois há necessidade de um curso de formação de instrutores e alguma vivência para que se comece a conduzir os botes. Porém, quase a metade dos instrutores tem mais de cinco anos de experiência.

Questão 2. Quais seus tipos de atuação nas atividades de aventura?

Para esta questão obtivemos 27 respostas.

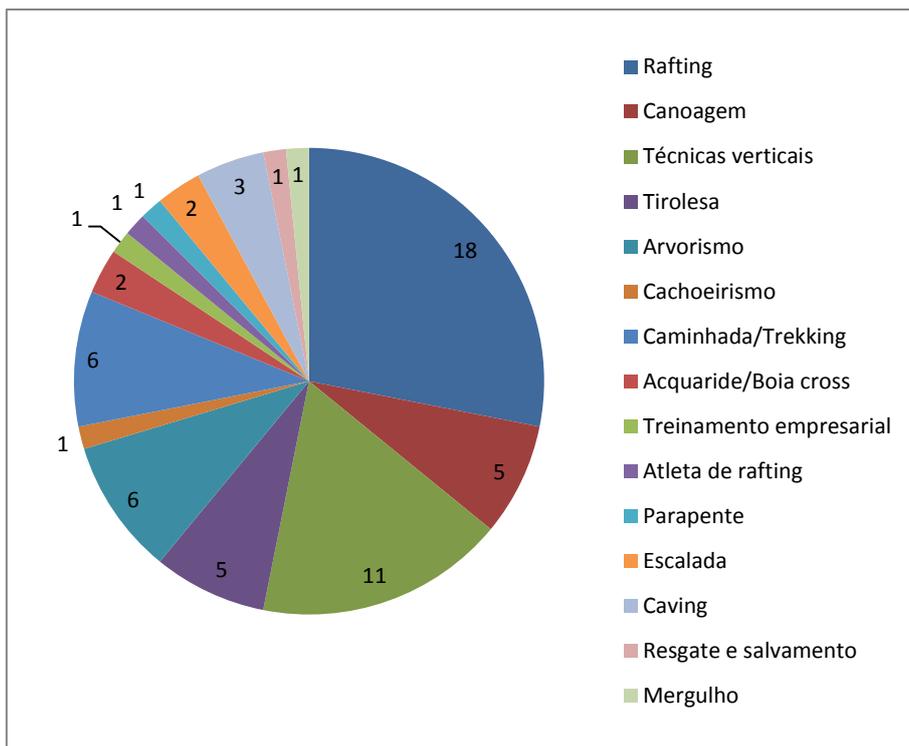


Gráfico 33 – Respostas à questão 2

Especificamente na cidade de Socorro, por ser considerada uma das capitais do turismo de aventura, encontramos diversos tipos de atuação para os profissionais, destacando-se o *rafting* com maior quantidade deles, seguido pelas técnicas verticais, caminhada e *aquaride*.

Questão 3. Em sua opinião o profissional de atividades de aventura precisa, ou não, de uma formação universitária?

Para esta questão obtivemos 26 respostas.

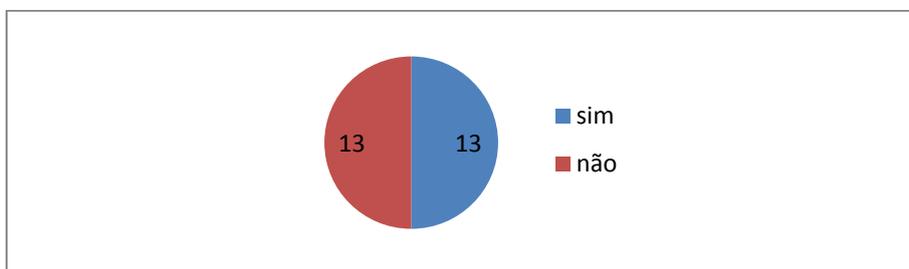


Gráfico 34 – Respostas à questão 3

Nesta questão, obtivemos empate na quantidade de respostas que consideram que o profissional de atividade de aventura precisa de uma formação universitária com os que consideram que não precisa.

No caso de a resposta ser SIM, indagava-se: Qual a formação ideal?

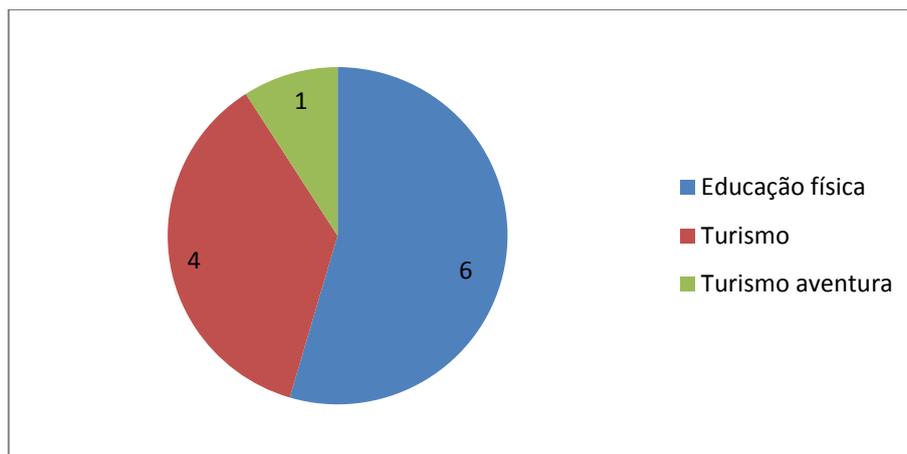


Gráfico 35 – Respostas à questão 3

Dentre os que consideram necessário, a maioria citou Educação Física como a formação ideal, seguida por Turismo e Turismo de Aventura.

No caso de a resposta ser NÃO, indagava-se: Por quê? As respostas obtidas foram:

- “Pode ser formação técnica.”
- “Através de uma entidade séria pode haver um profissional qualificado.”
- “Tem que aprender na prática.”
- “Pois não há influência.”
- “Um curso especializado da área pode ser mais proveitoso, como um técnico ou habilidades específicas.”
- “Capacitação específica de sua modalidade.”
- “Curso específico da área que vai atuar na atividade de aventura.”
- “Tem curso específico para cada atividade.”
- “O profissional aprende o que é necessário com os instrutores e com a prática do dia a dia.”
- “É necessário aprender na prática e não dentro de uma sala de aula.”
- “Por que já é passado um curso.”

Dos que consideram não ser necessária, os argumentos mais apresentados foram que deveria haver um curso específico e que o aprendizado dá-se na prática.

Questão 4. Em sua opinião, o profissional de atividades de aventura precisa, ou não, de uma formação específica na área?

Para esta questão obtivemos 24 respostas.

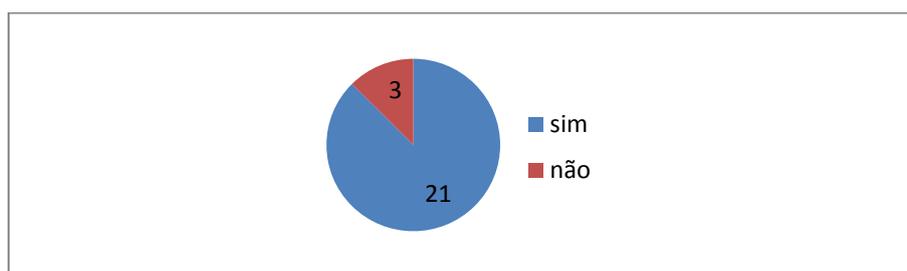


Gráfico 36 – Respostas à questão 4

Já relacionado à formação específica na área, quase todos os profissionais responderam ser necessária esta formação para as atividades de aventura.

No caso de a resposta ser SIM, indagava-se: Qual a formação ideal?

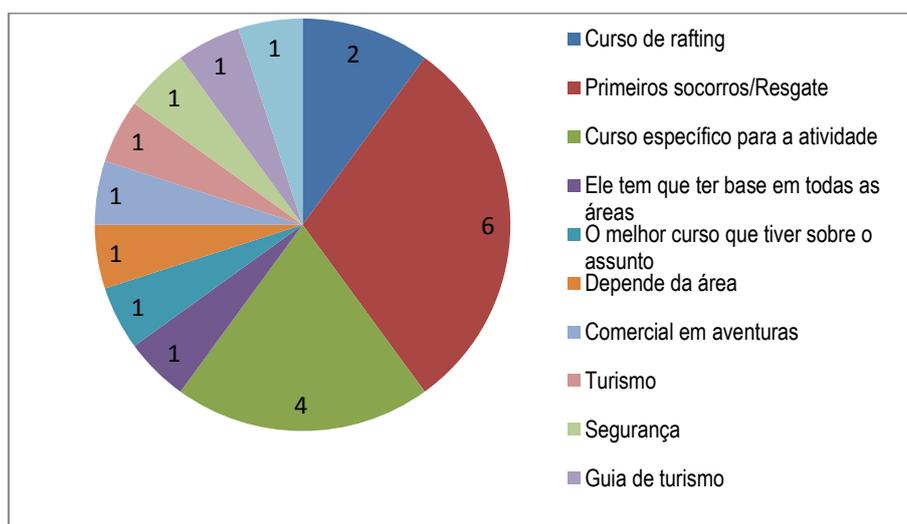


Gráfico 37 – Respostas à questão 4

Aos que responderam positivamente à necessidade de formação específica, a maioria citou um curso para cada modalidade e o curso em primeiros socorros/resgate. Estes foram os principais.

No caso de a resposta ser NÃO, indagava-se: Por quê? As respostas obtidas foram:

- “Pois ao longo dos anos que vamos adquirindo experiência.”
- “O profissional tem a formação necessária no aprendizado de cada atividade específica na prática do dia a dia.”
- “Não há necessidade.”

Os profissionais que responderam não ser necessário justificaram as respostas citando a experiência como processo de aprendizado.

Questão 5. O que pensa sobre os cursos de formação profissional específica nas atividades de aventura?

Para esta questão obtivemos 26 respostas.



Gráfico 38 – Respostas à questão 5

Todas as respostas consideraram importante o curso de formação profissional específica em atividades de aventura.

Ao responder IMPORTANTE, seguem as questões 5 (a) e 5 (b).

Questão 5 (a) Quais as atividades que um curso para formação específica em atividades de aventura deveria conter?

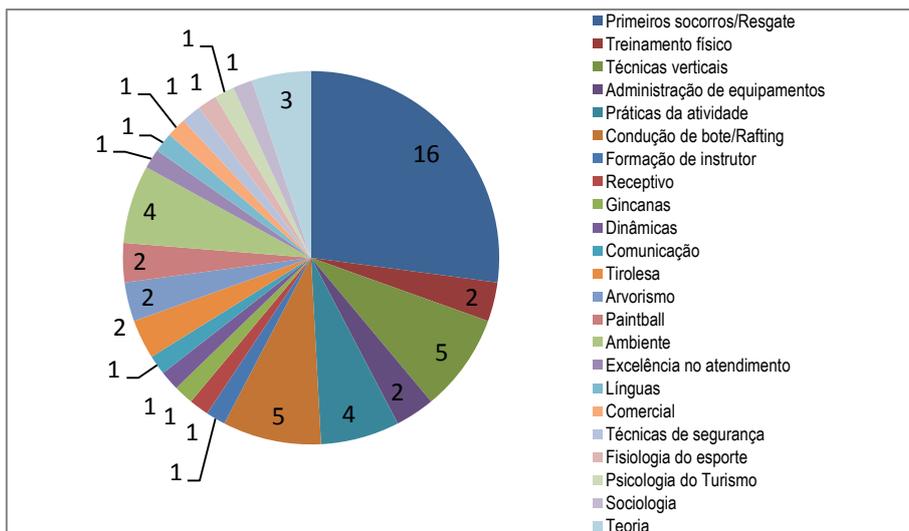


Gráfico 39 – Respostas à questão 5(a)

Em relação às atividades que um curso de formação específica deveria conter, a prioridade nas respostas veio em primeiros socorros/resgate, seguido por *rafting* e técnicas verticais, principais atividades da cidade, porém, chamou-nos a atenção atividades como *paintball*, línguas e fisiologia.

Questão 5 (b). Quais profissionais poderiam ministrar esses cursos?

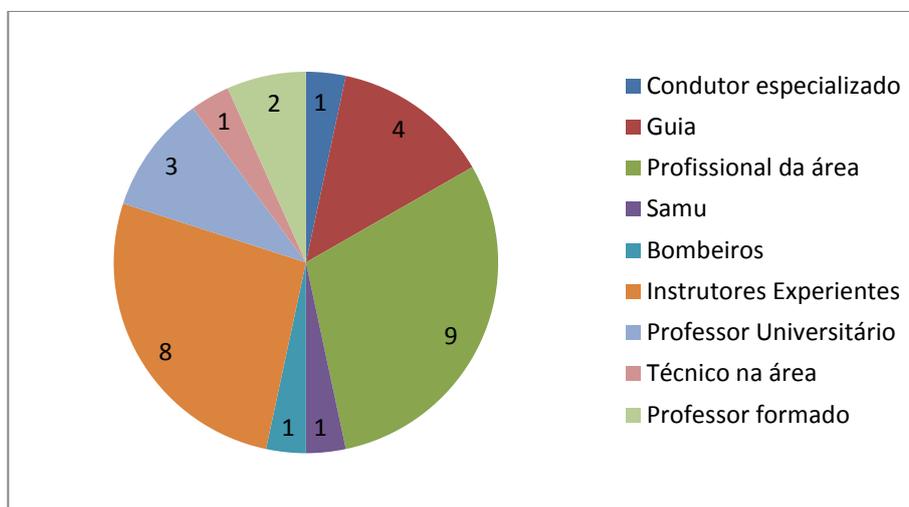


Gráfico 40 – Respostas à questão 5(b)

Em relação a quem poderia ministrar esses cursos, a maioria das respostas mencionou profissionais experientes que já trabalham na área como os mais capacitados para essa formação.

Diante de uma resposta NÃO IMPORTANTE, indagava-se: Por quê?
 Não obtivemos este tipo de resposta.

Questão 6. Você se considera ou não um profissional do lazer?

Para esta questão obtivemos 25 respostas.

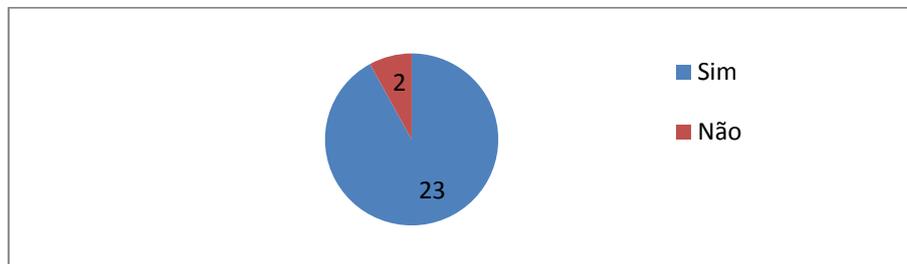


Gráfico 41 – Respostas à questão 6

Os instrutores de atividades de aventura da cidade de Socorro, em sua grande maioria, considera-se um profissional do lazer.

No caso de a resposta ser SIM, indagava-se: Por quê? As respostas obtidas foram:

- “Em aprendizado.”
- “Além de fazer aventuras, tornamos um lazer agradável para todos.”
- “Pois proporciono lazer às pessoas.”
- “Trabalho diretamente na área.”
- “Pois esse esporte de aventura tem muito lazer.”
- “Treino há muitos anos.”
- “Tenho uma bagagem em parte do lazer e descida para profissionais.”
- “Trabalho no turismo.”
- “Contenho experiência e vários cursos.”
- “Porque gosto da natureza.”
- “Trabalho no lúdico.”
- “Pois já atuo na área há mais ou menos 8 anos e tenho curso técnico em turismo.”
- “Por que a gente atende aos clientes mantendo a segurança e a alegria deles.”
- “Operações comerciais em turismo de aventura.”
- “Pois possuo cursos.”

- “Por trabalhar com o divertimento das pessoas.”
- “Público que frequenta está em seu momento de lazer.”
- “Porque eu guio as pessoas em suas atividades.”
- “Pelo tempo de atividade e pelos cursos.”
- “Proporciono o bem-estar da pessoa.”
- “Já faço bastante tempo nessa área.”
- “Atuo há 15 anos no mercado.”
- “Por estar em contato total com o lazer; as pessoas vêm aqui para se divertir.”

Já no entendimento desses profissionais, quando indagado por que se consideram profissionais do lazer, as respostas foram as mais variadas, mostrando que muitos não sabem o significado da palavra. Divertimento foi o termo mais utilizado.

No caso de a resposta ser NÃO, indagava-se: Por quê? As respostas obtidas foram:

- “Porque você está com vidas no bote.”
- “Está em treinamento.”

As duas únicas respostas negativas foram justificadas pelo fato de serem responsáveis pela vida dos participantes no bote e por ainda estarem em treinamento.

Questão 7. Você considera, ou não, as atividades de aventura um conteúdo do lazer?

Para esta questão obtivemos 25 respostas.

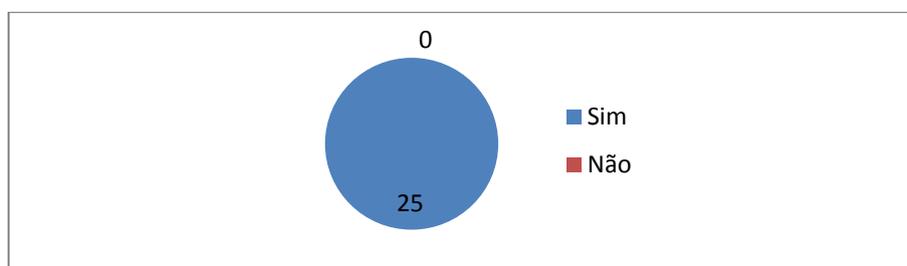


Gráfico 42 – Respostas à questão 7

Todas as respostas consideraram a atividade de aventura um dos conteúdos do lazer.

No caso de a resposta ser SIM, indagava-se: Qual(is) deles? Porém, como os sujeitos entrevistados desconheciam os conteúdos do lazer aos quais nos referíamos, a maioria das respostas ficou sem sentido para a questão, portanto não foram levadas em consideração a título de resultados.

No caso de a resposta ser NÃO, indagava-se: Por quê? Porém, não obtivemos esse tipo de resposta nesta questão.

Questão 8. Qual seu nível de escolaridade?

Para esta questão obtivemos 25 respostas.

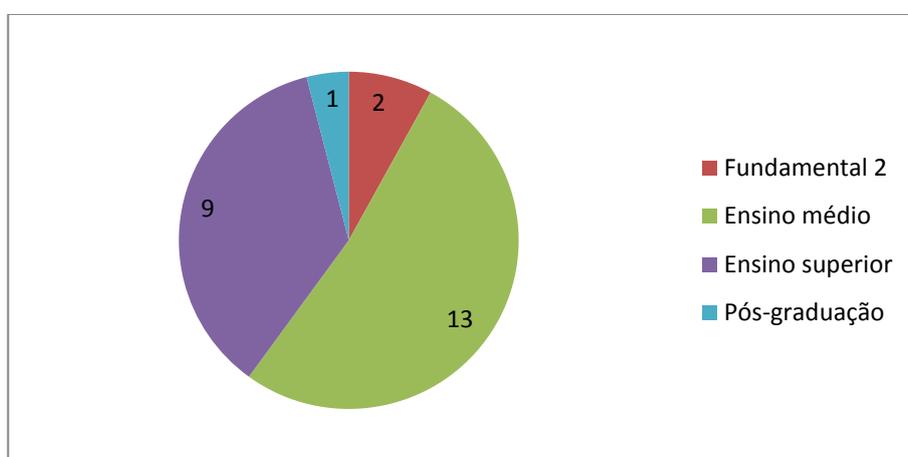


Gráfico 43 – Respostas à questão 8

Em relação ao nível de escolaridade, a maior parte dos instrutores tem o ensino médio, seguida por graduados no ensino superior. Dois instrutores têm apenas o ensino fundamental 2 e um deles é pós-graduado.

No caso de a resposta ser ENSINO SUPERIOR, indagava-se: Qual curso? As respostas obtidas foram:

- “Administração.”
- “Administração.”
- “Gastronomia.”
- “Hotelaria.”
- “Enfermagem.”
- “Ciências Contábeis.”
- “Bacharelado em Física.”
- “Fisioterapia.”

- “Técnico em Telecomunicações.”

Há uma grande diversidade de formações não relacionadas às atividades de aventura entre os instrutores graduados no ensino superior.

No caso de a resposta ser PÓS-GRADUAÇÃO, indagava-se: Qual curso? A resposta obtida foi:

- Ensino e pesquisa do turismo

Questão 9. Você fez, ou não, algum curso de formação específica em atividades de aventura?

Para esta questão obtivemos 25 respostas.

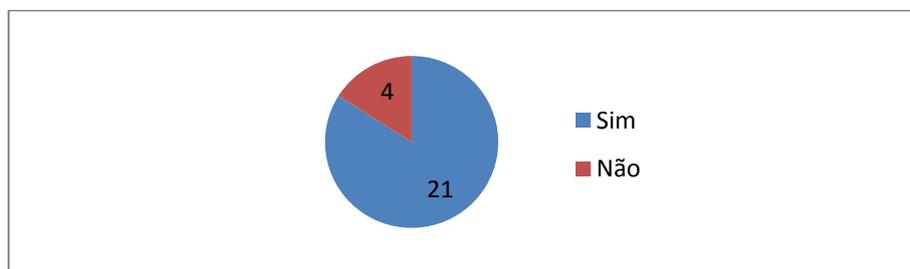


Gráfico 44 – Respostas à questão 9

Nesta questão, observamos que a grande maioria dos profissionais fez cursos de formação específica para trabalhar com atividades de aventura.

No caso de a resposta ser SIM, indagava-se: Quais cursos?

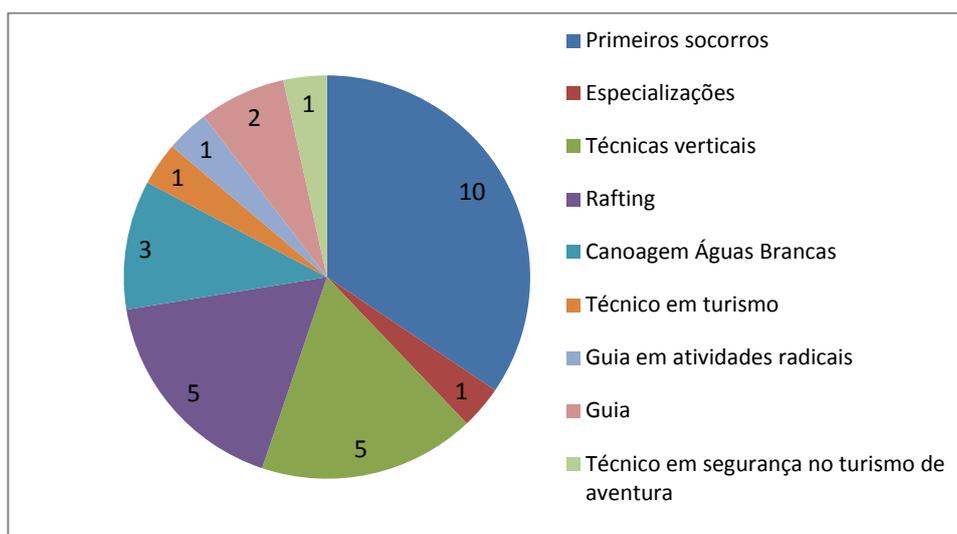


Gráfico 45 – Respostas à questão 9

Os cursos mais realizados pelos profissionais foram primeiros socorros, *rafting* e técnicas verticais, novamente mostrando os segmentos mais difundidos na região.

No caso de a resposta ser NÃO, indagava-se: Por quê? As respostas obtidas foram:

- “Não ter oportunidades.”
- “Os condutores foram treinados para atividade.”

Questão 10. Você acredita, ou não, que um profissional de atividade de aventura deva ter conhecimentos específicos?

Para esta questão obtivemos 25 respostas.

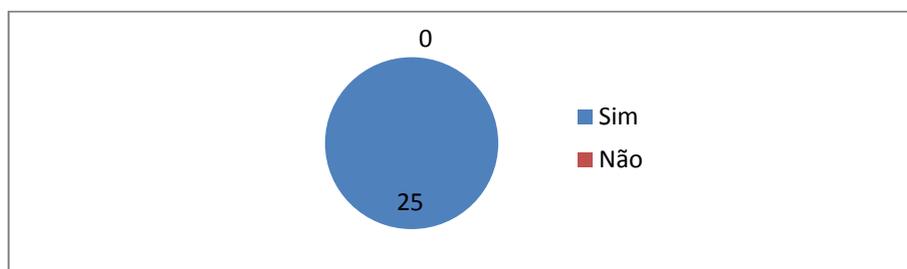


Gráfico 46 – Respostas à questão 10

Todas as respostas afirmam que o profissional de atividade de aventura deve ter conhecimentos específicos na área de atuação.

No caso de a resposta ser SIM, o participante poderia marcar até 5 opções ou indicar quantas quisesse.

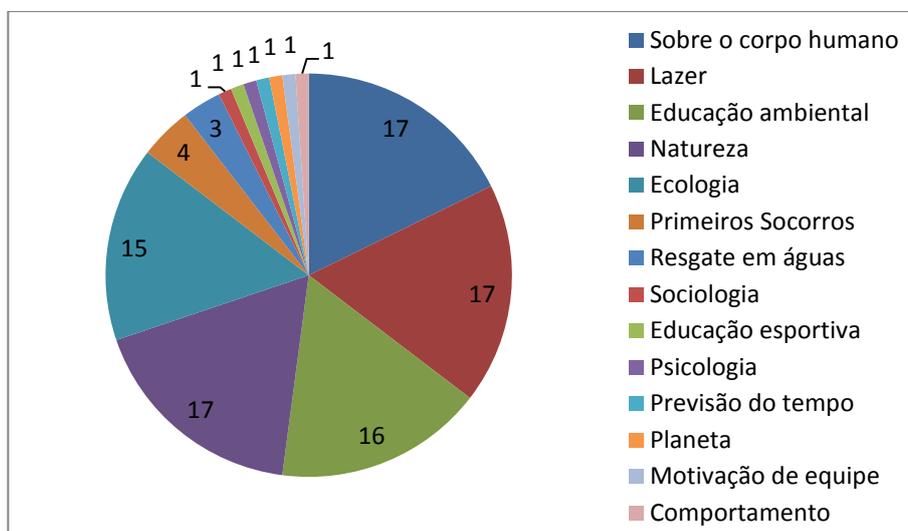


Gráfico 47 – Respostas à questão 10

As atividades relacionadas na questão foram as mais citadas, porém destacamos respostas como: psicologia, sociologia, previsão do tempo, comportamento e motivação, que deveriam ser conteúdos destes cursos.

2.4 Resultados gerais

Questão 1. Há quanto tempo atua como profissional nas atividades de aventura?

Para esta questão obtivemos 59 respostas.

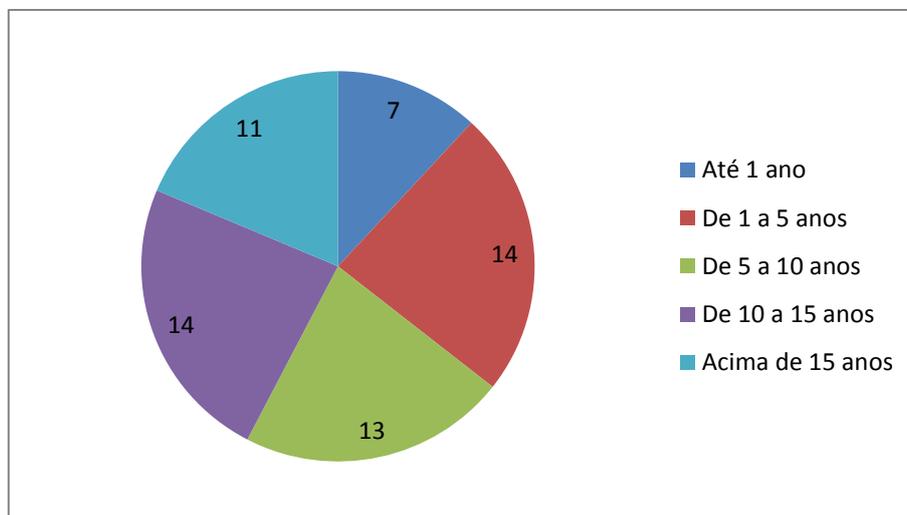


Gráfico 48 – Respostas à questão 1

Mostramos aqui os profissionais de atividades de aventura que estão atuando na área há um tempo considerável, sendo poucos com menos de um ano de experiência, e parcelas da amostra parecidas em relação ao tempo de 1 a 5 anos, de 5 a 10 anos, de 10 a 15 anos e acima de 15 anos.

Questão 2. Quais seus tipos de atuação nas atividades de aventura?

Para esta questão obtivemos 59 respostas¹³.

¹³ Termos sinônimos foram somados.

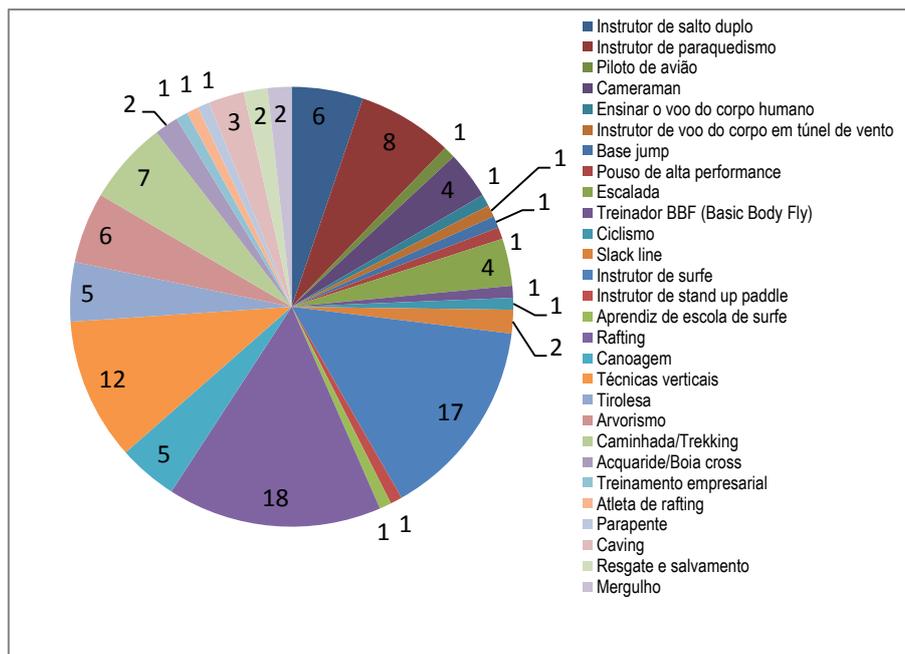


Gráfico 49 – Respostas à questão 2

Em relação à atuação nas atividades de aventura pelos profissionais, obtivemos 28 atuações diferentes, ou seja, quase uma atuação a cada dois profissionais, o que nos mostra que todos têm mais de uma atuação. Mostra ainda as atividades principais de cada cidade pesquisada, sendo o paraquedismo em Boituva, o surfe no Guarujá e o *rafting* em Socorro. Na interpretação dos dados, percebemos que muitas das atuações colocadas pelos profissionais são ligadas ao lazer e não são exercidas profissionalmente. Porém, os profissionais com maior experiência chegam a atuar profissionalmente em até cinco atividades, principalmente na cidade de Socorro, onde, pela presença de rios, florestas e montanhas surgem mais possibilidades. No Guarujá, os profissionais estão usando o *slack line* para treino de equilíbrio, sendo praticado nas horas vagas ou ainda com os alunos como uma atividade complementar às aulas de surfe. Em Boituva, as atuações são relacionadas às diferentes modalidades do paraquedismo e, em apenas um caso, o instrutor de paraquedismo era também instrutor de escalada.

Questão 3. Em sua opinião, o profissional de atividades de aventura precisa, ou não, de uma formação universitária?

Para esta questão obtivemos 58 respostas.

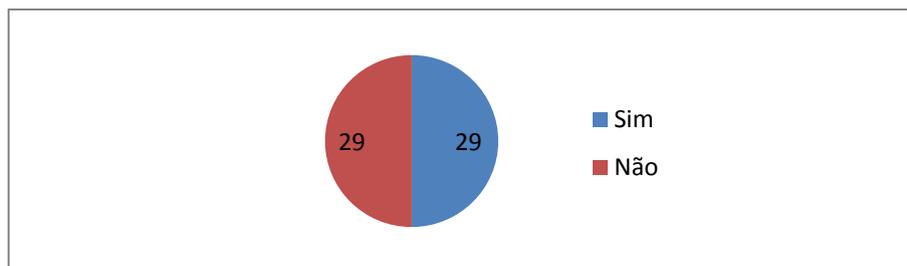


Gráfico 50 – Respostas à questão 3

Das respostas obtidas em todos os questionários aplicados, exatamente a metade acredita que o profissional de atividades de aventura precisa de uma formação universitária, sendo que a outra metade acredita não precisar.

No caso de a resposta ser SIM, indagava-se: Qual a formação ideal?

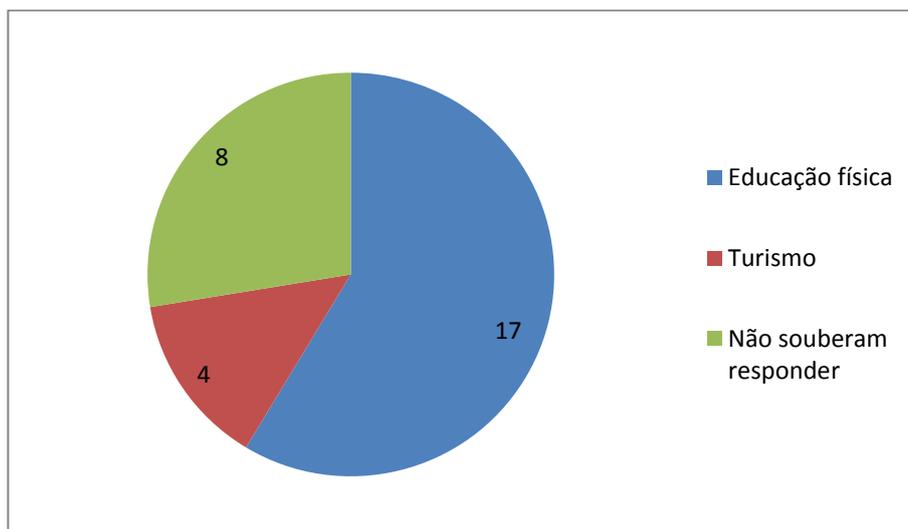


Gráfico 51 – Respostas à questão 3

Os profissionais acreditam que a formação em Educação Física é a ideal para trabalhar com atividades de aventura, seguida pelo Turismo, com uma porcentagem bem menor de respostas. Alguns deles, apesar de afirmarem ser necessária a formação universitária, não souberam responder qual seria essa formação.

No caso de a resposta ser NÃO, indagava-se: Por quê? As respostas obtidas foram:

- “A atividade em si é uma faculdade.”
- “Pois já existe o curso técnico para tal.”

- “Voamos o corpo e velames.”
- “A formação universitária é muito boa, mas não existe nenhuma específica para minha atividade.”
- “A formação de instrutor já é uma formação completa.
- “Porque o instrutor necessita ter uma instrução específica na sua área e não entender sobre outros esportes de aventura.”
- “A universidade abre diversos caminhos do conhecimento para se aprofundar, faltando, em muitos cursos, clareza quanto à atuação profissional pós-faculdade.”
- “Ele consegue desenvolver habilidades e adquirir conhecimentos necessários sem precisar de formação universitária.”
- “Porque é uma atividade muito específica.”
- “Basta você ter prática, conhecer bem o esporte e saber ensinar às outras pessoas.”
- “Porque poderiam existir alguns cursos profissionalizantes específicos ao instrutor de surfe. Pois a formação universitária abrange muitas áreas e pode não se especializar no surfe só como uma matéria.”
- “Convívio do dia a dia.”
- “Experiência com o esporte. Formação específica.”
- “Com o conhecimento e o tempo de prática, já está apto a ensinar.”
- “Tem que ter tempo de experiência.”
- “Pode ser formação técnica.”
- “Através de uma entidade séria pode haver um profissional qualificado.”
- “Tem que aprender na prática.”
- “Pois não há influência.”
- “Um curso especializado da área pode ser mais proveitoso, como um técnico ou habilidades específicas.”
- “Capacitação específica de sua modalidade.”
- “Curso específico da área em que vai atuar na atividade de aventura.”
- “Tem curso específico para cada atividade.”

- “O profissional aprende o que é necessário com os instrutores e com a prática do dia a dia.”
- “É necessário aprender na prática e não dentro de uma sala de aula.”
- “Porque já é passado um curso.”

Em relação às respostas negativas, os profissionais foram unânimes ao afirmar que acreditam que essa formação deva acontecer por meio de cursos específicos com profissionais experientes, o que vamos mostrar em questões específicas adiante.

Questão 4. Em sua opinião, o profissional de atividades de aventura precisa, ou não, de uma formação específica na área?

Para esta questão obtivemos 56 respostas.

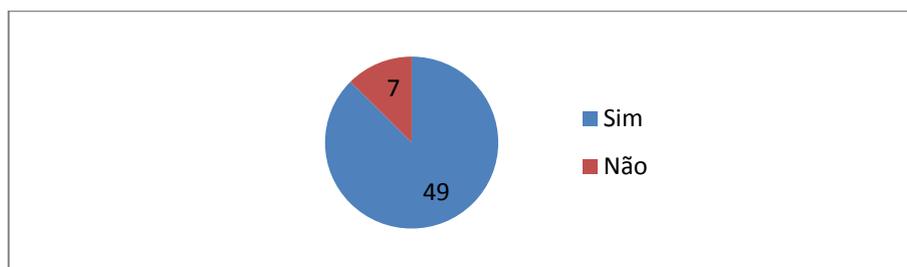


Gráfico 52 – Respostas à questão 4

De acordo com as respostas apresentadas, 49 profissionais acreditam ser necessária uma formação específica para trabalhar na área e apenas 7 não acreditam e são contra essa formação.

No caso de a resposta ser SIM, indagava-se: Qual a formação ideal?

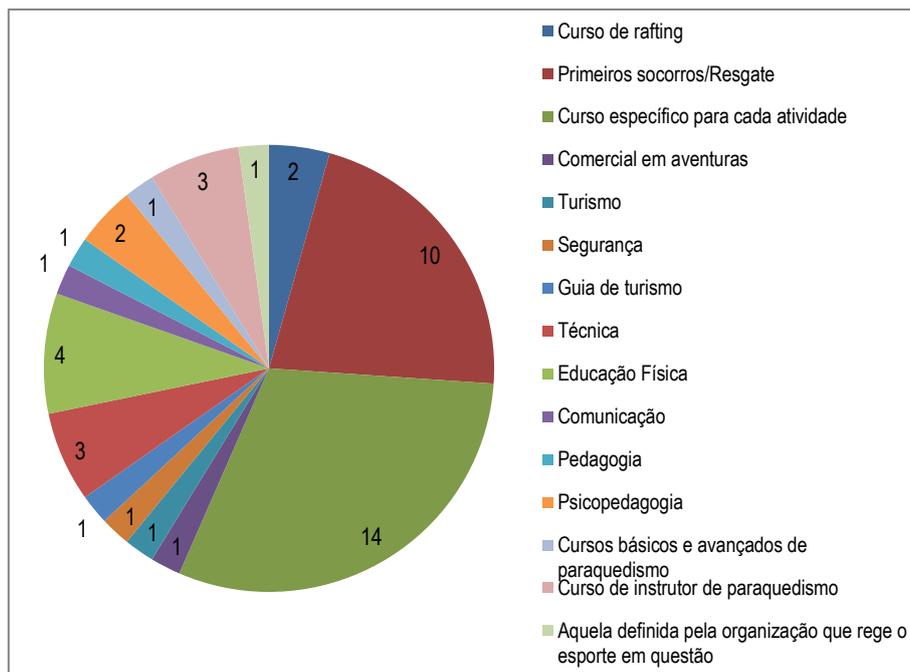


Gráfico 53 – Respostas à questão 4

No caso de a resposta ser afirmativa, os profissionais apontavam qual seria, então, essa formação ideal. A maioria respondeu com o curso específico para cada modalidade e, em seguida, primeiros socorros/resgate e formação em Educação Física. Chamaram nossa atenção respostas como psicopedagogia e pedagogia, sendo que as outras respostas, de menor expressão, condizem com as atividades principais apresentadas anteriormente.

Obs.: Termos sinônimos foram somados e os irrelevantes, descartados.

No caso de a resposta ser NÃO, indagava-se: Por quê? As respostas obtidas foram:

- “Atitude e coragem não se aprendem em faculdade.”
- “Pelo menos o CREF, um curso específico.”
- “Porque ele já tem experiência de vida.”
- “Pois é ao longo dos anos que vamos adquirindo experiência.”
- “O profissional tem a formação necessária no aprendizado de cada atividade específica na prática do dia a dia.”
- “Não há necessidade.”

Nas respostas negativas, de uma forma geral, mais uma vez ficou claro que estes profissionais acreditam que a experiência vale mais que a formação através de cursos.

Questão 5. O que pensa sobre os cursos de formação profissional específica nas atividades de aventura?

Para esta questão obtivemos 58 respostas.

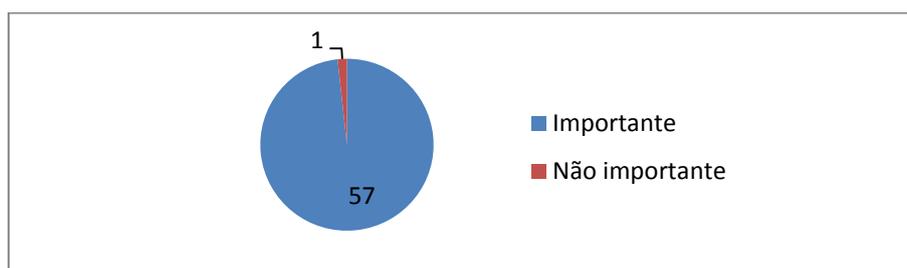


Gráfico 54 – Respostas à questão 5

De todas as respostas para esta questão, apenas uma não reflete a importância da formação profissional específica nas atividades de aventura; todos os outros responderam ser importante tal formação.

Ao responder IMPORTANTE, seguem as questões 5 (a) e 5 (b).

Questão 5 (a). Quais as atividades que um curso para formação específica em atividades de aventura deveria conter?

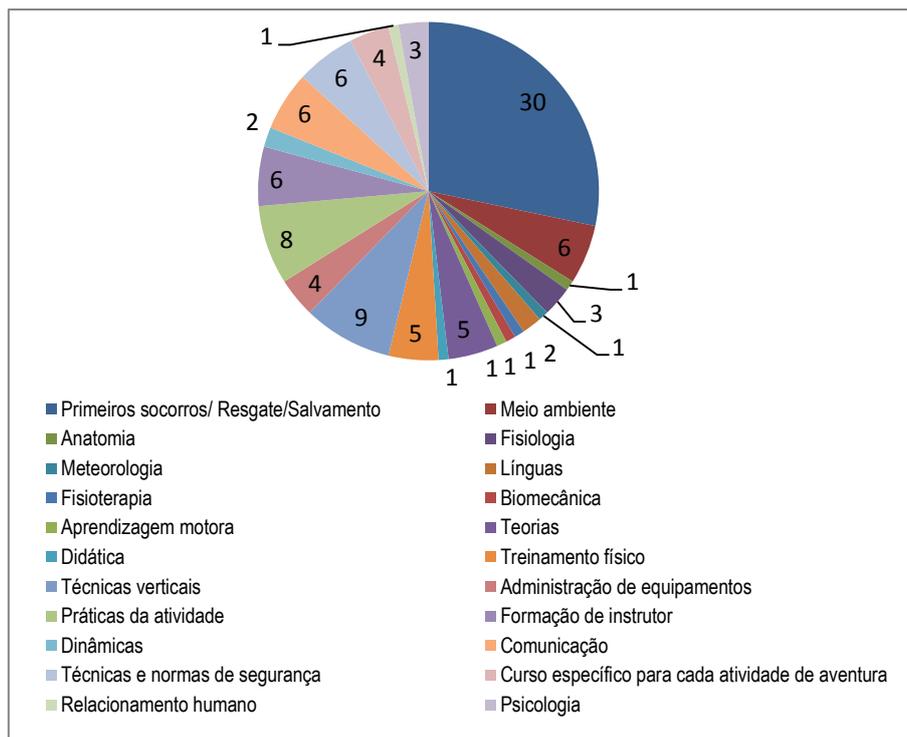


Gráfico 55 – Respostas à questão 5(a)

Obs.: Termos sinônimos foram somados e os irrelevantes, descartados.

Em relação às atividades que este curso de formação específica deveria conter, destacam-se primeiros socorros/resgate/salvamento, técnicas verticais, meio ambiente, normas de segurança e práticas da atividade, como principais respostas. Porém, devemos citar atividades como línguas, didática, meteorologia, comunicação, dinâmicas, relacionamento humano, fisiologia, anatomia e, até mesmo, fisioterapia.

Questão 5 (b). Quais profissionais poderiam ministrar esses cursos?

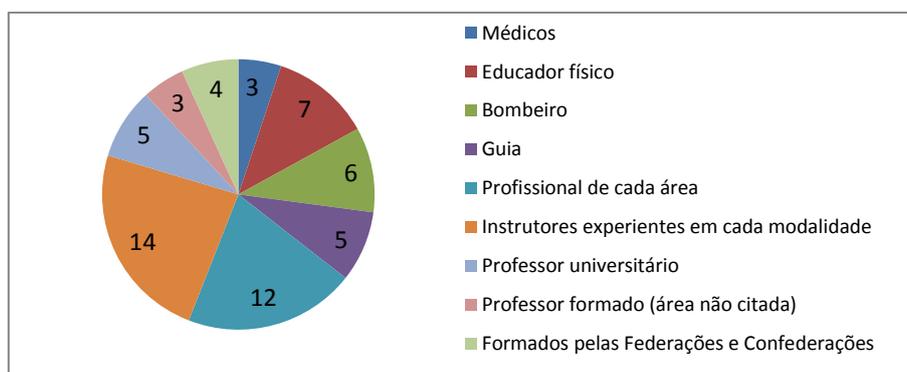


Gráfico 56 – Respostas à questão 5(b)

Obs.: Termos sinônimos foram somados e irrelevantes descartados.

Nesta questão apontavam-se quais profissionais poderiam ministrar os cursos citados na questão anterior. Obtivemos em sequência decrescente: instrutores experientes, profissional de cada área, educador físico, bombeiro, professor universitário e até médicos.

Ao responder NÃO IMPORTANTE indagava-se: Por quê? A resposta obtida foi:

- Existem cursos e confederações com normas e técnicas diferentes e todos são satisfatórios.

Questão 6. Você se considera ou não um profissional do lazer?

Para esta questão obtivemos 57 respostas.

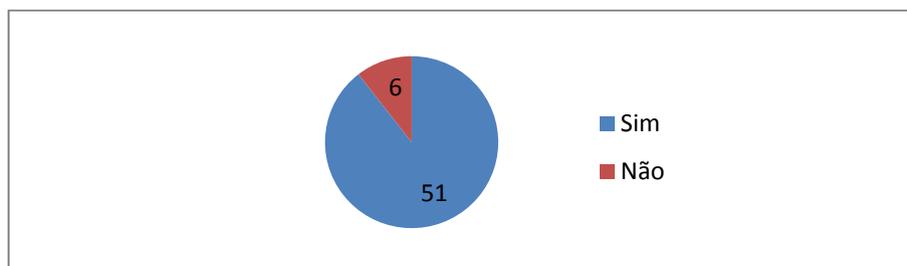


Gráfico 57 – Respostas à questão 6

Em relação a esta questão, dos 57 profissionais que responderam, 51 consideram-se profissionais do lazer e apenas 6 não se consideram.

No caso de a resposta ser SIM, indagava-se: Por quê? As respostas obtidas foram:

- “Porque tenho as habilitações do órgão competente e o paraquedismo é um esporte.”
- “Divertimento ao povo.”
- “Divertimento ao leigo.”
- “Por que eu já tenho a minha profissão. Atuo como instrutor nos meus *hobbies*.”
- “Vivo disso e venho trabalhando com isso há 16 anos.”
- “Trabalho com isso há 17 anos.”
- “Porque eu proporciono um lazer às pessoas.”

- “Depende da intenção na prática do esporte, só para ver como é ou técnica de voo.”
- “O paraquedismo é uma atividade de lazer.”
- “Porque eu proporciono o lazer das pessoas, proporciono diversão.”
- “Porque a atividade que pratico e [na qual] atuo como instrutor é voltada diretamente para o lazer, e nos casos de salto duplo a oportunidade das pessoas experimentarem todas as emoções da atividade sem necessariamente serem praticantes assíduas.”
- “Porque o paraquedismo pode ser praticado com o objetivo de lazer.”
- “Qualidade de vida.”
- “Porque para mim, surfar é qualidade de vida e lazer.”
- “Porque fico nesse ambiente para o livre-arbítrio.”
- “Eu faço muitas pessoas desacreditadas pegarem onda e elas ficam amarradonas.”
- “Por estimular o incentivo de atividades físicas.”
- “Amo o que eu exerço, ou seja, a minha profissão.”
- “Estudo o que eu faço e me dedico ao meu trabalho e tenho experiência.”
- “Lazer e trabalho social.”
- “Porque sou profissional, vivo e amo o que faço com segurança e didática para ensinar.”
- “Trabalho com o que eu gosto; para mim é lazer.”
- “Pelos meus 18 anos convivendo.”
- “Por trazer lazer para as pessoas.”
- Gosto de trabalhar com o surfe.”
- “Faço atividade física, saúde e mental para todas as idades! Tira o estresse.”
- “Em aprendizado”
- “Além de fazer aventuras, tornamos um lazer agradável para todos.”
- “Pois proporciono lazer às pessoas.”
- “Trabalho diretamente na área.”
- “Pois esse esporte de aventura tem muito lazer.”

- “Treino há muitos anos.”
- “Tenho uma bagagem em parte do lazer e descida para profissionais.”
- “Trabalho no turismo.”
- “Contenho experiência e vários cursos.”
- “Porque gosto da natureza.”
- “Trabalho no lúdico.”
- “Pois já atuo na área a mais ou menos 8 anos e tenho curso técnico em turismo.”
- “Porque a gente atende aos clientes mantendo a segurança e a alegria deles.”
- “Operações comerciais em turismo de aventura.”
- “Pois possuo cursos.”
- “Por trabalhar com o divertimento das pessoas.”
- “Público que frequenta está em seu momento de lazer.”
- “Porque eu guio as pessoas em suas atividades.”
- “Pelo tempo de atividade e pelos cursos.”
- “Proporciono o bem-estar da pessoa.”
- “Já faço bastante tempo nessa área.”
- “Atuo há 15 anos no mercado.”
- “Por estar em contato total com o lazer; as pessoas que vêm aqui para se divertir.”

Algumas respostas relacionam-se com os conceitos de lazer apresentados na pesquisa bibliográfica, porém, em sua maioria, as respostas são relacionadas ao divertimento e bem-estar.

No caso de a resposta ser NÃO, indagava-se: Por quê? As respostas obtidas foram:

- “Sou instrutor de paraquedismo.”
- “Estou ainda começando.”
- “Porque eu não tenho muito tempo na área.”
- “Hoje não atuo tanto, mas tenho formações específicas no surfe e na escalada.”
- “Por que você está com vidas no bote.”

- “Está em treinamento.”

Em relação às negativas, a maioria responde não ser profissional do lazer por estar há pouco tempo em atuação ou ainda por pensar que, ao arriscar vidas, não proporciona lazer às pessoas.

Questão 7. Você considera, ou não, as atividades de aventura um conteúdo do lazer?

Para esta questão obtivemos 57 respostas.

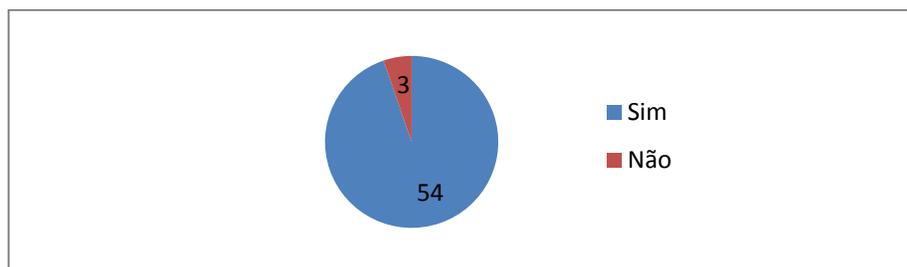


Gráfico 58 – Respostas à questão 7

Das 57 respostas obtidas para esta questão, 54 consideram as atividades de aventura um dos conteúdos do lazer e apenas 3 não consideram.

No caso de a resposta ser SIM, indagava-se: Qual(is) deles? Porém, como os sujeitos entrevistados desconheciam os conteúdos do lazer aos quais nos referíamos, a maioria das respostas ficou sem sentido para a questão, portanto não foram levadas em consideração a título de resultados. Destacamos, no entanto, as respostas que se identificavam com o proposto pela questão:

- “Lazer de aventura, turístico, esportivo.”
- “Turístico.”
- “Turístico.”
- “É lazer, é físico e mental.”

No caso de a resposta ser NÃO, indagava-se: Por quê? As respostas obtidas foram:

- “Cada atividade tem um grau de dificuldade, mesmo na ocasião do lazer.”
- “Considero como um esporte de risco.”
- “Envolve muito risco de morte.”

Questão 8. Qual seu nível de escolaridade?

Para esta questão obtivemos 57 respostas.

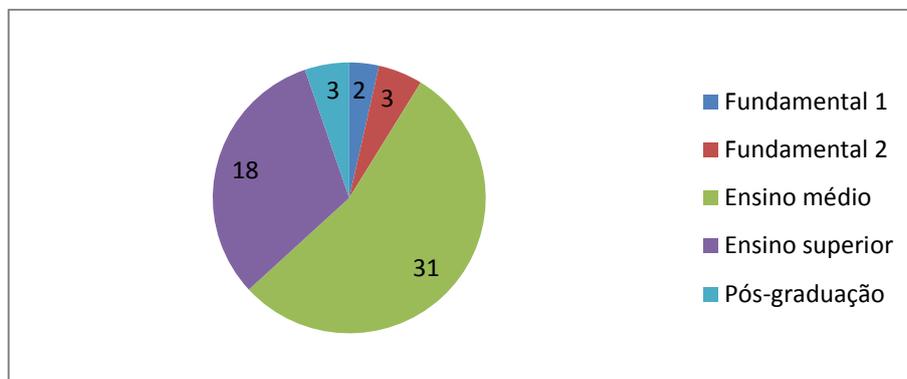


Gráfico 59 – Respostas à questão 8

Em relação ao nível de escolaridade dos profissionais, a maioria tem o ensino médio concluído, seguido pela graduação no ensino superior. Poucos tem apenas o fundamental 1 ou fundamental 2. Constatamos, porém, profissionais com nível de pós-graduação, especificamente um em cada cidade pesquisada.

No caso de a resposta ser ENSINO SUPERIOR, indagava-se: Qual curso?

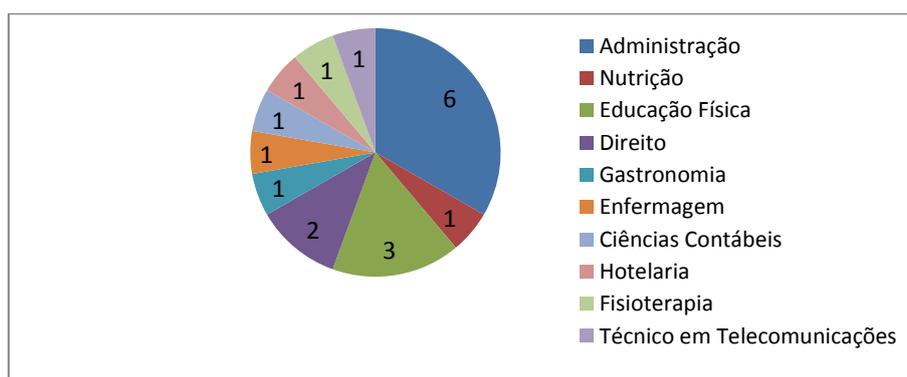


Gráfico 60 – Respostas à questão 8

Para nossa surpresa, ao analisarmos quais cursos de graduação superior têm os profissionais que atuam com atividades de aventura, vemos Administração em primeiro lugar e Educação Física em segundo. Ainda

encontramos profissionais formados em Ciências Contábeis, Gastronomia, Nutrição, entre outros.

No caso de a resposta ser PÓS-GRADUAÇÃO, indagava-se: Qual curso? As respostas obtidas foram:

- Mestrado em Engenharia de Software.
- Psicopedagogia.
- Ensino e pesquisa do turismo.

Questão 9. Você fez ou não algum curso de formação específica em atividades de aventura?

Para esta questão obtivemos 57 respostas.

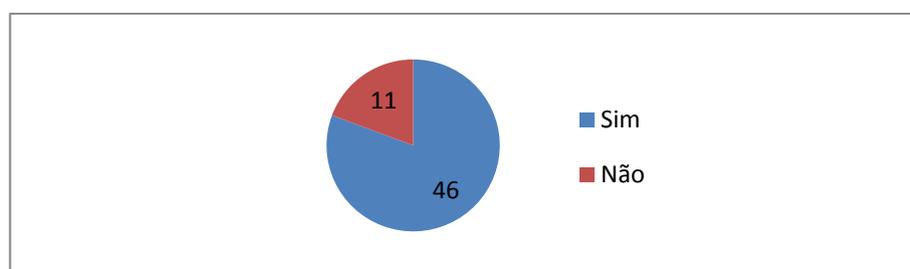


Gráfico 61 – Respostas à questão 9

Em sua maioria, os profissionais que atuam em atividades de aventura fizeram algum tipo de curso de formação específica na modalidade em que atuam.

No caso de a resposta ser SIM, indagava-se: Qual(is)?

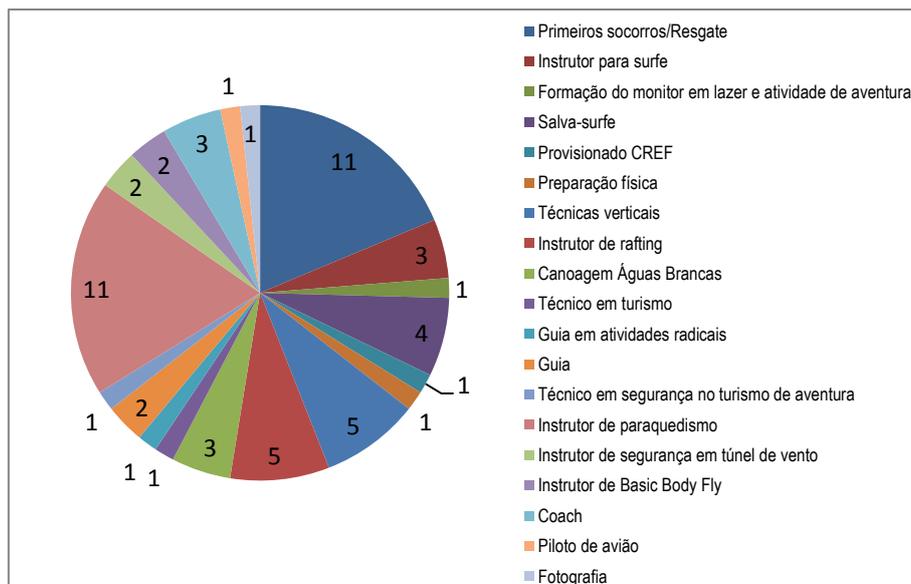


Gráfico 62 – Respostas à questão 9

Em relação às respostas afirmativas, foi indagado quais cursos o profissional havia feito. As respostas ficaram, novamente, regionalizadas. Percebemos que na atividade de paraquedismo é necessário o curso de instrutor em virtude do volume de respostas neste sentido, mas também cursos de primeiros socorros/resgate, técnicas verticais, instrutor de *rafting*, entre outros, relacionados sempre com as atividades principais destacadas.

No caso de a resposta ser NÃO, indagava-se: Por quê? As respostas obtidas foram:

- “Por não achar que iria me acrescentar nada.”
- “Não tive oportunidade.”
- “Por falta de oportunidade.”
- “O município não oferece.”
- “Não tenho dinheiro para pagar e nem sou esperto para passar em uma prova, mas gostaria.”
- “Surfo desde pequeno.”
- “Não ter oportunidades.”
- “Os condutores foram treinados para a atividade.”
- “Ausência de tempo.”

Diversas foram as respostas dos profissionais que não realizaram tais cursos, mas a falta de oportunidade foi a principal.

Questão 10. Você acredita ou não que um profissional de atividade de aventura deva ter conhecimentos específicos?

Para esta questão obtivemos 57 respostas.

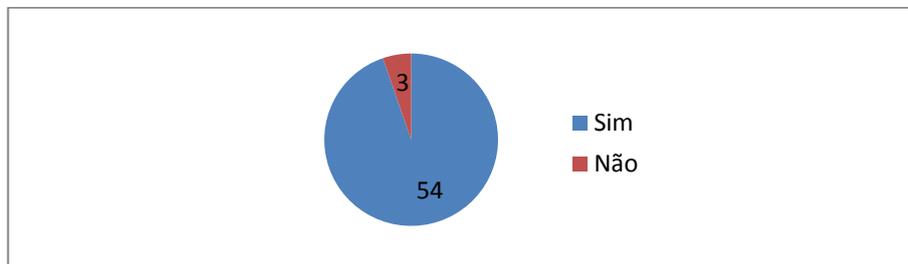


Gráfico 63 – Respostas à questão 10

Dos 57 profissionais que responderam nosso questionário, 54 acreditam que o instrutor de atividades de aventura deve, sim, ter conhecimentos específicos para trabalhar na área e apenas 3 não acreditam.

No caso de a resposta ser SIM, o participante poderia marcar até 5 opções ou indicar quantas quisesse.

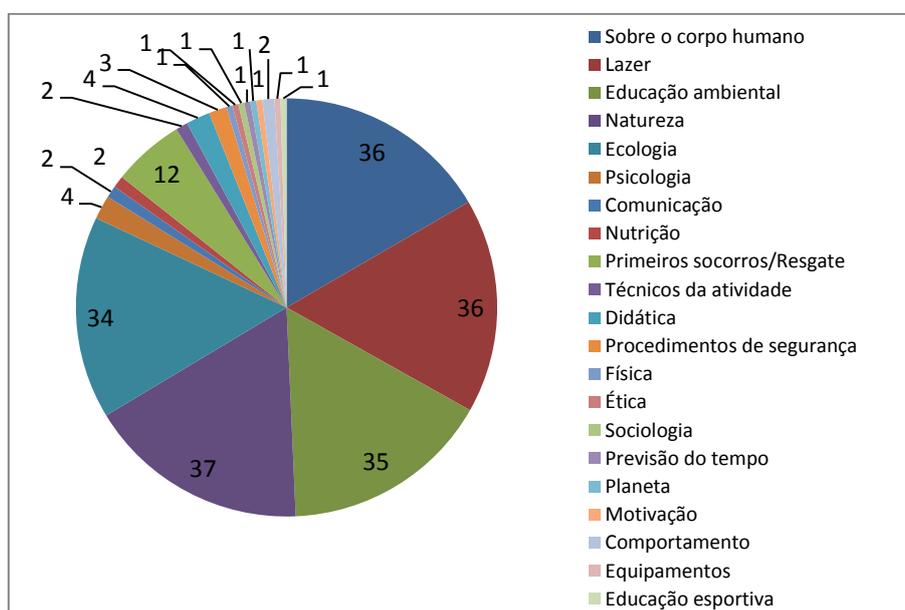


Gráfico 64 – Respostas à questão 10

Em relação a quais conhecimentos específicos o instrutor de atividades de aventura deveria ter, colocamos cinco principais para pudessem assinalar: corpo humano, lazer, educação ambiental, natureza e ecologia, mas os participantes poderiam listar livremente outros conhecimentos. O principal a

ser citado foram os primeiros socorros/resgate como principal, mas também outros, como psicologia, física, ética, didática, motivação, nutrição, sociologia e previsão do tempo.

No caso de a resposta ser NÃO, indagava-se: Por quê? As respostas obtidas foram:

- “Em minha opinião, não é necessário.”
- “Só conhecimento específico do esporte.”

2.5 Análise dos resultados

Na cidade de Boituva, os profissionais, especificamente da atividade de paraquedismo, dos 14 entrevistados, 11 possuíam mais de dez anos de experiência e dois, mais de vinte anos. Já na cidade do Guarujá, mais especificamente na atividade do surfe, encontramos aprendizes com menos de um mês de atuação, geralmente participantes de projetos sociais. Porém, em sua maioria, os profissionais têm mais de um ano de atuação, podendo chegar a mais de dez anos, como foi constatado, principalmente, com os donos das escolinhas de surfe. Na cidade de Socorro, a maioria dos profissionais tem de um a cinco anos de atuação, justamente por se tratar de atividades relativamente novas, como o *rafting* e o arvorismo; mas também encontramos uma quantidade significativa de profissionais com mais de seis anos de atuação e apenas um com mais de quinze anos de experiência.

Em relação à atuação nas atividades de aventura, como em cada cidade havia atividades principais específicas, tivemos um grande número de respostas diversas. Em Boituva, as majoritárias foram as atividades de instrutor de paraquedismo, instrutor de salto duplo e *cameraman*. Na cidade do Guarujá, a atuação principal foi o surfe e, conseqüentemente, a atividade de instrutor de surfe mostrou-se majoritária. Na cidade de Socorro, por haver uma gama maior de atividades, muitos profissionais têm mais de uma atuação, como nas atividades de *rafting*, técnicas verticais, arvorismo e caminhada.

Em relação à indagação sobre necessidade de formação universitária para o profissional de atividade de aventura, encontramos divergências entre as cidades, sendo que os profissionais de Boituva, em sua maioria, não pensam ser necessária essa formação; no Guarujá, a maioria

pensa ser necessária essa formação e em Socorro obtivemos um empate nas respostas. Porém, de uma forma geral, igual número de profissionais consideram essa formação importante em relação aos que não consideram.

No caso de a resposta ser positiva, indagava-se qual a formação ideal, ou quais, para esse profissional, sendo que a resposta mais citada foi Educação Física em Boituva e Guarujá, seguida de Educação Física e Turismo na cidade de Socorro. Aos que responderam não, indagava-se o porquê de esse profissional não precisar de uma formação universitária e as respostas foram as mais variadas possíveis. É possível citar: “A atividade em si é uma faculdade”, “Por que o instrutor necessita ter uma instrução específica na sua área e não entender sobre outros esportes de aventura”, “Com o conhecimento e o tempo de prática, já está apto a ensinar”, “O profissional aprende o que é necessário com os instrutores e com a prática do dia a dia”, “É necessário aprender na prática e não dentro de uma sala de aula”.

Quando indagado se o profissional de atividades de aventura deve ter uma formação específica na área em que atua, as respostas foram unânimes em todas as três cidades pesquisadas ao afirmarem que sim. Diante da resposta “sim”, perguntava-se qual a formação ideal. A maioria dos entrevistados respondeu ser um curso específico para cada atividade, seguido por um curso de Primeiros Socorros e Resgate e por Educação Física, mas também encontramos Comunicação e Segurança. Ante as poucas respostas negativas indagava-se o porquê; dentre as respostas, podemos citar: “Pois ao longo dos anos que vamos adquirindo experiência”, “O profissional tem a formação necessária no aprendizado de cada atividade específica na prática do dia a dia”, “Não há necessidade”.

Na questão “o que se pensa sobre os cursos de formação profissional específica nas atividades de aventura”, a maioria dos profissionais das três cidades respondeu que os consideram importantes; apenas um profissional não os considerou assim. Ao responder importante, questionavam-se quais disciplinas um curso para formação específica em atividades de aventura deveria conter. Mais da metade dos entrevistados das três cidades citou primeiros socorros e resgate como atividade prioritária, mas também tivemos respostas citando técnicas verticais, meio ambiente, atividades específicas de cada modalidade, comunicação, didática, técnicas de segurança

e até mesmo línguas. Na continuação da questão questionou-se qual profissional poderia ministrar esses cursos. Nas três cidades os mais citados foram os instrutores experientes em cada modalidade e profissionais da área, seguidos do educador físico, bombeiro, guia, professor universitário, professor formado e até médico.

No caso da resposta negativa, indagava-se o porquê. Citamos a única resposta: “Existem cursos e confederações com normas e técnicas diferentes e todos são satisfatórios”.

Já entrando nas questões relacionadas ao lazer, foi perguntado se os entrevistados consideravam-se ou não profissionais do lazer, e de todos os profissionais, apenas seis responderam que não; os outros 51 responderam que sim. À resposta positiva seguia uma questão perguntando por quê. Algumas das respostas são: “Porque para mim, surfar é qualidade de vida e lazer”, “Eu faço muitas pessoas desacreditadas pegarem onda e elas ficam amarradonas”, “Por que eu proporciono um lazer às pessoas, proporciono diversão”, “O paraquedismo é uma atividade de lazer”, “Além de fazer aventuras, tornamos um lazer agradável para todos”, “Pois esse esporte de aventura tem muito lazer”, “O público que frequenta está em seu momento de lazer”, “Por estar em contato total com o lazer; as pessoas vêm aqui para se divertir”. No caso de a resposta ser não, perguntava-se por quê. As respostas que conseguimos foram: “Sou instrutor de paraquedismo”, “Porque você está com vidas no bote”, “Estou começando”, “Estou em treinamento”.

Relacionando as atividades de aventura com o lazer, foi perguntado se o profissional considera, ou não, as atividades de aventura um conteúdo do lazer. Em sua grande maioria, as respostas foram positivas; apenas três foram negativas. Na sequência indagou-se o porquê da resposta. Assim podemos citar as respostas positivas: “Lazer de aventura, turístico, esportivo”, “Turístico”, “É lazer, é físico e mental”. Respostas negativas: “Cada atividade tem um grau de dificuldade, mesmo na ocasião do lazer”, “Considero como um esporte de risco”, “Envolve muito risco de morte”. É importante mencionar que a maioria dos profissionais desconhece os conteúdos do lazer ao qual nos referíamos, o que tornou algumas respostas sem sentido, por isso não foram consideradas nos resultados.

Uma das questões de maior relevância para este trabalho levantou o nível de escolaridade dos profissionais. Pouco mais da metade dos entrevistados tinha apenas o ensino médio (39 respostas); em segundo lugar vieram os profissionais com ensino superior (18 respostas), com pós-graduação (três respostas), e com ensino fundamental (duas respostas). Para as pessoas com ensino superior, o curso mais citado foi o de Administração, com seis respostas, Educação Física, com três, e Direito, com duas. Também foram citados com uma resposta os seguintes cursos: Nutrição, Gastronomia, Enfermagem, Hotelaria, Fisioterapia, Ciências Contábeis e Técnico em Telecomunicações. Nas respostas dadas, como pós-graduação temos: mestrado em Engenharia de Software, Psicopedagogia e Ensino e Pesquisa do Turismo.

A penúltima questão abordava o curso de formação específica de atividades de aventura frequentado pelo profissional. Dentre as respostas, 46 profissionais foram positivas e apenas onze responderam que não. Aos que responderam sim, indagava-se quais. Como as atividades das cidades analisadas são específicas, tivemos um grande número de respostas, entre as quais se destacam a formação específica em primeiros socorros e resgate, com onze respostas, e a formação como instrutor de paraquedismo, também, com onze respostas. Técnicas verticais e instrutor de *rafting* aparecem com cinco respostas cada, e o curso de salva-surfe, quatro, seguidas de instrutor de surfe, com três respostas. O que regionaliza as respostas por local e atividade, conforme citamos anteriormente.

No caso de a resposta ser não, indagava-se porquê, e, visto ser de extrema importância em nossos resultados, a esta questão, colocaremos todas as respostas citadas: *“Por não achar que iria me acrescentar nada”, “Não tive oportunidade”, “Por falta de oportunidade”, “O município não oferece”, “Não tenho dinheiro para pagar e nem sou esperto para passar em uma prova, mas gostaria”, “Surfo desde pequeno”, “Não ter oportunidades”, “Os condutores foram treinados para a atividade”, “Ausência de tempo”*.

Nossa última questão perguntava se ele acredita, ou não, que um profissional de atividade de aventura deva ter conhecimentos específicos. Novamente, quase todos, responderam que sim e apenas três responderam que não. Após responder sim, o questionário indicava cinco conteúdos para

que pudessem ser marcados e deixava livre para que o profissional colocasse mais conteúdos que pensava serem importantes. Mais da metade dos profissionais marcaram as opções que estavam no questionário como: corpo humano, lazer, educação ambiental, natureza e ecologia; além destes, foram citados: primeiros socorros e resgate, psicologia, procedimentos de segurança e didática, com mais de três respostas. Outros conhecimentos foram citados em apenas uma ou duas respostas. No caso de a resposta ser NÃO, indagava-se porquê, com duas respostas apenas: *“Em minha opinião não é necessário”, “Só conhecimento específico do esporte”*.

De acordo com as pesquisas realizadas e os dados apresentados, seguem nossas considerações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho foi desenvolvido com a proposta de investigar que formação técnica e estudos do lazer possuem os profissionais que atuam com atividades de aventura para atuar na área.

Foram objetivos desta pesquisa: (1) mostrar a atual situação da formação e atuação de parte dos profissionais das atividades de aventura no âmbito do lazer e que lidam diretamente com o público, correlacionando-a com sua formação nesta área em três cidades (Socorro, Boituva e Guarujá), escolhidas como polos de atividades de aventura no estado de São Paulo, respectivamente com *rafting*, paraquedismo e surfe, e (2) pesquisar, em documentos oficiais, sobre a formação profissional na área de turismo de aventura, esportes radicais e atividades de aventura.

As atividades de aventura, de uma forma geral, vêm destacando-se no cenário nacional há mais de duas décadas como uma vertente dos conteúdos do lazer, o que despertou a comunidade acadêmica a realizar estudos nas áreas da sociologia, educação física, turismo, economia e educação. Pina (1995) já mostrava a tendência do aumento da procura pelo chamado lazer ecológico ou na natureza nas próximas décadas. Em relação à nossa área, a educação física, esta pesquisa mostrou a situação atual da formação e atuação de parte dos profissionais das atividades de aventura em três cidades e em três contextos diferentes.

Nossa pesquisa comprovou que muitos dos profissionais mais experientes, aqueles com mais de dez anos de atuação, hoje orientam e ensinam outras pessoas para que atuem em suas atividades, de início como estagiários ou aprendizes e, em seguida, como instrutores ou condutores, termo utilizado pela Abeta.

Durante a pesquisa bibliográfica constatamos serem as atividades de aventura uma das vertentes do lazer, o que se comprova nos escritos dos autores estudados. Lazer e atividades de aventura estão muitas vezes relacionados diretamente nos textos, mas na atuação dos profissionais, de acordo com nossa pesquisa, não é isso que ocorre.

Ainda na pesquisa bibliográfica, conceituamos a Abeta e sua atuação junto ao Ministério do Turismo e da ABNT para a criação de normas técnicas para o turismo de aventura desde o ano de 2004. Comissões foram reunidas e muito dinheiro foi investido na elaboração das normas e na capacitação dos chamados polos de ecoturismo (destinos escolhidos pela maior concentração de visitantes). Um desses polos é a cidade de Socorro, no estado de São Paulo.

Como parte ainda da pesquisa bibliográfica, analisamos algumas normas técnicas que continham a palavra “condutor” por entendermos que elas estavam mais associadas à nossa proposta de estudo. Nossa pesquisa de campo comprovou isto.

De acordo com a pesquisa de campo, as normas da ABNT não estão sendo implantadas para a formação destes profissionais, pois não são nem citadas nas respostas das cidades de Guarujá e Boituva. Nestas cidades não existem normas específicas para as atividades desenvolvidas, mas a norma geral sobre condutores pode ser aplicada na formação inicial destes profissionais. A Abeta e as normas foram citadas somente em Socorro, visto que naquela cidade houve um esforço para capacitar os empresários em relação às normas. Porém, os profissionais que lidam diretamente com o público não têm uma formação ou capacitação padronizada em relação aos conteúdos técnicos específicos de sua própria atividade. Alguns sequer têm o curso básico de primeiros socorros e resgate, pois manifestam em suas respostas o desejo de terem a oportunidade de fazê-lo.

Na cidade do Guarujá, o CREF propôs-se a regulamentar a atuação dos profissionais das escolas de surfe e obrigou a todos fazerem o curso denominado provisionado, curso este que, segundo os profissionais, não atendeu às expectativas por ser caro e não trazer aprofundamento nas disciplinas propostas, muito menos algo relacionado à área específica daqueles profissionais (o surfe). Nesta cidade, encontramos o maior número de aprendizes, muitas vezes menores de idade. Muitos deles vêm de projetos sociais e auxiliam os instrutores e professores nas aulas, sendo que sua atuação limita-se, muitas vezes, a apenas carregar e limpar os equipamentos. Para eles o fato de estarem trabalhando com o que gostam deixa-os satisfeitos, mas, segundo a pesquisa, gostariam, sim, de fazer cursos e se aperfeiçoar na

profissão escolhida para aquele momento. O próprio curso de salva-surfe, oferecido pelo Corpo de Bombeiros do estado de São Paulo e que capacita surfistas a realizar procedimentos de resgate com a prancha e ministrar os primeiros socorros aos semiafogados, não está sendo fornecido.

Na cidade de Boituva, pudemos constatar que há diversas formações possíveis para os profissionais do paraquedismo, mas são ministradas pela Federação Paulista de Paraquedismo e pela Confederação Brasileira de Paraquedismo. Alguns profissionais buscam essa formação fora do País, onde o esporte, tecnologicamente falando, é mais evoluído. Há, ainda, a certificação dos instrutores pelas fábricas de equipamentos. Neste local, e com as normas nacionais e internacionais em vigor, o tempo de atividade não faz diferença na formação, mas a experiência e a quantidade de saltos contam muito, e são pré-requisitos para algumas qualificações.

Risco e perigo são palavras constantes nas respostas dos profissionais sujeitos da pesquisa, que estão preocupados com as normas de segurança das atividades. Os mais novos, porém, desconhecem, muitas vezes, até as técnicas básicas necessárias para minimizar estes riscos. Se treinados da maneira correta, segundo Auricchio (2012), esses turistas não convencionais podem ser instruídos na técnica do rapel e ter acesso a descidas de cachoeiras, cânions, vales e cavernas, proporcionando-lhes maior diversão e a oportunidade de interagir com estes atrativos naturais, não requerendo ainda o uso excessivo de força física.

Nesta mesma linha de pensamento, podemos incluir o surfe, o arvorismo, a caminhada, o *stand up paddle*, pois, nas atividades específicas de paraquedismo e *rafting*, todos os clientes têm um treinamento prévio sobre normas de segurança e o comportamento durante a atividade, como pudemos observar durante a aplicação dos questionários.

É consenso, entre os sujeitos da pesquisa, que profissionais experientes são as pessoas mais capacitadas para ministrar cursos de formação específica para as atividades de aventura. Conforme constatado, este profissional muitas vezes não possui uma formação básica relacionada aos conteúdos por eles mesmos citados, como primeiros socorros e resgate, procedimentos de segurança, didática, psicologia, comunicação, lazer, meio ambiente, corpo humano e, até mesmo, educação ambiental. Ele tem

consciência de que lhe falta conhecimento, mas entende que não precisa vir da faculdade, mas de outros cursos e os mais confiáveis são os fornecidos pelas associações, federações e confederações.

O professor de educação física aparece em muitas das respostas como pessoa capacitada a ministrar cursos de formação específica na área das atividades de aventura; é pessoa de confiança para esses profissionais. Mas, segundo nossa pesquisa bibliográfica, esse profissional não tem uma capacitação adequada para isso durante seu curso de licenciatura ou bacharelado e, somente com uma especialização na área, como uma pós-graduação em esportes de prancha ou uma pós-graduação em esportes e atividades de aventura, este profissional estará apto a realizar essa intervenção de forma satisfatória no que diz respeito a conteúdos técnicos específicos. Ainda assim, estará longe de obter o conhecimento de um profissional com dez ou vinte anos de experiência na área.

Por outro lado, concluímos, a partir de nossa pesquisa de campo, que o profissional experiente deve, sim, participar da formação, mas não ser o único responsável, pois quase a maioria dos sujeitos sabe que trabalha com lazer, mas não sabe realmente como trabalhar esse lazer e quais os conteúdos que devem trabalhar com seus clientes durante toda a atividade para que estes não apenas vivenciem a execução de uma atividade, mas adquiram uma aprendizagem.

Pina (1995) diz que o profissional do lazer não deve, necessariamente, ser formado em algum curso superior; essa formação é desejável, mas não imprescindível. Ainda no campo da formação profissional do lazer, Marcellino (2010) afirma que esse conteúdo deve ser multidisciplinar e também ministrado por profissionais de diferentes áreas do conhecimento.

Ainda de acordo com nossas pesquisas, podemos considerar que a formação dos profissionais de atividades de aventura não regulamentadas por federações ou confederações não é satisfatória quanto ao conteúdo técnico específico e à formação no âmbito do lazer; tanto os profissionais de atividades regulamentadas como os das não regulamentadas não têm conhecimento suficiente para atuar como animadores socioculturais, ou seja, como profissionais do lazer.

Em relação a esse quadro, consideramos que os cursos específicos devem ser elaborados por uma equipe multidisciplinar de profissionais, contendo o conhecimento teórico e prático que prepare, de forma ampla, o futuro profissional que vai atuar em atividades de aventura. Deve-se levar em conta as normas técnicas para o turismo de aventura e também a experiência nas atividades já regulamentadas. Nesse grupo, é imprescindível a participação de representantes das associações locais que, em sua maioria, são pessoas mais experientes e que podem contribuir, e muito, para a vivência na modalidade. Tais cursos devem ser financiados por programas públicos de capacitação profissional ou pelas próprias associações e federações, o que facilitaria o acesso dos envolvidos com um baixo custo de participação.

As pessoas que trabalham com atividades de aventura muitas vezes não conseguem dividir trabalho e lazer em seu cotidiano, já que trabalham para o lazer de outras pessoas. Esta afirmação, segundo nossa pesquisa, corrobora o que diz Parker (1978) ao afirmar que nas sociedades primitivas não havia períodos de lazer definidos; algumas atividades econômicas, como a caça ou a ida ao mercado, tinham características recreativas, assim como o canto ou a narração de histórias. Desconhecia-se um tempo específico para a recreação e o divertimento.

Em relação ao quadro apresentado, consideramos ser muito importante uma formação acadêmica para os profissionais de atividades de aventura, embora ela não seja valorizada pelos próprios profissionais investigados. A formação em Educação Física foi a mais indicada em virtude dos conteúdos abordados em sua grade, pois estes podem ser muito aproveitados na atuação na área. Porém, essa formação ainda deve ser complementada por cursos específicos nas modalidades em que se vai atuar e também em modalidades afins para que então se consiga trabalhar de forma a inter-relacionar as atividades e conhecimentos, o que trará um benefício maior para quem atua e para quem pratica.

Não pretendemos exaurir o assunto, nem mesmo apresentar soluções para todas as inquietações levantadas. Porém, buscamos apresentar algumas reflexões, respostas e investigações acerca do proposto e segundo nossas possibilidades. Sabemos que se faz necessária a continuidade deste estudo em outros projetos para ampliar o enfoque aqui apresentado.

REFERÊNCIAS

ABETA. Associação Brasileira das Empresas de Ecoturismo e Turismo de Aventura, 2005. Disponível em: <www.abeta.tur.br>. Acesso em: 06 dez. 2012.

AURICCHIO, J. R. A escalada na educação física escolar: orientação adequada para a prática segura. **Revista Digital EFDeportes**, Buenos Aires, a. 14, n. 139, dez. 2009. Disponível em: <<http://www.efdeportes.com/efd139/escalada-na-educacao-fisica-escolar.htm>>. Acesso em: 25 abr. 2012.

AURICCHIO, J. R. Técnicas verticais: conceituação, utilizações e segurança. In: SCHWARTZ, G. M. et al. **Tecnologias e atividades de aventura**. São Paulo: Lexia, 2012. p. 90.

BAHIA, M. C. Propostas de animação para a valorização do meio ambiente. In: MARCELLINO, N. C. (Org.). **Lazer e recreação: repertório de atividades por ambientes**. Campinas: Papyrus, 2007. (Coleção: Fazer/Lazer).

BAHIA, M. C.; SAMPAIO, T. M. V. Lazer – meio ambiente: em busca das atitudes vivenciadas nos esportes de aventura. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Campinas, v. 28, n. 3, p. 173-189, mai. 2007.

BARBANTI, V. J. O que é esporte? **Revista Brasileira de Atividade Física e Saúde**, Florianópolis, 2011. (Texto Educativo).

BASEI, A. P. O desenvolvimento profissional e a construção da identidade do professor de educação física do ensino superior. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Santa Maria , Santa Maria, 2009.

BETRÁN, J. O. Rumo a um novo conceito de ócio ativo e turismo na Espanha: as atividades físicas de aventura na natureza. In: MARINHO, A.; BRUHNS, H. T. (Orgs.). **Turismo, lazer e natureza**. São Paulo: Manole, 2003. p. 157- 202.

BOITUVA. **Turismo: aventura**. Disponível em: <www.boituva.sp.gov.br>. Acesso em: 12 dez. 2012.

BRASIL Ministério do Turismo. **Regulamentação, normatização e certificação em turismo de aventura.** Relatório diagnóstico. Brasília: Ministério do Turismo, 2005, 92 p.

BRASIL. **Turismo de aventura: orientações básicas.** Brasília: Ministério do Turismo / Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, 2010. 75 p.

BRUYNE, P. de. **Dinâmica da pesquisa em ciências sociais:** os pólos da prática metodológica. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1991.

BUCKLEY, R.; UVINHA, R. R. **Turismo de aventura:** gestão e atuação profissional. 1. ed. São Paulo: Elsevier, 2011.

CAMPOS, P. R. de. Esportes alternativos nas colônias de férias temáticas. In: MACHADO, D. (Org.). **Experiências com o lazer em colônias de férias temáticas.** Campinas: Alínea, 2012.

CORREA, E. A. Formação do profissional de educação física no contexto das atividades físicas de aventura na natureza. Unesp – Rio Claro: [s.n.], 2008

COSTA, Vera L. M.; MARINHO, Alcyane; PASSOS, Kátia C. M. Esportes de aventura e esportes radicais: propondo conceitos. *Revista Motriz. Anais do V Congresso Internacional de Educação Física e Motricidade Humana e XI Simpósio Paulista de Educação Física.* UNESP, Rio Claro (SP), v.13, n.2 (suplemento), mai/ago, 2007 (ISSN: 1415-9805).

DIAS, C. A. G. Para uma história do lazer na natureza. In: DIAS, C. A. G.; ALVES JUNIOR, E. D. (Orgs.). **Em busca da aventura:** múltiplos olhares sobre esporte, lazer e natureza. Niterói: Eduff, 2009.

DUMAZEDIER, J. **Sociologia empírica do lazer.** 3. ed. São Paulo: Perspectiva / SESC, 2008.

DUMAZEDIER, J. **Lazer e cultura popular.** 3. ed. São Paulo: Perspectiva / SESC, 2001.

DUMAZEDIER, J. **Questionamento teórico do lazer**. Porto Alegre: PUCRS, 1975.

FERREIRA, A. B. de H. **Minidicionário da língua portuguesa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.

FREIRE, M. Diálogo entre a educação e a natureza In: SCHWARTZ, G. M. (Org.). **Aventuras na natureza: consolidando significados**. Jundiaí: Fontoura, 2006.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

GUARUJÁ. **Turismo**. Disponível em: <www.guaruja.com.br>. Acesso em: 12 dez. 2012.

ISAYAMA, H. F. (Org.). **Lazer em estudo: currículo e formação profissional**. Campinas: Papyrus, 2010. (Coleção: Fazer/Lazer).

ISAYAMA, H. F. Sobre a formação de profissionais para atuação no mercado de trabalho em lazer. In: PINTO, L. M. S. M. (Org.). **Lazer, turismo e hospitalidade: desafios para as cidades sede e subsedes de mega eventos esportivos**. 2. ed. Brasília: Ideal, 2011.

MARCELLINO, N. C. **Lazer e humanização**. Campinas: Papyrus, 1983.

MARCELLINO, N. C. (Org.). **Introdução às ciências sociais**. 2. ed. Campinas: Papyrus, 1988.

MARCELLINO, N. C. **Lazer: formação e atuação profissional**. 9. ed. Campinas: Papyrus, 1995.

MARCELLINO, N. C. **Estudos do lazer: uma introdução**. Campinas: Autores Associados, 1996.

MARCELLINO, N. C. O lazer na atualidade brasileira: perspectivas na formação/atuação profissional. **Licere**, Belo Horizonte, v. 3, n. 1, p. 125-133, 2000.

MARCELLINO, N. C. (Org.). **Formação e desenvolvimento de pessoal em lazer e esporte para atuação em políticas públicas**. Campinas: Papyrus, 2003.

MARCELLINO, N. C. **Lazer e educação**. 11. ed. Campinas: Papyrus, 2004.

MARCELLINO, N. C. Políticas públicas de lazer. In: MARCELLINO, N. C. et al. **Políticas públicas de lazer: formação e desenvolvimento de pessoal**. Curitiba: Opus, 2007.

MARCELLINO, N. C. (Org.). **Lúdico, educação e educação física**. 3. ed. Ijuí: Unijuí, 2009.

MARCELLINO, N. C. Contribuições de autores clássicos, modernos e contemporâneos para os estudos do lazer. **Licere**, Belo Horizonte, v. 3, n. 4, dez. 2010.

MARINHO, A. Atividades na natureza, lazer e educação ambiental: refletindo sobre algumas possibilidades. **Motrivivência**, Florianópolis: v. 16, n. 22, p. 47-69, jun. 2004.

MARINHO, A. Conexões entre lazer, esporte e natureza. In: PEREIRA, D. W.; COSTA, E. T. **Entre o urbano e a natureza: a inclusão na aventura**. São Paulo: Lexia, 2010.

MARINHO, A.; BRUHNS, H. T. Escalada urbana: faces de uma identidade cultural contemporânea. **Movimento**, Porto Alegre, n. 14, p. 37-48, 2001.

MARINHO, A.; SCHWARTZ, G. M. Atividades de aventura como conteúdo da educação física: reflexões sobre seu valor educativo. **Lecturas Educación Física y Deportes**, Buenos Aires, n. 88, 2005.

MELLO, V. A. de. **A animação cultural no Brasil: um panorama**. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <http://www.lazer.eefd.ufrj.br/producoes/animacao_cultural_brasil_franca.pdf>. Acesso em: 8 jun. 2011.

MOESCH, M. Turismo e lazer: conteúdos de uma única questão. In: MARCELLINO, N. C. (Org.). **Formação e desenvolvimento de pessoal em lazer e esporte**: para atuação em políticas públicas. Campinas: Papyrus, 2003. (Coleção Fazer/Lazer).

MTUR. Regulamentação, normatização e certificação em turismo de aventura. Relatório Diagnóstico. Brasília, Ministério do Turismo, 2005.

NEIRA, M. G.; UVINHA, R. R. **Cultura corporal**: diálogos entre educação física e lazer. Petrópolis: Vozes, 2009.

PARKER, S. **A sociologia do lazer**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

PEREIRA, D. W. A escalada chega na escola. In: FONTOURA, P. (Org.). **Pesquisa em Educação Física**, Jundiaí, v. 5, n. 1, p. 31-38, jun. 2007.

PEREIRA, D. W.; ARMBRUST, I. **Pedagogia da aventura**: os esportes radicais, de aventura e de ação na escola. Jundiaí: Fontoura, 2010.

PEREIRA, D. W.; ARMBRUST, I.; RICARDO, D. P. Esportes radicais de aventura e ação, conceitos, classificações e características. **Corpoconsciência**, Santo André, v. 12, n. 1, p. 37-55, 2008.

PINA, L. W. Multiplicidade de profissionais e funções. In: MARCELLINO, N. C. (Org.). **Lazer**: formação e atuação profissional. 9. ed. Campinas: Papyrus, 1995. (Coleção Fazer/Lazer).

RAMALHO, B. L.; NUÑEZ, I. B.; GAUTHIER, C. **Formar o professor, profissionalizar o ensino**: perspectivas e desafios. 2. ed. Porto Alegre: Sulina, 2004.

RAMOS, M. V. Aventura e turismo de aventura: faces mutantes In: TRIGO, L. G. G. **Análises globais e regionais do turismo brasileiro**. São Paulo: Roca, 2005.

REQUIXA, R. **O lazer no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1977.

SCHWARTZ, G. M. (Org.). **Aventuras na natureza: consolidando significados**. Jundiaí: Fontoura, 2006.

SCHWARTZ, G. M. Evolução tecnológica e a gestão do nicho da aventura. In: SCHWARTZ, G. M. et al. (Orgs.). **Tecnologias e atividades de aventura**. São Paulo: Lexia, 2012.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, R. L. **Atividades recreativas em acampamentos de férias**. s/d. Disponível em: <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/EDUCACAO_FISICA/artigos/Silva.Renata_Artigo.pdf> Acesso em: 02 mai. 2012

SOCORRO. **História e turismo**. s/d. Disponível em: www.estanciadesocorro.com.br. Acesso em: 12 dez. 2012.

SPINK, M. J.; SPINK, S. P. P. Aventura esportiva na modernidade tardia. In: DIAS, C. A. G.; ALVES JUNIOR, E. D. (Orgs.). **Em busca da aventura: múltiplos olhares sobre esporte, lazer e natureza**. Niterói: EDUFF, 2009.

SPINK, M. J. **Linguagem e produção de sentidos no cotidiano**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

STOPPA, E. A. Acampamento de férias: as interfaces entre lazer e educação. In: MARCELLINO, N. C. (Org.). **Lúdico, educação e educação física**. 1. ed. Ijuí: Unijuí, 1999.

TEREZANI, D. R. Propostas de animação relacionadas a esportes radicais. In: MARCELLINO, N. C. (Org.). **Lazer e recreação: repertório de atividades por ambientes**. Campinas: Papirus, 2010. v. II.

Turismo de Aventura: orientações básicas. / Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação. – Brasília: Ministério do Turismo, 2010. 75 p.; 24 cm.

UVINHA, R. R. **Juventude, lazer e esportes radicais**. São Paulo: Manole, 2001.

UVINHA, R. R. (Org.). **Turismo de aventura: reflexões e tendências**. São Paulo: Aleph, 2005a. (Série Turismo).

UVINHA, R. R. Esportes radicais e turismo: análise conceitual In: TRIGO, L. G. G. (Org.). **Análises globais e regionais do turismo brasileiro**. São Paulo: Roca, 2005b.

UVINHA, R. R. Lazer e cultura corporal de movimento: elementos na prática profissional de educação física na escola. In: NEIRA, M. G.; UVINHA, R. R. (Orgs.). **Cultura corporal: diálogos entre educação física e lazer**. Petrópolis: Vozes, 2009.

UVINHA, R. R. Formação profissional em turismo e suas interfaces com o lazer. In: ISAYAMA, H. F. (Org.). **Lazer em estudo: currículo e formação profissional**. Campinas: Papyrus, 2010.

UVINHA, R. R. Atividades de aventura no contexto urbano: cenários e potencialidades. In: PEREIRA, D. W. et al. (Orgs.). **Entre o urbano e a natureza: a inclusão na aventura**. São Paulo: Lexia, 2010.

WERNECK, C. L. G. A formação profissional no lazer em nossa moderna sociedade: repensando os limites, os horizontes e os desafios para a área. **Revista Licere**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 47-65, set. 1998.

WERNECK, C. L. G. **Lazer, trabalho e educação: relações históricas e questões contemporâneas**. Belo Horizonte: UFMG/CELAR, 2000.

APÊNDICES

APÊNDICE I

Ofício para técnicos

Data e local

Nome

Endereço

Saudações

Ref.: Projeto de pesquisa: FORMAÇÃO E ATUAÇÃO PROFISSIONAL EM ATIVIDADES DE AVENTURA NO ÂMBITO DO LAZER

Nosso objetivo, com o presente documento, é solicitar a colaboração de Vossa Senhoria no projeto de pesquisa suprarreferido, que vem sendo desenvolvido por meio de projeto de Mestrado, no curso de Educação Física, da Faculdade de Ciências da Saúde, da Universidade Metodista de Piracicaba, visando conhecer melhor a formação dos profissionais da área, o que, em última análise, esperamos resulte em benefícios aos usuários das atividades de aventura no âmbito do lazer.

A escolha de seu nome deu-se ao acaso.

Solicitamos, por favor, que responda ao questionário, em anexo, devolvendo-nos através do envelope selado (em anexo), assim como os documentos que acompanham esse ofício, devidamente preenchidos e assinados.

Informamos ainda que, por questões de ética que envolve a pesquisa, seu nome e endereço e as informações fornecidas serão mantidos no mais completo sigilo.

Agradecemos, antecipadamente, as contribuições de Vossa Senhoria.

Atenciosamente,

Nelson Carvalho Marcellino

UNIMEP-CNPq

José Ricardo Auricchio

Mestrando UNIMEP

APÊNDICE II

Questionário para técnicos

- 1) Há quanto tempo atua como profissional de atividades de aventura?
- 2) Qual(is) seu(s) tipo(s) de atuação nas atividades de aventura?
- 3) Em sua opinião, o profissional de atividades de aventura precisa ou não de uma formação universitária?
Sim () Qual a formação ideal?
Não () Por quê?
- 4) Em sua opinião, o profissional de atividades de aventura precisa ou não de uma formação específica, na área?
Sim () Qual a formação ideal?
Não () Por quê?
- 5) O que pensa sobre os cursos de formação profissional específica nas atividades de aventura?
Importante ()

a- Quais atividades que um curso para formação específica em atividades de aventura deveria conter?
b – Quais profissionais poderiam ministrar esses cursos?

Não importante ()
Por quê?
- 6) Você se considera ou não um profissional do lazer?
Sim () Por quê?
Não () Por quê?
- 7) Você considera, ou não, as atividades de aventura um conteúdo do lazer?

Sim () Qual(is) deles?

Não () Por quê?

8) Qual seu nível de escolaridade?

() Fundamental 1 (1° ao 5° ano)

() Fundamental 2 (6° ao 9° ano)

() Ensino Médio (Colegial)

() Ensino Superior (Faculdade). Qual curso?

() Pós-Graduação. Qual curso?

9) Você fez ou não algum curso de formação específica de atividades de aventura?

Sim () Qual(is)?

Não () Por quê?

10) Você acredita ou não que um profissional de atividades de aventura deva ter conhecimentos específicos?

Sim ()

Sobre o corpo humano (), lazer (), educação ambiental (), natureza (), ecologia, outros _____ (indicar)

Pode escolher quantos quiser.

Não () Por quê?

ANEXOS

ANEXO A

Normas técnicas para turismo de aventura analisadas na pesquisa documental

ABNT NBR 15285:2005 (Turismo de aventura – Condutores – Competência de pessoal)

A segurança no turismo de aventura envolve pessoas (tanto os clientes quanto os prestadores de serviços, inclusive as organizações públicas), equipamentos, procedimentos e as próprias empresas prestadoras dos serviços.

Na condução dos clientes durante as atividades de aventura, existem procedimentos comuns e necessários a serem tomados.

Assim, como uma das iniciativas para a questão do turismo de aventura é apropriado que se estabeleçam requisitos focalizados nas competências mínimas dos profissionais que atuam como condutores.

1 Objetivo

Esta norma estabelece os resultados esperados comuns e as competências mínimas para condutores de atividades de turismo de aventura.

2 Definições

Para os efeitos desta norma, aplicam-se as seguintes definições.

2.1 Competências: capacidade de mobilizar, desenvolver e aplicar conhecimentos, habilidades e atitudes no desempenho do trabalho e na solução de problemas.

2.2 Resultados esperados: resultados das atividades executadas na realização de um serviço.

2.3 Atividades de turismo de aventura: aquelas oferecidas comercialmente, que tenham ao mesmo tempo o caráter recreativo e envolvam riscos avaliados, controlados e assumidos.

2.4 Condutor: profissional que conduz um cliente ou grupo de clientes nas atividades de turismo de aventura.

2.5 Cliente: organização ou pessoa que adquire ou usufrui de uma atividade de turismo de aventura.

2.6 Medidas de contingência: ação preventiva e/ou corretiva a ser adotada quando da sinalização ou ocorrência de perigos ou riscos.

3 Descrição das competências mínimas

Competências comuns a todos os condutores, relacionados com:

- a) o atendimento e condução do cliente;
- b) apresentação de um serviço de qualidade;
- c) a segurança;
- d) os cuidados com o meio ambiente e as comunidades envolvidas.

4 Resultados esperados

O condutor de turismo de aventura deve ser capaz de:

- a) cumprir a legislação;
- b) planejar a atividade de turismo de aventura;
- c) decidir sobre alterações da programação da atividade de turismo de aventura;
- d) aplicar técnicas elementares de orientação e navegação;
- e) garantir o uso adequado de equipamentos;
- f) liderar grupos;
- g) instruir o cliente quanto às técnicas mínimas e práticas necessárias para a realização da atividade;
- h) assegurar o bem-estar e a segurança do cliente;

- i) gerenciar situações de emergência;
- j) aplicar primeiros socorros;
- k) prevenir impactos ambientais e sociais decorrentes das atividades de turismo de aventura;
- l) assegurar a satisfação do cliente;
- m) cuidar da apresentação pessoal e postura profissional.

5 Competências

As competências necessárias para o alcance dos resultados esperados devem ser avaliadas através dos conhecimentos, habilidades e atitudes indicados a seguir:

5.1 Conhecimentos

- a) Interpretação de sinais naturais climáticos;
- b) técnicas de navegação e orientação;
- c) técnicas de condição de grupos;
- d) estratégias de comunicação e técnicas de instrução para grupos;
- e) registros básicos de segurança no turismo de aventura;
- f) fatores que contribuem para a ocorrência de acidentes;
- g) períodos e riscos mais comuns;
- h) situações e procedimentos de emergência genéricos adequados;
- i) procedimentos de primeiros socorros;
- j) legislação e conservação ambiental;
- k) técnicas de mínimo impacto ambiental;
- l) regras básicas de educação e convívio social e cuidados com a higiene pessoal;
- m) aspectos legais e condições de trabalhos tais como responsabilidade civil e criminal.

5.2 Habilidades

- a) Ser expressivo na comunicação oral;
- b) falar de maneira clara e articulada;
- c) ter coordenação física e sensorial;
- d) calcular usando formulas simples;

- e) ter raciocínio lógico-verbal de nível moderado;
- f) capacidade de tomar decisões complexas;
- g) capacidade de planejamento.

5.3 Atitudes ou atributos

- a) Ser persuasivo;
- b) ser controlador;
- c) passar confiança para as pessoas;
- d) saber ouvir para tomar decisões;
- e) ser empático e tolerante;
- f) analisar o comportamento das pessoas;
- g) ser planejador;
- h) ser otimista;
- i) ser versátil;
- j) ser perceptivo.

6 Manutenção e melhoria da competência

6.1 Desenvolvimento profissional contínuo

Preocupa-se com a manutenção e melhoria das competências.

Convém que os condutores de turismo de aventura busquem e possam demonstrar seu desenvolvimento profissional contínuo e levem em conta mudanças em:

- a) necessidades dos indivíduos;
- b) necessidades das organizações;
- c) técnicas, equipamentos e práticas das atividades de turismo de aventura;
- d) prática de relação com o cliente;
- e) normas, legislação;
- f) outros requisitos.

6.2 Manutenção da competência

Convém que os condutores mantenham e possam demonstrar as suas competências mínimas, mediante a participação regular em atividades de turismo de aventura.

ANEXO B

ABNT NBR 15400:2006 (Turismo de aventura – Condutores de canionismo e cachoeirismo – Competência de pessoal)

A segurança no turismo envolve pessoas (tanto os clientes quanto os prestadores de serviços, inclusive as organizações públicas) equipamentos, procedimentos e as próprias empresas prestadoras dos serviços.

Esses fatores em particular na garantia da segurança dos turistas.

Para canionismo e cachoeirismo é adequado especificar competências mínimas de condutores, como meio de assegurar que os requisitos de competência atendam a todos os aspectos particulares e exclusivos envolvidos na realização destas atividades.

1 Objetivo

Esta norma estabelece resultados competentes mínimos para condutores de turismo de aventura de canionismo e cachoeirismo.

Esta norma não se aplica às práticas realizadas no contexto das entidades de administração esportiva e por esportistas independentes, que não caracterizem prática comercial turística.

2 Definições

Para os efeitos desta norma, aplicam-se as seguintes definições:

2.1 Competência: capacidade de mobilizar, desenvolver e aplicar conhecimentos, habilidades e atitudes, solucionando problemas para gerar resultados esperados.

2.2 Resultados esperados: resultados das atividades executadas na realização de um serviço.

2.3 Atividades de turismo de aventura: oferecidas comercialmente, usualmente adaptadas das atividades de aventura, que tenham caráter recreativo e envolvam riscos avaliados, controlados e assumidos.

2.4 Sistema debreavel: Usado na ancoragem para fixação da corda, com nó dinâmico ou com um descensor, devidamente bloqueados, com recurso de desbloqueio.

2.5 Autosseguro: Dispositivo de Segurança conectado ao ponto de fixação da cadeirinha e conectável a um ponto de segurança, confeccionado com cordas ou fitas, com uma ou mais pontas e mosquetões nas extremidades.

2.6 Quebra-corpos: passagem sinuosa e estreita onde exista dificuldade de transposição.

2.7 Blocos abatidos: blocos de rochas desmoronados.

3 Descrição do condutor de canionismo e cachoeirismo

São profissionais que recebem orientam e preparam os turistas ou conduzem de forma segura nas atividades de canionismo e cachoeirismo.

4 Resultados esperados

O condutor de canionismo e cachoeirismo deve ser capaz de:

- a) avaliar os roteiros de visitação aos cânions e cachoeiras, considerando aspectos de segurança e bem-estar do cliente;
- b) assegurar a organização da operação;
- c) assegurar que os equipamentos estejam em condições de uso antes e durante a operação;
- d) equipar-se adequadamente para atender às necessidades pessoais e do grupo para a operação;
- e) orientar e exigir que os clientes estejam apropriadamente equipados e vestidos para a operação;
- f) informar e orientar os clientes sobre a atividade e seus procedimentos de segurança;
- g) conduzir com segurança o grupo de clientes na transposição de obstáculos de progressão horizontal;

- h) conduzir com segurança o grupo de clientes na transposição de obstáculos de progressão vertical ou que requeiram o uso de cordas;
- i) aplicar técnicas de transposição por linha aérea (tirolesa);
- j) conduzir com segurança o grupo de clientes em trechos aquáticos inclusive na transposição de obstáculos aquáticos;
- k) conduzir o grupo de clientes de maneira uniforme e orientada;
- l) estabelecer e utilizar sinais visuais ou sonoros e outros meios de comunicação;
- m) identificar perigos e avaliar riscos;
- n) realizar salvamentos aquáticos;
- o) elaborar e implementar um plano de contingência.

5 Competências

5.1 Conhecimentos

- a) Conhecer, saber usar, manter e conservar equipamentos individuais e coletivos;
- b) técnicas de pernoite em caso de emergência;
- c) técnicas de mínimo impacto ambiental em ambientes naturais;
- d) operar rádios de comunicação;
- e) conhecer, saber fazer e aplicar cerca de vinte nós mais utilizados;
- f) saber montar e utilizar o automolnete e corrimãos de segurança;
- g) interpretar as condições meteorológicas e hidrológicas;
- h) ler e interpretar croquis e topoguias de cânions;
- i) procedimentos de gerenciamento de atritos na corda;
- j) conhecer os procedimentos técnicos de descida vertical;
- k) conhecer os procedimentos relacionados as técnicas de subida por corda;
- l) conhecer os procedimentos técnicos de autorresgate;
- m) conhecer os procedimentos relacionados as técnicas aquáticas;
- n) conhecer os procedimentos de salvamento aquático;
- o) conhecer e saber utilizar os sinais básicos de comunicação gestuais e sonoros;
- p) saber montar e utilizar tirolesas.

5.2 Habilidades

- a) Ter acuidade visual;
- b) ter acuidade auditiva;
- c) ser expressivo na comunicação oral;
- d) falar de maneira clara e articulada;
- e) usar corretamente os aspectos gramaticais na comunicação oral;
- f) capacidade de entender a linguagem corporal e gestos;
- g) calcular usando fórmulas simples;
- h) ser capaz de tomar decisões complexas;
- i) ter raciocínio lógico-verbal de nível moderado;
- j) ser capaz de discriminar pequenos detalhes;
- k) aplicar regras e sistemas simbólicos;
- l) ter coordenação física e sensorial;
- m) ter destreza manual;
- n) ter condicionamento físico;
- o) saber nadar com capacidade para transpor no mínimo 50 metros;
- p) capacidade de planejamento.

5.3 Atitudes ou atributos

- a) Ser controlador;
- b) gerar confiança nas pessoas;
- c) ser empático e tolerante;
- d) ser crítico;
- e) julgar de forma racional;
- f) ser atento a detalhes;
- g) ser disciplinado;
- h) ser cuidadoso;
- i) ser equilibrado.

6 Manutenção e melhoria da competência

6.1 Desenvolvimento profissional contínuo

O desenvolvimento profissional contínuo preocupa-se com a manutenção e melhoria das competências. Isto pode ser alcançado por meios como: experiência profissional adicional, estudo privado, treinamento orientado, participação em reuniões, palestras, seminários, encontros, conferências ou outras atividades pertinentes.

Convém que as atividades de desenvolvimento profissional contínuo levem em conta mudanças em:

- a) necessidades dos indivíduos;
- b) necessidades das organizações;
- c) técnicas;
- d) equipamentos e práticas das atividades de canionismo e cachoeirismo;
- e) prática de relação com clientes;
- f) normas e legislação;
- g) outros requisitos.

6.2 Manutenção da competência

Convém que os condutores mantenham e possam demonstrar as suas competências mínimas, mediante a participação regular em atividades de canionismo e cachoeirismo, por meio de registros.

ANEXO C

ABNT NBR 15399:2006 (Turismo de aventura – Condutores de espeleoturismo de aventura – Competências de pessoal)

1 Objetivo

O objetivo é diferenciar o condutor de espeleoturismo vertical, aquele com competência para conduzir grupos e cavernas com necessidades de uso de técnicas verticais, não se aplicando as competências necessárias para a condução de clientes em atividades de mergulho em ambientes de caverna.

2 Termos e definições

Para efeito dessa norma ABNT NBR 15285 - turismo de aventura, condutores, competência de pessoal, aplicam as seguintes definições:

2.1 Caverna: cavidade natural subterrânea.

2.2 Competência: capacidade de mobilizar, desenvolver e aplicar conhecimento.

2.3 Espeleoturismo: atividades envolvidas em cavernas, de finalidade turística.

2.4 Atividades de turismo de aventura: de caráter recreativo, envolvem riscos avaliados, controlados e assumidos.

2.5 Espeleoturismo de aventura: atividade de turismo de aventura desenvolvida em cavernas.

2.6 Resultados esperados: resultados das atividades executadas na realização de serviço.

3 Descrição do condutor de espeleoturismo de aventura

O condutor de espeleoturismo de aventura é o profissional, orientador responsável por recepcionar e preparar seus clientes de forma que as atividades de espeleoturismo de aventura sejam seguras, atendendo aos requisitos da norma ABNT NBR 15285.

4 Resultados esperados

4.1 Resultados esperados para o condutor de espeleoturismo de aventura

O condutor de espeleoturismo de aventura deve ser capaz de:

- a) avaliar os roteiros de visitação às cavernas;
- b) escolher o percurso mais adequado dentro da caverna;
- c) orientar os clientes sobre as características da caverna a ser visitada;
- d) fornecer informação básica ao cliente sobre as cavernas e seu entorno;
- e) assegurar que os equipamentos individuais e coletivos necessários para operação estejam em bom estado;
- f) equipar-se adequadamente para atender às necessidades pessoais e do grupo para operação;
- g) orientar e exigir que os clientes estejam apropriadamente equipados e vestidos para operação;
- h) conduzir com segurança o grupo de clientes;
- i) liderar o grupo de clientes de maneira homogênea e orientada;
- j) elaborar e implementar um plano de ação para situações de emergência;
- k) avaliar riscos.

4.2 Resultados esperados adicionais para condutores de espeleoturismo vertical

Além dos resultados esperados relacionados em 4.1, o condutor de espeleoturismo vertical deve ser capaz de:

- a) assegurar que os equipamentos individuais e coletivos necessários para a operação de espeleoturismo vertical estejam em bom estado;
- b) avaliar se os clientes apresentam condições físicas e emocionais adequadas aos roteiros verticais previstos;
- c) orientar os clientes na colocação e utilização dos equipamentos individuais de segurança para ambientes verticais e monitorá-los durante toda a operação;
- d) conduzir com segurança o grupo de clientes em ambientes verticais;
- e) realizar procedimentos de autorresgate.

5 Competências

As competências necessárias ao alcance dos resultados esperados devem ser avaliadas por meio dos conhecimentos, habilidades e atitudes indicados a seguir:

5.1 Conhecimentos

Conhecimentos para condutores de espeleoturismo de aventura:

- a) noções básicas de espeleologia;
- b) utilização, estocagem e conservação de equipamentos;
- c) estocagem e transporte de carbureto de maneira segura;
- d) reconhecimento e transposição com segurança de obstáculos naturais;
- e) segurança em pequenas escaladas, desescaladas e planos inclinados;
- f) confecção e aplicação dos nós mais utilizados;
- g) utilização de ancoragens naturais e artificiais;
- h) avaliação de riscos;
- i) reconhecer perigos;
- j) interpretação de mapa topográfico de caverna;
- k) reconhecimento e proteção de áreas de pesquisa.

Conhecimentos adicionais para condutores de espeleoturismo vertical:

- a) utilização, estocagem e conservação de equipamentos verticais;
- b) especificações técnicas de cordas estáticas e dinâmicas;
- c) confecção e aplicação dos nós mais utilizados em técnicas verticais;
- d) instalação de ancoragens e sistemas de ancoragens naturais e artificiais;
- e) equipagem e desequipagem de lances verticais com os desvios e fracionamentos necessários;
- f) procedimentos técnicos de descida vertical;
- g) procedimentos técnicos de subida vertical;
- h) procedimentos técnicos de reversão de subida para descida e descida para subida;
- i) procedimentos técnicos de autorresgate para situações de emergência;

- j) montagem de sistemas simples de içamentos.

5.2 Habilidades

Habilidades para condutores de espeleoturismo de aventura:

- a) usar corretamente os aspectos gramaticais na comunicação oral e escrita;
- b) entender a linguagem corporal e gestos;
- c) ter acuidade visual, ter acuidade auditiva;
- d) ter destreza manual;
- e) ter condicionamento físico.

Habilidades adicionais para condutores de espeleoturismo vertical:

- a) efetuar cálculos com ângulos;
- b) coordenação motora apurada;
- c) ter condicionamento físico.

5.3 Atitudes ou atributos

- a) ser disciplinado;
- b) ser atencioso;
- c) ser equilibrado;
- d) ser crítico;
- e) ser tranquilo.

6 Manutenção e melhoria da competência

6.1 Desenvolvimento profissional contínuo

O condutor deve se comprometer com seu desenvolvimento profissional contínuo visando à manutenção e melhoria das competências. Isto pode ser alcançado por meios tais como: experiência profissional adicional, estudo privado, treinamento orientado, participação em reuniões, palestras, seminários, conferências ou outras atividades pertinentes.

Convém que as atividades de desenvolvimento profissional contínuo levem em conta as:

- a) necessidades dos indivíduos;
- b) necessidades das organizações;
- c) técnicas, equipamentos e práticas das atividades de espeleoturismo de aventura e vertical;
- d) práticas de relações com os clientes; normas e legislação;
- e) evolução do mercado; outros requisitos.

6.2 Manutenção da competência

Convém que os condutores mantenham e possam demonstrar suas competências mínimas, mediante a participação regular em atividades de espeleoturismo e espeleologia, por meio de registros.

ANEXO D

ABNT NBR 15397:2006 (Turismo de aventura – Condutores de montanhismo e de escalada – Competência de pessoal)

1 Objetivo

Estabelecer no mínimo alguns resultados e competências para condutores de turismo a de aventura nas atividades de montanhismo e escalada.

2 Definições

Para os efeitos desta norma, aplicam-se as seguintes definições:

2.1 Atividades de turismo de aventura: as que são oferecidas comercialmente e que usualmente foram adaptadas das atividades de aventura, que são ao mesmo tempo recreativas e de riscos avaliados, controlados e assumidos.

2.2 Autorresgate: São técnicas usadas pelo próprio grupo para resolver situações sem intervenção externa.

2.3 Competência: Capacidades de mobilizar, desenvolver e aplicar conhecimentos, habilidades e atitudes no desempenho do trabalho e na solução de problemas, para gerar os melhores resultados esperados.

2.4 Escalada: Ascensão de montanhas, paredes ou blocos rochosos.

2.5 Montanhismo: Atividade de caminhada ou escalada praticada em ambiente de montanha.

2.6 Plano de contingência: Conjunto planejado de responsabilidades, ações e recursos para lidar com situações adversas previamente identificadas.

2.7 Plano de ação em emergência: O conjunto planejado de responsabilidades, ações e recursos para lidar com incidentes durante a operação.

2.8 Preleções (*briefing*): Palestra inicial desenvolvida pelo condutor, sempre com objetivo de integrar os clientes a atividade e ter a certeza de que receberam e compreenderam todas as informações necessárias sobre a segurança.

2.9 Procedimento de fortuna: Utilização de técnicas emergenciais com os meios disponíveis.

2.10 Resultados esperados: Resultados das atividades executadas na realização de um serviço.

2.11 Suspensão inerte: Situação na qual a pessoa inconsciente está suspensa por dispositivo que restringe a circulação dos membros.

3 Descrição dos condutores de montanhismo e escalada

Os condutores são profissionais que recepcionam, orientam, preparam e conduzem o turista de forma segura nas atividades de montanhismo e de escalada.

São considerados dois tipos de condutores: condutores de montanhismo e condutores de escalada.

Condutor de montanhismo é aquele cuja competência é conduzir grupos em vias com dificuldades de até terceiro grau.

Condutores de escalada: é aquele cuja competência é conduzir grupos em vias de dificuldades a partir do terceiro grau.

Para condução encaminhada curtas em ambientes de montanha sem exposição vertical, são suficientes os requisitos da ABNT NBR 15285.

4 Resultados esperados

4.1 Resultados esperados para os condutores de montanhismo e de escalada

- a) garantir a logística adequada da operação;
- b) utilizar adequadamente os equipamentos individuais e coletivos necessários à operação;
- c) orientar os turistas sobre a atividade e seus procedimentos de segurança;
- d) prevenir e minimizar os impactos ambientais e socioculturais provenientes da atividade;
- e) conduzir o grupo de turistas de maneira homogênea e orientada;
- f) identificar perigos e avaliar riscos;
- g) gerenciar os riscos da operação, em função dos riscos avaliados – o condutor deve evitá-los ou minimizá-los com o uso de técnicas e equipamentos adequados ou até mesmo com o cancelamento da operação;
- h) reconhecer e utilizar sistemas de ancoragens;
- i) estabelecer e utilizar sinais visuais e sonoros e outros meios de comunicação;
- j) aplicar técnicas adequadas de escalada;
- k) aplicar técnicas de segurança em escaladas;
- l) realizar procedimentos de autorresgate em ambiente vertical;
- m) elaborar plano de contingência;
- n) aplicar técnicas de primeiros socorros, de acordo com o permitido por lei;
- o) aplicar conduta ética nas atividades de montanhismo e de escalada.

4.2 Resultados esperados adicionais para condutores de escalada

- a) conduzir de maneira segura os clientes em atividades de escalada com dificuldade acima de 3º grau;

- b) aplicar técnicas de transposição por linha aérea (tirolesa);
- c) aplicar técnicas de segurança em escaladas.

5 Competências

As competências para o alcance dos resultados para os condutores de montanhismo e escalada devem ser avaliadas pelo conhecimento, habilidades e atitudes.

5.1 Conhecimentos

Conhecimentos para condutores de montanhismo e escalada:

- a) conservação, avaliação dos equipamentos individuais e coletivos;
- b) técnicas de mínimo impacto ambiental nas atividades de montanha;
- c) interpretação de fatores meteorológicos em ambientes de montanha;
- d) operação de rádios de comunicação;
- e) sinais visuais e sonoros;
- f) técnica de escalada e segurança na escalada;
- g) técnicas de pernoite em abrigos temporários, com manutenção do psicológico positivo dos clientes;
- h) técnica de transposição de nós com segurança;
- i) técnica de confecção dos nós: 8 de fita, blocantes, dinâmico, mula, volta do fiel, pescador duplo e simples duplo cavalgante;
- j) técnicas de ancoragem;
- k) leitura e interpretação de croquis de vias de escalas;
- l) princípios do fator de queda em cordas dinâmicas e estáticas;
- m) técnicas de descida e subida em cordas;
- n) técnicas de salto em emergência.

Conhecimentos adicionais requeridos para condutores de escalada

- a) técnicas de descida e subida em corda com passagem de nós.

5.2 Habilidades

Habilidades para condutores de montanhismo e escalada:

- a) capacidade de planejamento, usar corretamente os aspectos gramaticais na comunicação oral e escrita;
- b) entender a língua corporal e gestos;
- c) ter acuidade visual e auditiva;
- d) destreza manual;
- e) ter condicionamento físico.

Habilidades adicionais requeridas para condutores de escaladas

- a) efetuar cálculos com ângulos;
- b) coordenação motora apurada.

5.3 Atitudes ou atributos

Atitudes ou atributos para condutores de montanhismo e escalada

- a) ser disciplinado;
- b) cuidadoso;
- c) equilibrado;
- d) crítico.

6 Requisitos de experiência

Os condutores de montanhismo e de escalada devem comprovar, por meio de registros, a prática de condução de grupos, de forma supervisionada, em no mínimo 20 dias de operações de montanhismo.

O condutor de escalada deve comprovar, por meio de registros, a prática de condução de grupos, de forma supervisionada, em no mínimo 20 dias de operações comerciais de escalada.

7 Manutenção e melhoria da competência

7.1 Desenvolvimentos profissionais contínuos

O condutor deve ser comprometido com o desenvolvimento profissional contínuo e buscar e poder demonstrar esse desenvolvimento.

Convém que o desenvolvimento profissional contínuo leve em conta mudanças em:

- a) necessidades dos indivíduos e das organizações;
- b) técnicas, equipamentos e práticas de montanhismo e escalada;
- c) prática de relação com clientes;
- d) normas e legislação;
- e) comunicação em outras línguas; etc.

7.2 Manutenção da competência

Convém que os condutores mantenham e possam demonstrar as suas competências mediante a participação regular em atividades de montanhismo e escalada.

ANEXO E

ABNT NBR 15370:2006 (Turismo de aventura – Condutores de *rafting* – Competências de pessoal)

1 Objetivo

Estabelecer resultados esperados e as competências mínimas de condutores relacionados à preparação e condução do *rafting*, com técnica, segurança e conhecimento complementares à ABNT NBR 15285.

2 Definições

Para os efeitos desta norma, aplicam-se as seguintes definições:

2.1 Competência: Saber mobilizar, desenvolver, aplicar os conhecimentos, habilidades, atitudes no desempenho do trabalho, solução em problemas e saber desenvolver os resultados esperado.

2.2 Resultados esperados: Resultados mediante as atividades executadas.

2.3 Atividades de turismo de aventura: atividades oferecidas comercialmente, adaptadas das atividades de aventura, que tenham ao mesmo tempo um caráter recreativo e riscos avaliados, mas controlados e assumidos, pois ambas as partes devem ter consciência dos risco envolvidos.

As atividades de turismo de aventura sempre são conduzidas em ambientes naturais, rurais e urbanos, mas as atividades de aventura frequentemente têm como uma das origens a natureza.

2.4 Condutor: profissional que dirige as atividades de turismo de aventura

- a) *Rafting*: descida em rios com corredeiras em botes infláveis.
- b) *Flip line*: fita plana ou tubular com mosquetão, usado para desvirar o bote.
- c) Linhas de rio: percursos possíveis de descida no rio, utilizados na realização do *rafting*.

- d) *Ferring*: deslocamento transversal do bote no sentido da corrente do rio, usando as técnicas de angulação.
- e) Portagem: deslocamento com o bote, transportando os participantes pela margem do rio, para desviar de obstáculos ou perigos.
- f) *Scout*: análise do trajeto, mesmo sendo já conhecido.

3 Descrição do condutor de *rafting*

É um profissional que recebe, orienta, prepara e conduz os clientes de forma segura nas atividades de *rafting*.

4 Resultados esperados

O condutor de turismo com atividades de *rafting* deve ser capaz de:

- a) utilizar os equipamentos específicos do *rafting* para o uso pessoal do condutor;
- b) avaliar as características relacionadas às condições do rio;
- c) planejar os aspectos técnicos da descida do rio;
- d) fornecer instruções de segurança e treinamento teórico para o cliente;
- e) realizar treinamento prático com os clientes em técnicas de remadas e segurança;
- f) avaliar o desempenho dos clientes durante a descida;
- g) aplicar as técnicas específicas de *rafting*, descida de uma corredeira escolhendo e percorrendo uma linha usando ângulos apropriados e se posicionando em relação a correntes, pedras, ondas, refluxos, outros botes e perigos;
- h) orientar os cliente durante a descida do rio;
- i) utilizar equipamentos e sinais de comunicação;
- j) realizar o resgate aquático, mantendo a própria segurança.

5 Competências

As competências para alcançar os resultados devem ser avaliadas através dos conhecimentos, habilidades e atitudes indicados em 5.1 a 5.3.

5.1 Conhecimentos

- a) Técnicas de remadas;
- b) *ferring*;
- c) entrar e sair de remansos;
- d) leitura do rio;
- e) descida do rio;
- f) parar o barco de maneira controlada;
- g) comando de peso;
- h) portagem;
- i) sinais gestuais e sonoros de comunicações e sinalização padronizados e reconhecidos internacionalmente;
- j) técnica de conduzir o bote sozinho;
- k) técnicas de segurança;
- l) técnicas de posicionamento da tripulação no bote;
- m) técnicas de instrução e treinamento para grupos;
- n) técnicas de emergência e resgate aquático;
- o) técnicas com cordas, incluindo nós;
- p) técnicas de ancoragem;
- q) teoria das corredeiras;
- r) conhecer os equipamentos específicos do *rafting*.

5.2 Habilidades

- a) Tomar decisões sob pressão de tempo;
- b) ser expressivo na comunicação oral;
- c) usar corretamente os aspectos gramaticais na comunicação oral;
- d) falar de maneira clara e articulada;
- e) ter coordenação física e sensorial;
- f) calcular usando fórmulas simples;
- g) ter raciocínio lógico verbal de nível moderado;
- h) ter capacidade de planejamento;
- i) tomar decisões complexas.

5.3 Atitudes e atributos

- a) Ser persuasivo/negociador;
- b) ser controlador/organizar;
- c) gerar confiança para as pessoas;
- d) saber ouvir para tomar decisões;
- e) ser empático e tolerante;
- f) analisar o comportamento das pessoas;
- g) ser planejador;
- h) ser otimista/positivo.

6 Requisitos de experiência

O condutor deve efetuar registros da realização de 20 dias de operações de *rafting*, conduzindo grupos comerciais de forma supervisionada no prazo de oito meses, para alcançar a experiência mínima necessária para atender aos requisitos da norma.

7 Requisitos adicionais para condutores em rios com corredeiras classe V

7.1 Conhecimentos

Técnicas de resgate aquático avançado;

7.2 Requisitos de experiência

- a) ter experiência comprovada de operação comercial há pelo menos dois anos em rios acima da classe II.
- b) ter experiência de operação comercial em trinta descidas em rios acima da classe III, com pelo menos dois rios de classe V no prazo máximo de dezoito meses.

8 Manutenção e melhoria da competência

8.1 Desenvolvimento profissional contínuo

O desenvolvimento profissional se preocupa com a manutenção e melhoria das competências, dentre elas são: experiência profissional adicional, estudo privado, treinamento orientado, participação em reuniões, palestras, seminários, conferências ou outras atividades pertinentes.

Convém que os condutores de *rafting* possam demonstrar seu desenvolvimento profissional contínuo.

Recomenda-se que o condutor de *rafting* realize no mínimo 20 dias de descidas comerciais a cada doze meses para manutenção de suas competências.

As atividades de desenvolvimento profissional levam em conta mudanças relacionadas a seguir:

- a) as necessidades dos indivíduos;
- b) as necessidades das organizações;
- c) as técnicas, equipamentos e práticas das atividades de turismo de aventura;
- d) as práticas de relação com clientes;
- e) as normas e outros requisitos.

8.2 Manutenção da competência

Convém que os condutores de *rafting* mantenham e possam demonstrar as suas competências mínimas mediante a participação regular nas atividades de *rafting* (por exemplo, por meio de registros).

Para que se entenda melhor o que falamos em relação aos níveis de dificuldade dos rios, colocamos a seguir o sistema de classificação de rios com corredeiras, de acordo com a Federação Internacional de Rafting.

A classificação utilizada pela Federação Internacional de Rafting é padrão em todo o mundo.

Este sistema de classificação deve ser utilizado levando em conta que os rios podem variar em diferentes quantidades de fluxo d'água.

Todas as corredeiras devem ser verificadas no momento de descida.

CLASSE I: FÁCIL

Com fluxo de água com pequenas ondas, desobstruído e sem dificuldades técnicas; muito bom para iniciantes.

CLASSE II: MODERADA

Corredeiras são diretas com linhas de descida claras e evidentes, sem a necessidade de *scout*. Pode acontecer de os alunos precisarem evitar ondas, pequenas obstruções, podendo ter remansos e ondas estouradas fortes; bom para iniciantes.

CLASSE III: DIFÍCIL

Corredeiras com ondas moderadas e regulares. O principal fator que diferencia a classe III é que o remador terá de buscar e reconhecer uma linha de descida para evitar obstáculos e perigos. Os condutores de *rafting* necessitam ser adequadamente qualificados.

CLASSE IV: MUITO DIFÍCIL

A linha de descida pode não ser facilmente reconhecida, e usualmente exigirá inspeção rigorosa desde o bote até a margem do rio. Corredeiras intensas, poderosas, mas previsíveis. Podem ser abundantes e conter ondas severas, quedas, refluxos e outras obstruções, com uma enorme variação de dificuldade. Com maior fluxo de água e menor espaço de estabilização. Os condutores devem ter o nível de especialistas.

CLASSE V: EXTREMAMENTE DIFÍCIL

Corredeiras extremamente difíceis, com rotas exigentes em precisão e técnica para serem transpostas, refluxos, correntezas e ondas serão poderosas e a inspeção é essencial. Se operadas comercialmente, os condutores devem ser certificados em nível de especialistas.

CLASSE VI: EXTREMO

Todos os anteriores levados a extremos. As corredeiras são normalmente intransponíveis, só podendo ser transpostas em condições específicas.

ANEXO F

Programas de Especialização em Esportes e Atividades de Aventura – Uniguaçu – Unidade de Ensino Superior Vale do Iguaçu – União da Vitória – PR

PÓS-GRADUAÇÃO EM ESPORTES DE AVENTURA

Público-alvo

Graduados ou graduandos do último ano em curso superior reconhecido pelo MEC: Educação Física Licenciatura; Educação Física Bacharelado, Turismo, Administração, Lazer e Ciências Biológicas e profissionais envolvidos com atividades de aventura e da natureza, portadores de diploma de ensino superior.

Previsão de início

Março de 2012

Local das aulas

Nas dependências da UNIGUAÇU – Faculdades Integradas do Vale do Iguaçu, sendo que algumas práticas serão realizadas no Município de Tibagi – PR.

Dias e horários das aulas

Aos sábados, quinzenalmente, respeitando os períodos de férias letivas e eventualmente aos domingos.

Carga horária

360 horas, além da carga horária destinada à elaboração da monografia, dentre as quais se encontram práticas de estágio na área específica da escolha do aluno.

Número de vagas

Será necessário o número mínimo de 30 (trinta) alunos, para que seja confirmada a data de início das aulas. Se o curso não preencher esse número mínimo de vagas serão devolvidos aos inscritos os documentos e a taxa de matrícula. Após a confirmação do início do curso, a taxa de matrícula não será devolvida ao aluno.

Documentos necessários para matrícula

Uma fotocópia do RG e do CPF

Uma fotocópia da Certidão de Nascimento ou Casamento

Uma fotocópia do Diploma de Graduação

Uma foto 3x4 recente

Valor da matrícula

Correspondente ao primeiro mês de mensalidade.

Valor do investimento

24 parcelas de R\$ 290,00 com 10% de desconto para pagamentos em pontualidade e + 10% para egressos.

Obs.: Não serão cobradas taxas referentes a orientações de monografias.

Disciplinas

Conhecimentos ambientais e ecoturismo – 40 horas –

Atividades de aventura no meio aquático – 60 horas (canoagem, *rafting* mergulho, boia cross)

Atividades de aventura no meio aéreo – 60 horas – (rapel, arvorismo, tirolesa, pêndulo)

Atividades de aventura no meio terrestre – 50 horas – (montanhismo, trekking, corrida aventura)

Fisiologia nas atividades de aventura – 40 horas

Primeiros socorros e técnicas de resgate – 40 horas

Metodologia da pesquisa – 30 horas

Seminários de atividades de aventura – 20 horas

Didática do ensino superior – 30 horas

Docentes com presença confirmada

Prof. Edson Ayres da Silva

Profa. Marta Borges

Prof. Alain Jourdant

Prof. Dimitri Pereira

ANEXO G

Programas de Especialização em Esportes e Atividades de Aventura – UNILESTE – Universidade do Leste de Minas Gerais

ESPORTES E ATIVIDADES DE AVENTURA E LAZER NA NATUREZA

O curso

Titulação

Especialista em Esportes e Atividades de Aventura e Lazer na Natureza

Objetivo

Possibilitar aos profissionais de Educação Física e Turismo o conhecimento necessário e a capacidade de planejar, organizar e atuar com esportes e atividades de aventura e lazer na natureza com qualidade e segurança.

Público-alvo

Profissionais de Educação Física, Turismo e interessados pelos esportes e atividades de aventura e lazer na natureza.

Programa

Lazer e Educação ao Ar Livre

Lazer e Mercado de Aventura

Lazer e Recreação ao Ar Livre

Lazer e Turismo de Aventura

Saúde e Meio Ambiente

Organização de Eventos

Atividades de Aventura e Deficiência

Trekking e Montanhismo

Escalada

Desporto Orientação

Corrida de Aventura

Primeiros Socorros e Resgate

Trabalho de Conclusão de Curso

Carga Horária

360 horas

Coordenação

Leonardo Madeira Pereira

E-mail: esp.nat@unilestemg.br

ANEXO H

Programas de Especialização em Esportes e Atividades de Aventura.

ESFA – Escola Superior São Francisco de Assis – Santa Tereza – ES

PÓS-GRADUAÇÃO (*LATO SENSU*) – ESPECIALIZAÇÃO EM ATIVIDADES DE AR LIVRE E ESPORTES DE AVENTURA.

Mercado de trabalho

O profissional que se especializa nesse curso é capaz de planejar, organizar e realizar atividades de lazer e de aventura ao ar livre.

METODOLOGIA

Aulas teóricas, de laboratórios e de campo, com área privilegiada de clima e topografia adequada às atividades do curso. Trabalho de conclusão de curso: monografia.

Certificação – Habilitação

Pós-graduação (*lato sensu*) – Especialização em Atividades de Ar Livre e Esportes de Aventura.

Duração

1 ano e 2 meses.

Carga horária

560 horas

ANEXO I

Programas de Especialização em Esportes e Atividades de Aventura – FTC – Faculdade de tecnologia e Ciências – Vitória da Conquista – BA

ATIVIDADES E ESPORTES DE AVENTURA E GESTÃO DO LAZER

Público-alvo

Profissionais de Educação Física, Educadores, Turismólogos e demais profissionais interessados pelos esportes e atividades de aventura e pela gestão do lazer.

Objetivo

Capacitar profissionais para atuar com esportes e atividades de aventura e gestão do lazer.

Composição do Curso

Lazer e mercado de aventura – 30 horas

Lazer e educação ao ar livre – 30 horas

Lazer e recreação ao ar livre – 30 horas

Lazer, saúde e meio ambiente – 30 horas

Organização de eventos e gestão de projetos de lazer – 30 horas

Atividades de aventura e deficiência – 30 horas

Trekking e montanhismo – 30 horas

Técnicas verticais e escalada – 30 horas

Orientação e navegação – 30 horas

Corrida de aventura – 30 horas

Primeiros socorros e resgate – 30 horas

Metodologia da pesquisa científica – 30 horas

Carga horária em disciplinas – 360 horas

Carga horária TCC – 90 horas

Carga horária total do curso – 450 horas

Encontros mensais

Sexta das 13h 30min às 22h 10min, sábado das 07h 30min às 22 horas e no Domingo das 07h 30min às 12 horas.

ANEXO J**Programas de Especialização em Esportes e Atividades de Aventura –
UGF – Universidade Gama Filho – São Paulo e mais 7 cidades****PÓS-GRADUAÇÃO ATIVIDADES E ESPORTES DE AVENTURA NA UGF –
INÉDITO**

Carga Horária:

360h

Público-Alvo:

graduados em Educação Física, Turismo e Ciências Biológicas

Disciplinas/Conteúdo

Conceituação e Aplicação de Atividades e Esportes de Aventura

Conceituação e história das atividades de aventura

Orientação – corrida de aventura

Atividades de aventura na escola

Atividades de aventura

- Atividades e esportes de aventuras aquáticas

Mergulho livre e autônomo

Surfe – atividades em prancha

Canoagem – *rafting*

- Atividades e esporte de aventura terrestre

Enduro a pé e trekking

Montanhismo – escalada

Cavernismo

- Biociências

Fisiologia nas atividades de aventura

Nutrição nas atividades de aventura

- Aspectos socioprofissionais

Qualidade de vida

Primeiros socorros

Elaboração e planejamento de eventos

Núcleo Comum

- Metodologia da pesquisa (total ou parcialmente a distância)

Corpo docente

Prof. Gilson Daniel Del Santo

Prof. Me. Julio César Magalhães de Souza

Prof. Me. Luciano Andrade Bernardes

ANEXO K

Programas de Especialização em Esportes e Atividades de Aventura - FMU – Faculdades Metropolitanas Unidas – São Paulo – SP

Apresentação do curso

Tendo em vista o crescimento vertiginoso do número de praticantes de atividades ligadas à aventura e lazer, além do surgimento, a cada ano, de novas modalidades ligadas à natureza, faz-se necessária a qualificação de profissionais aptos a este novo mercado que, atualmente, é dominado por práticos nem sempre qualificados.

O curso propõe aos alunos as vivências das principais atividades de aventura, as possibilidades profissionais, o aprofundamento de conhecimentos e interação com o turismo, meio ambiente, saúde e lazer, favorecendo assim a melhoria da qualidade de vida.

Essa visão interdisciplinar das atividades de aventura (ligando basicamente três áreas do conhecimento: Educação Física, Turismo e Ecologia) faz-se necessária pelas próprias características dessas atividades.

Componentes curriculares

1. Metodologia da pesquisa científica
2. Esportes e atividades de aventura
 - Surfe
 - Corrida de orientação
 - Corrida de aventura
 - Skate
 - Montanhismo
 - Conceituação das atividades de aventura
 - Enduro a pé – Trekking

Mergulho

Cavernismo

Atividades em bicicleta

Atividades no meio aéreo – Meteorologia

Canoagem – *Rafting*

3. Biociências

Fisiologia Geral

Fisiologia aplicada à aventura

Nutrição geral

Nutrição aplicada à aventura

4. Aspectos socioprofissionais

Primeiros socorros

Prevenção e segurança

Marketing e organização de eventos

Condicionamento físico e qualidade de vida

Aspectos psicossociais

Atividades de aventuras para portadores de necessidades especiais

Atividades de aventura na escola

Pedagogia da aventura

Tendências do mercado da aventura

Seminários

Corpo Docente e Convidado

Os Professores sem vínculo com a FMU são convidados para desenvolver temas de suas respectivas especialidades.

Dra. Alessandra Lucca

Me. Alexandre Machado

Dr. Alexandre Romero

Es. Demitrius Belezzo

Me. Dimitri Wuol

Me. Flávio Ascânio

Es. Gilson Del Santo

Es. Hilton Nascimento

Me. Igor Armbrust

Es. José Ricardo Auricchio

Me. José Scaleante

Me. Julio Magalhães

Me. Laércio Franco

Es. Lourival Faria

Es. Luciana Manólio

Me. Luciano Bernardes

Es. Marcelo Caetano

Es. Marcos Serra

Phd. Mônica Pinheiro

Es. Murilo Spina

Es. Rogério Pinheiro

Me. Simone Masseto

Investimento e inscrição:

Até 15/03/13: R\$ 90,00

De 16/03 a 03/04/13: R\$ 150,00

Matrícula:

R\$ 250,00 (Deverá ser paga no 1º dia do curso)

Opções de pagamento:

16 x R\$ 280,00

24 x R\$ 220,00